

MARINA REDEKOP CASSAPIAN

**DA CIDADE PLANEJADA AO LAZER PARA TODOS. AS
EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO DO LAZER VIVIDAS
PELOS CADEIRANTES DO GRUPO “A UNIÃO FAZ A
FORÇA”**

Dissertação de Mestrado defendida
como pré-requisito para a obtenção
do título de Mestre em Educação
Física, no Departamento de
Educação Física, Setor de Ciências
Biológicas da Universidade Federal
do Paraná.

MARINA REDEKOP CASSAPIAN

**DA CIDADE PLANEJADA AO LAZER PARA TODOS. AS EXPERIÊNCIAS
NO ÂMBITO DO LAZER VIVIDAS PELOS CADEIRANTES DO GRUPO “A
UNIÃO FAZ A FORÇA”**

Dissertação de Mestrado defendida
como pré-requisito para a obtenção do
título de Mestre em Educação Física, no
Departamento de Educação Física,
Setor de Ciências Biológicas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Simone Rechia

Dedico este trabalho

*ao meu **Deus**, que me deu a vida e me sustenta dia a dia.*

A Ele devo tudo que sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que compartilharam ou contribuíram durante esses dois anos no processo de construção desse trabalho. Obrigado por todas as manifestações de apoio, incentivo e orientação. Acredito que todos aqueles que estiveram ao meu lado nesse período sabem o quanto sou grata.

Os meus agradecimentos especiais:

Ao meu Deus, que me sustentou durante esse período.

Ao meu amado marido Junior, parceiro incondicional e presente em todos os momentos. Obrigado pelo apoio, paciência, compreensão, contribuições e principalmente por sempre estar ao meu lado. Te amo!

Aos meus pais, Peter e Erica, pelo amor, incentivo e ensinamento constante. Obrigado por tudo!!

Aos meus irmãos, primos, tios, cunhados, sogros, pela torcida. E em especial à minha sobrinha Nicole que contribuiu de maneira singular na revisão do texto.

À todos meus amigos, pessoas tão especiais e sempre presentes. Obrigado pelas manifestações de apoio e carinho!

À minha orientadora Professora Simone, pela confiança, amizade e parceria na pesquisa. Obrigada principalmente por compartilhar os teus conhecimentos e pela oportunidade de aprender contigo.

Aos professores que participaram da banca de qualificação e defesa, Professora Laura Ceretta Moreira e Professor Fernando Marinho Mezzadri, pelas sugestões que contribuíram e enriqueceram a qualidade desta pesquisa.

Ao programa de Pós- graduação em Educação Física. Aos professores Fernando Mezzadri, Wanderley Marchi Junior, Cristina Carta Cardoso de Medeiros, Doralice Lange de Souza, Simone Rechia pelos conhecimentos compartilhados nas disciplinas. Ao secretário Daniel pela disponibilidade.

À todos os integrantes do GEPEC, que me acolheram e pelas contribuições geradas nas discussões do grupo de estudos e principalmente às companheiras e orientandas da Professora Simone: Aline, Flavia e Luize obrigado pela amizade, ajuda e contribuições.

Aos colegas da turma de mestrado e das disciplinas: Ana Paula, Ricardo, Luciano, Juliano, Bruno e Professora Letícia, pela troca de

experiências e torcida. Especialmente à minha amiga Suélen, obrigada pela amizade e sugestões que contribuíram para este trabalho.

Aos colegas de departamento, pelo incentivo, apoio e torcida. Em especial às minhas amigas Prof.^a Adriana e Prof.^a Aline, que sempre estavam a disposição para me ajudar, escutar e incentivar, obrigada pela amizade; ao Prof. Milton e Prof. Derivan, que me incentivaram para que ingressasse no programa de mestrado; à Prof.^a Ana Silvello, por permitir conhecer o grupo de cadeirantes; aos meus companheiros de área e demais professores pelo manifestações de apoio, empréstimo de material e pela torcida.

Aos estudantes do curso de Terapia Ocupacional, em especial aqueles que acompanharam o grupo de cadeirantes no período desta pesquisa, pelas contribuições.

Aos gestores pela colaboração nesta pesquisa. Especialmente ao Secretário Irajá pela disponibilidade e contribuições.

E por último, não menos importante, mas imprescindível para realização deste trabalho, agradeço aos integrantes do grupo “A União faz a Força”, por aceitarem o desafio e participarem desta pesquisa. Obrigado por compartilharem suas experiências comigo. Vocês foram essenciais e fazem parte deste trabalho.

Na minha cidade eu consigo caminhar, mesmo
sobre as rodas da minha cadeira.
Não encontro buracos, degraus ou pedras. As
calçadas são lisas e macias. Existem rampas em
todas as esquinas.
Na minha cidade as ruas não morreram, são
alegres e cheias de árvores com pássaros.
Tem informações para quem não ouve e
consegue orientar quem não vê.
A minha cidade fica no Brasil, mas
existe apenas nos meus sonhos.

Regina Cohen. A Cidade do meu Movimento.

RESUMO

A cidade, considerada como um espaço público, tem a função de possibilitar a convivência e o exercício da cidadania por todos os cidadãos. Logo, compreende-se a necessidade de incluir as pessoas com deficiência na sociedade. Esse processo – para eliminar as barreiras existentes nos espaços da cidade – envolve a participação tanto das pessoas com deficiência como também da própria sociedade. Assim, esta pesquisa busca refletir sobre a relação da acessibilidade de alguns espaços públicos de lazer de Curitiba com a garantia do direito ao lazer para os integrantes do grupo de cadeirantes “A União faz a Força”. Para tanto, traçou-se os seguintes objetivos específicos: identificar os espaços de lazer conhecidos pelo grupo “A União faz a Força”; analisar estes espaços utilizando um roteiro baseado na Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR-9050) e no protocolo de acessibilidade do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná (CREA-PR); e investigar as facilidades e dificuldades encontradas pelos integrantes do grupo “A União faz a Força” no uso dos espaços de lazer, sob o ponto de vista dos próprios usuários, bem como dos gestores da Prefeitura de Curitiba. Esta investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, sendo utilizada a estratégia de triangulação dos dados coletados em entrevistas semiestruturadas com pessoas cadeirantes e gestores da Prefeitura de Curitiba, observação sistemática do Parque Barigui, do Parque Bacacheri, da UNILIVRE e do Parque Lago Azul, bem como dos passeios do grupo de cadeirantes realizados no Parque Bacacheri e na UNILIVRE, com o referencial teórico. Destaca-se que, apesar de Curitiba possuir facilidades, como uma secretaria especial voltada às questões das pessoas com deficiência, e ter grande parte da frota de ônibus adaptada, ainda identificamos muitos problemas relacionados à acessibilidade, que reduzem a mobilidade da pessoa com deficiência na cidade e dificultam o acesso aos espaços de lazer. Também encontramos várias barreiras que impedem o uso dos equipamentos de lazer, como também do uso dos sanitários nos espaços públicos observados. Conclui-se, portanto, que a falta de acessibilidade encontrada nesses espaços e na mobilidade urbana de Curitiba reduz a possibilidade de escolha do lazer e conseqüentemente restringe a garantia do direito ao lazer para os integrantes do grupo “A União faz a Força”.

Palavras-chave: Cidade. Espaços de lazer. Pessoas com Deficiência. Inclusão. Acessibilidade.

ABSTRACT

The city, which is considered to be a public space, has, as purpose, to enable the coexistence and citizenship exercise by all citizens. Therefore, the need to include people with disabilities in society is understood. This process – eliminating the existing barriers in cities spaces – involves the participation of both disabled people as well the society itself. Thus, this research aims to consider on the relationship between some of Curitiba public spaces acessibility to leisure and the guarantee to the right to leisure for the members of the group of wheelchair users “A União faz a Força”. For this, the following specific objectives were established: to identify leisure spaces known by the group “A União faz a Força”; to analyze these spaces using a script based on the Brazilian Accessibility Standard (NBR-9050) and on the Accessibility elaborated by the Regional Council of Engineering and Architecture of Paraná (CREA-PR); and to investigate the easiness and difficulties encountered by members of the group in the use of the leisure spaces, from the point of view of both the users and the managers of the City of Curitiba. This investigation was developed from a qualitative approach, using the triangulation of data collected in semistructured interviews with wheelchairs users and managers in the city of Curitiba, systematic observation of the parks Barigui, Bacacheri, Lago Azul and the UNILIVRE, as group rides done at the park Bacacheri and at the UNILIVRE, as theoretical referential. It is remarkable that, while Curitiba have easinesses, as a special secretariat to deal with issues relative to the people with disabilities, and have most of the buses fleet fitted with ramps and elevators, it was also identified many problems related to accessibility, which reduce the mobility of disabled person in the city and hinder the access to leisure facilities. We also encountered several obstacles that prevent the use of recreational equipment, as well as the use of toilets at the observed public spaces. Therefore, it is concluded that the lack of accessibility observed in these spaces and in the urban mobility at Curitiba, reduces the choice of leisure and also restricts the guarantee of the right to leisure for the members of the group “A União faz a Força”.

Key- words: Healthy City; Green Areas ; Disabled Persons ; Architectural Accessibility.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 CIDADE/CIDADÃO: O DIREITO A “OBRA” DA CIDADE	19
2.1.1 O direito à cidade.....	19
2.1.2 O direito à inclusão social.....	22
2.1.3 O direito à acessibilidade.....	35
2.2 TEMPO/ESPAÇO DE LAZER: DIREITO SOCIAL PARA TODOS?.....	35
2.2.1 O direito ao lazer.....	40
2.2.2 O Direito à espaços de lazer acessíveis.....	
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	45
3.1 O GRUPO “A UNIÃO FAZ A FORÇA”	49
4 O DIREITO A CIDADE DE CURITIBA E SEUS ESPAÇOS DE LAZER.....	52
4.1 CURITIBA, UMA CIDADE INCLUSIVA?.....	52
4.1.2 O Ir e vir na cidade de Curitiba.....	57
4.2 A ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DE CURITIBA.....	70
4.2.1 PARQUE BARIGUI: O ponto de encontro mais conhecido da cidade.....	75
4.2.2 PARQUE BACACHERI: um parque para todos?.....	89
4.2.3 UNILIVRE: a relação entre a beleza do lugar e o acesso para todos.....	98
4.2.4 PARQUE LAGO AZUL: um novo modelo de parque?.....	108
4.3 O DIREITO AO LAZER: CONEXÃO ENTRE ATITUDE, TEMPO E ESPAÇO.....	122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERENCIAS.....	136
APÊNDICES.....	143

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Símbolo Internacional de Acesso.....	34
Figura 2	- Manifestação Cadeirantes.....	63
Figura 3	- Deslocamento na rua.....	66
Figura 4	- Ladeira no acesso a UNILIVRE.....	68
Figura 5	- Croqui Parque Barigui.....	75
Figura 6	- Rebaixamento de guia – entorno Parque Barigui.....	76
Figura 7	- Vaga de estacionamento perpendicular.....	77
Figura 8	- Vaga de estacionamento – Parque Barigui.....	77
Figura 9	- Barreira atitudinal – Parque Barigui.....	78
Figura 10	- Circulação – Parque Barigui.....	79
Figura 11	- Ponte de madeira com escadas - Parque Barigui.....	80
Figura 12	- Piso instável - Parque Barigui.....	81
Figura 13	- Acesso às churrasqueiras - Parque Barigui.....	82
Figura 14	- Academia do idoso - Parque Barigui.....	83
Figura 15	- Lanchonete - Parque Barigui.....	84
Figura 16	- Mesas móveis da lanchonete - Parque Barigui.....	84
Figura 17	- Acesso aos sanitários - Parque Barigui.....	85
Figura 18	- Identificação do Sanitário - Parque Barigui.....	86
Figura 19	- Sanitário - Parque Barigui.....	86
Figura 20	- Croqui Parque Bacacheri.....	89
Figura 21	- Acesso - Parque Bacacheri.....	90
Figura 22	- Estacionamento – Parque Bacacheri.....	91
Figura 23	- Circulação - Parque Bacacheri.....	92
Figura 24	- Área de descanso - Parque Bacacheri.....	92
Figura 25	- Acesso aos equipamentos - Parque Bacacheri.....	93
Figura 26	- Acesso às churrasqueiras - Parque Bacacheri.....	94
Figura 27	- Sanitário - Parque Bacacheri.....	96
Figura 28	- Croqui Bosque Zaninelli – UNILIVRE.....	98
Figura 29	- Acesso – UNILIVRE.....	99
Figura 30	- Passarela de madeira – UNILIVRE.....	100
Figura 31	- Piso – UNILIVRE.....	101
Figura 32	- Desnível Passarela – UNILIVRE.....	102
Figura 33	- Escada de acesso ao mirante – UNILIVRE.....	103
Figura 34	- Visão do mirante – UNILIVRE.....	103
Figura 35	- Descida do mirante – UNILIVRE.....	104
Figura 36	- Sanitário – UNILIVRE.....	106
Figura 37	- Croqui Parque Lago Azul.....	108
Figura 38	- Acesso – Parque Lago Azul.....	109
Figura 39	- Estacionamento – Parque Lago Azul.....	109
Figura 40	- Piso – Parque Lago Azul.....	110
Figura 41	- Acesso às churrasqueiras - Parque Lago Azul.....	111
Figura 42	- Acesso ao Bistrô – Parque Lago Azul	112
Figura 43	- Acesso ao Quiosque - Parque Lago Azul.....	113
Figura 44	- Acesso aos equipamentos - Parque Lago Azul.....	114
Figura 45	- Sanitários - Parque Lago Azul.....	116

1. INTRODUÇÃO

Atualmente as cidades são entendidas para além de seus espaços geográficos e podem ser consideradas palcos da vida em sociedade, nos quais se estabelecem as relações humanas. De tal forma que Borja (2005) sugere olharmos para a cidade como um espaço público que possibilita a convivência e o exercício da cidadania por todos os cidadãos.

Logo, compreendemos a cidade como aponta Rechia (2003): uma organização viva e dinâmica, que sofre modificações, pois necessita da interação entre diferentes espaços e equipamentos urbanos para favorecer a mobilidade urbana, bem como o uso e apropriação dos espaços públicos, a fim de proporcionar as relações de troca entre todos os cidadãos.

Dessa forma, Lefebvre (2001) afirma que o direito à cidade deve ser garantido para todas as camadas da população, independente das condições sociais, econômicas ou de saúde. Ele vai além dos direitos sociais garantidos à população, como direito à saúde, moradia, lazer, entre outros, pois envolve o direito de participar das atividades da cidade e o direito à apropriação desta, ou seja, de se relacionar com os outros cidadãos e com os diversos equipamentos urbanos.

Ao olharmos para as cidades podemos perceber que ainda existem vários fatores que podem limitar o direito à cidade, entre eles podemos citar as questões relacionadas com a falta de segurança, crescimento desordenado das cidades, as dificuldades na mobilidade urbana entre outros. Contudo ao focarmos especificamente as pessoas com deficiência, observamos que ainda há barreiras nos diferentes espaços urbanos que dificultam o deslocamento e o uso da cidade e de seus espaços.

Diante desse contexto, esta pesquisa visa refletir sobre a relação da acessibilidade dos espaços públicos de lazer da cidade de Curitiba, frequentados pelo grupo de cadeirantes “A União faz a Força” e a garantia do direito ao lazer para a população estudada.

Ao longo dos últimos anos, diferentes áreas do conhecimento têm discutido questões referentes à inclusão das pessoas com deficiência¹ e

¹ Atualmente encontramos vários termos para se referir às pessoas com deficiência. Na área da educação, o termo “pessoas com necessidades especiais” ou “pessoas portadoras de

mobilidade reduzida², bem como a necessidade de modificar os espaços sociais para torná-los acessíveis para todas as pessoas. Além disso, o conceito de acessibilidade também já passou por diversas modificações, principalmente após integrar, na década de 1990, os princípios do Desenho Universal, voltados à criação de espaços para uso por todas as pessoas, independente da idade, presença de deficiência ou de diferentes condições de saúde. De modo que os estudos sobre acessibilidade não se restringem apenas ao acesso de um determinado local, analisado de modo isolado dos outros espaços urbanos ou ao objetivo de facilitar a utilização dos espaços apenas para as pessoas com deficiência, contudo têm a perspectiva de tornar o ambiente acessível para todas as pessoas.

Dessa maneira, utilizamos a definição apresentada na legislação brasileira³, que entende a acessibilidade como condição para uso de um espaço e de seus equipamentos com autonomia e segurança, principalmente por pessoas com mobilidade reduzida ou com alguma deficiência. Essa condição de uso é garantida pela eliminação das diferentes barreiras encontradas na cidade as quais Dischinger *et al.* (2004, *apud* MORAES, 2007)⁴ classificaram em barreiras atitudinais, que estão relacionadas ao preconceito com as pessoas diferentes; barreiras físicas, encontradas nos espaços, edifícios e transportes, e barreiras de informação, que dificultam a comunicação entre as pessoas e o uso dos equipamentos urbanos.

Observamos que esta definição relaciona a acessibilidade ao uso de um espaço específico e de seus equipamentos, entretanto salientamos a importância de compreender a relação entre os diferentes espaços de uma cidade e com a mobilidade urbana, pois primeiramente o indivíduo necessita conseguir sair de sua casa e se locomover até o espaço, para então usá-lo Leite (2007) afirma que

necessidades especiais”, na legislação brasileira sobre deficiência, o termo “portadores de deficiência”, porém neste trabalho será utilizado o termo “pessoa com deficiência”, por ser o termo adotado pela Convenção Internacional sobre os direitos da Pessoa com Deficiência e aprovado pela Assembleia da ONU em 2006.

² De acordo com o Decreto n. 5.296 de 2004, pessoa com mobilidade reduzida é aquela que não se enquadra no conceito de pessoa com deficiência, porém possui dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

³ Nesta pesquisa utilizamos a definição de acessibilidade encontrada no Decreto n. 5.296 de 2004.

⁴ DISCHINGER, M.; ELY, V. H. M. B.; MACHADO, R.; SILVA, R. M. de S.; PADARATZ, R.; ANTONINI, C.; DAUFENBACH, K.; SOUZA, T. R. M. de. **Desenho universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis**. Florianópolis: Grupo PET Arquitetura e Urbanismo, UFSC: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2004.

existe uma relação direta entre a acessibilidade e o direito ao transporte e locomoção nas cidades, já assegurados pela Constituição Brasileira.

Diante do exposto acima, remetemos nosso olhar sobre a cidade de Curitiba e questionamos: como se encontra a acessibilidade dos espaços de lazer da cidade de Curitiba? Rechia (2003) afirma que Curitiba tem sido referência para planejadores urbanos e arquitetos e é reconhecida como cidade-modelo e cidade planejada, uma vez que seus espaços públicos associam modernidade, lazer e cultura, e também devido as soluções apresentadas para sanar alguns problemas urbanos. Apesar dessa marca positiva da cidade, alguns autores, como Moura⁵ (2007, *apud* OLIVEIRA; RECHIA, 2009), demonstram que essa imagem de Curitiba é alvo de críticas dos próprios moradores da cidade, já que muitos deles, principalmente aqueles moradores de regiões periféricas, não vivem essa realidade e enfrentam problemas de segurança, transporte, entre outras dificuldades presentes nas grandes cidades brasileiras.

Os apontamentos citados nos trazem algumas inquietações, dentre elas se a cidade de Curitiba está planejada para todos os cidadãos, inclusive para as pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência física representam 4,55%⁶ da população da cidade? Esta parte da população possui o direito à cidade como direito supremo de todas as pessoas, independente da classe social, idade ou condição de saúde?

Entre os direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988, encontramos o direito ao lazer, que apesar de ser considerado como direito para todos os cidadãos, ainda não é usufruído por todos. Para Reis e Starepravo (2008)⁷, entre as barreiras que limitam a garantia desse direito, encontra-se a falta de compreensão da importância do lazer, que acaba tornando esse direito como de menor valor se comparado aos outros direitos sociais. Outros obstáculos estão relacionados à disponibilização e ao acesso aos espaços e equipamentos de lazer.

⁵ MOURA, R. O Turismo no Projeto de Internacionalização da Imagem de Curitiba. **Revista Turismo** - Visão e Ação, v. 9, n. 3, set./dez. 2007.

⁶ Dados referentes ao censo de 2000 que foram retirados do site do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC).

⁷ Os autores basearam a investigação das políticas públicas para o lazer nos autores: Nelson Carvalho Marcellino, Vitor Andrade de Melo e Fernando Mascarenhas, e discutem alguns pontos convergentes entre eles.

Ao discutir o acesso aos espaços, os referidos autores apontam para a desigualdade social, a precariedade de acesso, a privatização dos espaços, entre outras questões ligadas à esfera econômica. Referente à acessibilidade dos espaços públicos de lazer no Brasil perguntamos: como ela se encontra, considerando que os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao censo do ano 2000, demonstram que existem aproximadamente 24,5 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, representando 14,5% da população? (SISCORDE, 2002).

De acordo com a literatura, ainda há uma carência de espaços de lazer acessíveis para as pessoas com deficiência nas diferentes cidades do Brasil. Entre os autores que desenvolveram estudos nessa área, encontramos Hunger, Squarcini e Pereira (2004); Burjato (2004); Resende (2004); Santos *et al.* (2006); Julião e Ikemoto (2006); Rezende *et al.* (2007); Bacil e Waltzlawick (2007); Ribeiro *et al.* (2007); Araujo, Candido e Leite (2009); Melo *et al.* (2009).

Esses estudos vão de encontro a afirmação de Leite (2007) que aponta as barreiras arquitetônicas nos espaços como um dos maiores obstáculos para a inclusão das pessoas com deficiência.

Disso tudo emerge a nossa problemática: **Como se dá a relação entre a acessibilidade de alguns espaços públicos de lazer de Curitiba para os participantes do grupo de cadeirantes “A União faz a Força” e a garantia do direito social ao lazer?**

Em Curitiba, a criação da maioria dos parques ocorreu a partir da década de 1970 com o objetivo de preservação da natureza. Cabe, porém, ressaltar que nesse período a sociedade possuía a compreensão de que a deficiência estava centrada apenas na pessoa e que esta deveria ser reabilitada para conseguir viver na sociedade. Somente a partir da década de 1980 as barreiras físicas começaram a ser consideradas como obstáculos para a inclusão das pessoas com deficiência e desde este então ocorreram várias ações, entre elas podemos citar a criação de uma Política Nacional de Acessibilidade e elaboração de leis e normas voltadas para eliminação dessas barreiras.

Para tanto nos propomos a investigar alguns espaços públicos de lazer que os integrantes do grupo “A União faz a Força” conhecem e um parque criado em 2008 e considerado como um espaço que possui acessibilidade e traçamos os seguintes objetivos específicos: identificar os espaços de lazer conhecidos pelo

grupo “A União faz a Força”; analisar esses espaços utilizando um roteiro baseado na Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR-9050) e no protocolo de acessibilidade do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná (CREA-PR); investigar as facilidades e dificuldades encontradas pelos integrantes do grupo “A União faz a Força” para utilização dos espaços de lazer, sob o ponto de vista dos próprios usuários, bem como sob o ponto de vista dos gestores da Prefeitura de Curitiba.

O grupo “A União faz Força” é constituído por 04 cadeirantes que moram no Distrito Bairro Novo, considerado como uma das regiões carentes e violentas da Cidade de Curitiba. Este grupo foi organizado e é coordenado por uma terapeuta ocupacional e docente da Universidade Federal do Paraná e tem como objetivo discutir questões relacionadas à inclusão e acessibilidade.

Como se trata de uma pesquisa de cunho social, buscamos, segundo Baum e May (2010), estudar o cotidiano e acompanhar o grupo “A União Faz a Força” em alguns passeios realizados em espaços públicos de lazer da cidade, a fim de compreender as questões relacionadas à acessibilidade dos espaços públicos de lazer de Curitiba. Para isso, utilizamos a abordagem qualitativa com a estratégia de triangulação dos dados coletados em entrevistas semiestruturadas com pessoas cadeirantes e gestores da Prefeitura de Curitiba, observação sistemática dos espaços de lazer e dos passeios do grupo de cadeirantes, bem como a literatura sobre o planejamento urbano, lazer, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

O interesse em realizar essa pesquisa se deve primeiramente ao fato da minha trajetória profissional como terapeuta ocupacional⁸, pois sempre atuei na área de reabilitação de pessoas com deficiência física, com o objetivo de

⁸ Segundo o CREFITO-3, a terapia ocupacional “é um campo de conhecimento e de intervenção em saúde, na educação e na esfera social, que reúne tecnologias orientadas para a emancipação e autonomia de pessoas que apresentam, por razões ligadas a problemáticas específicas (físicas, sensoriais, psicológicas, mentais ou sociais), temporária ou definitivamente, dificuldades da inserção e participação na vida social. As intervenções dimensionam-se pelo uso de atividades, elemento centralizador e orientador na construção complexa e contextualizada do processo terapêutico. A atividade é o instrumento terapêutico do Terapeuta Ocupacional, que seleciona, analisa e adapta a atividade a cada indivíduo e situação, dividindo-a em fases, observando e determinando os aspectos motores, psíquicos, sensório-perceptivos, socioculturais, cognitivos e funcionais necessários à realização da mesma”. Disponível em: < <http://www.crefito.com.br>>. Acesso em: 2/2/2011

promover a independência no desempenho ocupacional⁹ e consequentemente facilitar a inclusão na sociedade.

Outro fator motivador foi a minha trajetória como docente ao ministrar disciplinas voltadas à área de inclusão, Tecnologia Assistiva¹⁰ e Reabilitação Física, assim como o ingresso no grupo de estudos GEPLEC¹¹, que me aproximou das discussões relacionadas à cidade, aos espaços e ao lazer e à compreensão do fenômeno lazer como direito social garantido pela constituição para todos.

Logo, esta pesquisa vem contribuir para a discussão referente aos espaços públicos de lazer acessíveis, bem como com novos estudos na área. A teoria poderá ser aplicável a outras pesquisas, porque as questões relativas ao lazer e à inclusão das pessoas com deficiência são fundamentais em qualquer realidade social.

Cabe, no entanto, ressaltar que a reflexão sobre acessibilidade não pode permanecer desconectada das questões relacionadas à inclusão social das pessoas com deficiência. Do mesmo modo não podemos deixar de mencionar que essa inclusão não depende só da pessoa com deficiência, mas da modificação dos espaços da cidade e da adaptação dos cidadãos e do poder público com o objetivo de preparar a sociedade para receber as pessoas com diferentes condições de saúde.

Portanto, nosso trabalho inicia com o referencial teórico que nos auxiliou na discussão dos dados empíricos. Em sua primeira parte discutimos o direito à cidade, passando pelos temas cidade, cidadania e cidadão; o direito à inclusão social das pessoas com deficiência, no qual resgatamos brevemente o processo histórico da luta pela inclusão e, por fim, o direito à acessibilidade, no qual apresentamos os conceitos de acessibilidade, Desenho Universal e barreiras. Já na segunda parte, discorreremos sobre o direito ao lazer, trazendo as diferentes definições e características desse fenômeno e uma breve discussão sobre as políticas públicas nessa área. Por fim, abordamos o direito aos espaços de lazer,

⁹ Pedretti e Early (2005) definem como desempenho ocupacional a capacidade do indivíduo de realizar suas atividades cotidianas. PEDRETTI, L. W.; EARLY, M. B. Desempenho ocupacional e modelos de prática para disfunção física. In: _____. **Terapia Ocupacional** – capacidades práticas para as disfunções físicas. 5. ed. São Paulo: Roca, 2005. p. 3-12.

¹⁰ A disciplina de Tecnologia Assistiva é composta pelos seguintes temas: adaptações, prótese, órteses, comunicação alternativa, adequação postural em cadeira de rodas e acessibilidade.

¹¹ Grupo de estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade, inserido no Centro de Pesquisas em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) da Universidade Federal do Paraná.

passando pelo conceito de espaço de lazer, e apresentamos alguns estudos voltados à acessibilidade desses espaços.

Seguidamente, expomos os caminhos metodológicos percorridos para a realização desse estudo, bem como uma breve apresentação do grupo de cadeirantes “A União faz a Força”.

Então voltamos nosso olhar para a cidade de Curitiba e para a análise dos dados encontrados na pesquisa empírica. Iniciamos com a discussão da acessibilidade e inclusão na cidade, considerando duas categorias de análise relacionadas à mobilidade na cidade: os transportes e as calçadas. A partir daí focamos na discussão da acessibilidade dos espaços de lazer estudados: Parque Bacacheri, Parque Barigui, Parque Lago Azul e Unilivre (Bosque Zaninelli), e analisamos as facilidades e dificuldades de uso desses espaços e de seus equipamentos. Finalizamos com a reflexão sobre a relação da acessibilidade e a garantia ao lazer e, por fim apresentamos as considerações finais, bem como apontamentos para novas pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CIDADE/CIDADÃO: O DIREITO À “OBRA” DA CIDADE PELOS CIDADÃOS

2.1.1 O direito à cidade

A cidade tem sido um objeto de estudo interessante ao longo dos tempos, sendo investigada por diferentes áreas do conhecimento. Encontramos alguns estudos que abordam a geografia das cidades, outros se pautam em questões sociais, políticas, ou arquitetônicas, porém, Rechia (2005) afirma que a cidade não pode ser vista de maneira fragmentada, e sim deve ser compreendida na sua totalidade e para além de seus espaços e equipamentos urbanos. Essa totalidade envolve olhá-la como “uma organização viva e dinâmica” que está em constante modificação, ou como pontua Resende (2004), reconstrução diária ocasionada pelas interações entre seu espaço, seu mobiliário, seus cidadãos e suas práticas sociais.

A partir do exposto, entendemos que:

A cidade, como paisagem artificial criada pelo homem, é um mundo de ruas, casas, edifícios, parques, praças, avenidas, num misto entre espaço natural e criado, formado por objetos e imagens, movimentada pela dinâmica entre a vida pública e privada, onde se articulam tempo/espaço, política, trabalho, cultura, consumo, lazer, entre outras dimensões. Portanto, o cotidiano das sociedades urbanas gira em torno de objetos fixos, naturais ou criados, aos quais se aplica o trabalho, cruzado por fluxos de pessoas, produtos, mercadorias e idéias, diversos em volume, intensidade, ritmo, duração e sentido. Desta forma, as grandes cidades contemporâneas constituem-se em múltiplas práticas sociais (RECHIA, 2003, p. 1).

Lefebvre (2001), em seus estudos sobre as cidades, discute as grandes mudanças geradas pelo processo de industrialização que acarretaram uma visão das cidades como “constituintes de múltiplas práticas sociais”, bem como a necessidade de compreender a perspectiva física – relacionada à mobilidade urbana e acessibilidade dos espaços –, política e cultural da cidade, citadas por Borja (2005).

Para Lefebvre (2001), as cidades orientais, arcaicas e medievais, que existiam antes da industrialização, estavam centradas na vida social e política e já apresentavam diferenças entre classes sociais, porém havia uma vida em

comunidade onde se priorizava o conhecimento e a relação com a cidade. Com a industrialização, porém, iniciou-se um processo de transformação da realidade urbana existente e a reorganização dos espaços sociais, pautados pelo poder econômico. Diante das transformações, Lefebvre (2001)¹² apresenta duas maneiras de olhar para a cidade e a compara com uma obra de arte que pode possuir um valor de *uso* ou um valor de *troca*. O valor de *uso* pode ser observado nas cidades anteriores à industrialização, em que os cidadãos se apropriam dos espaços públicos da cidade, como as ruas e praças, e os consideram como uma preciosidade, ou seja, a cidade estava centrada nas relações interpessoais e nas relações pessoa-espaço. Já o valor de *troca*, surgiu com a industrialização e proliferação do capital que ocasionou um aumento da especulação imobiliária, sendo que os espaços começaram a ser vistos sob a lógica do capital, comparados a mercadorias que facilmente podem ser trocadas ou consumidas.

A ideia de consumo e mercadoria trazida pela industrialização impulsionou o crescimento, a modificação e a inovação tecnológica das cidades, tornando-as grandes centros de consumo de seus cidadãos, como também dos visitantes e turistas. Esse consumo baseado nos princípios capitalistas gerou, na opinião de Lefebvre (2001, p. 14), os problemas da realidade urbana. Para ele:

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria tendem a destruir, ao subordiná-la a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância de uma revalorização do uso.

A atribuição do valor de uso ao espaço urbano e à cidade está relacionada com a compreensão da cidade como um espaço público, ou seja, como um “lugar de expressão e representação da sociedade” (BORJA, 2005). Essa ideia ultrapassa a visão de um espaço público sem significado e se aproxima da concepção de um “lugar¹³ público” com significado e valor para as pessoas, no qual ocorre uma relação entre a pessoa e o espaço.

¹² Lefebvre foi um grande estudioso da teoria marxista e usa os conceitos de valor de *uso* e valor de *troca* para denominar as mudanças ocorridas no significado do espaço e da cidade para os seus cidadãos a partir da Revolução Industrial e do capitalismo.

¹³ Rechia e França (2006) apresentam a diferença entre os termos “espaço” e “lugar”. Os autores citam o espaço como indiferenciado e o lugar quando o espaço é dotado de valor. Tuan (1983) afirma que um espaço para ser considerado como um lugar necessita que as pessoas tenham a sensação de pertencimento a este.

Para que isso se torne possível, Borja (2005) destaca a necessidade de uma renovação criativa diária que possibilite a invenção de novas formas espaciais combinadas com a restauração das formas antigas e que atendam à diversidade, já que as realidades físicas e sociais da cidade expressam a exclusão de algumas pessoas ou grupos frente ao privilégio de outros. Consenza e Resende (2006), como também Resende (2004), concordam com a existência da exclusão presente nas cidades e afirmam que o espaço das cidades é único, ambíguo e dividido por todas as pessoas, portanto, ao mesmo tempo em que agrega, também segrega. Dessa forma, percebe-se a necessidade da renovação diária citada por Borja (2005). Para tanto, Lefebvre (2001), como também Jacobs (2000), afirma a necessidade de compreender a especificidade da cidade e as relações que ela possui com a sociedade, com seus elementos constituintes, e com o funcionamento destes, para buscar soluções aos problemas existentes no planejamento urbano.

Entre os vários autores que criticam o planejamento convencional, destacamos Jacobs (2000), pois afirma que o planejamento discute os problemas das cidades sob uma única perspectiva, como uma relação direta entre duas variáveis, a saber, a área livre e a população. Além disso, a autora aponta para a necessidade de uma visão microscópica e detalhada para compreender a inter-relação das diferentes variáveis, para que o problema não seja visto de maneira isolada de todas as outras questões que envolvem a cidade, como também que a solução seja generalizada para todos os espaços, sem levar em consideração as particularidades e especificidades de cada região e população.

Ao se referir sobre uma cidade viva, a referida autora apresenta a importância da diversidade de espaços e equipamentos, e Harvey¹⁴ (2000, *apud* RECHIA, 2005) complementa que esses equipamentos devem atender à necessidade da população local, considerando as tradições, histórias locais, bem como a diversidade das pessoas.

A diversidade dos espaços nos remete a outro aspecto levantado por Jacobs (2000), que é a importância da combinação de usos dos diferentes espaços como parques, residências, comércios, escolas, edifícios públicos e

¹⁴ HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2000.

privados, para que sejam frequentados por diferentes pessoas e em horários diferentes, o que garante que eles não se tornem espaços vazios e inseguros.

Jacobs (2000) ainda aponta que os espaços públicos da cidade, bem como as calçadas, ruas, responsáveis em garantir a mobilidade para os cidadãos, são “órgãos vitais” para a cidade, e Borja (2005) destaca que o planejamento das cidades deve acompanhar a modificação na circulação e mobilidade nas cidades.

Ao considerar a cidade como um organismo dinâmico e público que possui espaços interligados, Consenza e Rezende (2006) destacam a necessidade da participação da população no planejamento urbano por meio das políticas públicas. E também afirmam que as inadequações dos espaços na cidade podem ser consideradas um desrespeito à diversidade humana, pois ferem o direito à apropriação da cidade, destacado por Lefebvre (2001).

Ao discutir sobre a diversidade, Melo (2007, p. 49) afirma que esta “implica em que as singularidades mereçam total e irrestrito respeito na convivência social, em outros termos, que a existência humana valoriza-se a partir de sua individualidade associada a um contexto, sem que este tencione uniformizar aquela.”

Logo, concluímos que o respeito à diversidade das pessoas que compõem a cidade está diretamente relacionado ao direito à cidade como obra, ou seja, o direito ao deslocamento e uso da cidade como um espaço público com significado, no qual ocorrem as expressões dos mais diferentes cidadãos.

No entanto, entender a cidade como tal, envolve acreditar na importância da renovação diária dos espaços e equipamentos, por meio da participação dos cidadãos nas questões relacionadas ao seu planejamento, sob uma percepção da cidade como um lugar público em que cada cidadão pode se apropriar. Esta apropriação, porém, precisa estar pautada nos princípios da cidadania e respeito à diversidade de cidadãos existentes na cidade, buscando a inclusão de todos.

2.2.2 Direito à inclusão social

O direito à cidade também está diretamente relacionado com a cidadania, pois envolve o deslocamento, o acesso, o uso e a apropriação dos espaços e equipamentos urbanos por todos os seus cidadãos.

Carvalho (2002), ao discutir a cidadania, afirma que este é um tema complexo e historicamente definido e que está relacionado com a posse de direitos. Esses direitos são divididos em três categorias, os direitos civis, que garantem a vida na sociedade por meio dos princípios de liberdade, igualdade e propriedade; os direitos políticos, que garantem a participação da população no governo; e os direitos sociais, que incluem os direitos à educação, trabalho, lazer e saúde.

Esse conceito de cidadania, referido no parágrafo anterior, data do período da Revolução Francesa e sua construção foi estabelecida pela relação das pessoas com o Estado. Mas Bartalotti (2006) complementa que a cidadania vai além da relação do Estado com o indivíduo, pois também se desenvolve nas relações sociais, nas quais cada indivíduo tem consciência de seus direitos assim como de seus deveres e responsabilidades como cidadão. Essa responsabilidade envolve, segundo Dagnino¹⁵ (1994, *apud* SILVA, 2002), a participação dos cidadãos nos movimentos sociais para a construção de políticas públicas a fim de garantir o acesso à cidade como direito de todas as pessoas. Baum e May (2010, p. 219) reafirmam a importância da participação da sociedade e consideram que:

Ser cidadão, além de se constituir indivíduo portador de direitos e deveres na forma que o estado os definiu, significa ter voz na determinação da política do Estado que conforma aqueles direitos e deveres. Ou seja, a cidadania se refere à capacidade de influenciar a atividade do Estado e participar da definição e da administração da “lei da ordem”. Para exercitar na prática tal influência, os cidadãos devem desfrutar de certo grau de autonomia com referência a regulação. Deve haver, em outras palavras, limites à capacidade do Estado de interferir nas ações dos indivíduos.

Baum e May (2010), ao exporem a liberdade que os indivíduos possuem, nos remetem a outro direito, o da igualdade¹⁶. A igualdade das pessoas, prevista perante a legislação vigente, nos leva a outro direito, o da diferença. E essa compreensão de que os cidadãos são diferentes entre si, mas iguais perante a lei, é, segundo Dagnino (1994, *apud* SILVA, 2002), a base de uma cultura de inclusão, pois aceita a diversidade.

¹⁵ DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. _____. (Org.). In: **Anos 90: política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

¹⁶ O direito à igualdade data de 1978 e foi formalizado pela primeira vez na Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão (LEITE, 2007).

Melo (2007, p. 64) complementa o conceito afirmando que a “igualdade, enquanto princípio está a exigir que a todos sejam oportunizados espaços democráticos e de efetiva participação social, figurando como elemento fundamental ao exercício da plena cidadania.”.

No Brasil, a igualdade, bem como o direito à cidadania e à dignidade humana, faz parte dos cinco fundamentos do Estado democrático e, portanto, é prevista pela lei. Porém, para Leite (2007), somente a criação de leis não garante a igualdade aos grupos marginalizados, como pessoas com deficiência. Portanto, faz-se necessária a construção de políticas públicas com a participação social para auxiliar o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Ao se discutir a inclusão, torna-se imprescindível compreender primeiramente o processo de exclusão, que não deve ser visto como uma simples relação entre causa e efeito ou como um processo estanque. Sawaia (2001) nos lembra que a exclusão é um processo sócio-histórico, complexo e multifacetado, que envolve dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Para Sawaia (2001), a exclusão nasce de uma ordem social legitimada por valores, ideologias que a justificam, sendo fruto das formas de organização e das relações sociais. Já para Bartalotti (2006), a compreensão do processo de exclusão deve envolver um olhar profundo do contexto espacial e temporal em que este ocorre, bem como os seus determinantes e atores envolvidos, para assim evitar julgamentos ou generalizações errôneas. Portanto, o processo de exclusão se inicia com a supressão da pessoa e termina com a construção de espaços isolados para a população excluída (BARTALOTTI, 2006).

Bartalotti (2006, p. 16) ainda afirma que a discussão sobre inclusão “implica em falar de democratização dos espaços sociais, em crença na diversidade como valor, na sociedade para todos. Incluir não é apenas colocar junto, e, principalmente não negar a diferença, mas respeitá-la como constitutiva do humano.” A partir deste trecho podemos compreender uma sociedade inclusiva como aquela que se modifica, transforma suas relações sociais e adequa espaço e equipamentos urbanos para acolher todos os seus cidadãos.

Esse conceito de sociedade inclusiva é recente e no Brasil surgiu somente na década de 1980, mas para compreender o processo histórico da inclusão da pessoa com deficiência, torna-se necessário revermos os paradigmas que caracterizaram as pessoas com deficiência ao longo do tempo. Desta forma,

voltaremos ao século XVIII, época em que a ciência médica teve um grande desenvolvimento. Neste período iniciou-se um processo de retirada das cidades das pessoas com deficiência e sua segregação em instituições asilares, com os objetivos de protegê-las e tratá-las. Esse modelo de assistência, porém, mantinha-se sobre uma forte influência da exclusão, pois estava pautado na retirada das pessoas “incapacitadas”, ou seja, “improdutivas” do meio da sociedade para serem abrigadas em espaços isolados (ARANHA, 2001).

Na década de 1960, esse paradigma¹⁷ sofreu fortes críticas tanto da academia científica quanto da própria sociedade, pois percebeu-se a ineficácia do isolamento das pessoas com deficiência, já que esta institucionalização não conseguiu atingir o objetivo de restabelecer essas pessoas para integrá-las novamente na sociedade. As críticas também foram influenciadas pelos princípios dos direitos humanos, pelos avanços científicos, voltados para a busca da normalidade e diminuição das deficiências, bem como pelo alto custo financeiro gasto para manter essas instituições. Essa busca da normalidade fez com que se iniciasse o processo de desinstitucionalização, com a retirada das pessoas das instituições asilares para serem acompanhadas por outros serviços comunitários que proporcionassem, segundo Aranha (2001, p. 11), um “estilo de vida normal em uma sociedade”. A base desse novo modelo de assistência estava pautada na concepção de aproximação da pessoa com deficiência da pessoa normal, diminuindo a distância entre as duas.

Houve então nova mudança de paradigma¹⁸ em relação à pessoa com deficiência, iniciando-se um movimento de integração da pessoa com deficiência no Brasil com o reconhecimento dos seus direitos pela Emenda Constitucional n.º 01 de 1969 (LEITE, 2007). Nesta época surgiram então várias instituições de reabilitação, escolas especiais e centros especializados, todos com o objetivo de diminuir as limitações do indivíduo e desenvolver seus potenciais para promover a convivência destas pessoas na sociedade (BARTALOTTI, 2006). As referidas instituições de assistência estavam centradas no modelo médico que tinha como princípio inserir na sociedade aquelas pessoas que alcançavam “um nível de

¹⁷ Neste paradigma, denominado de “paradigma da exclusão”, a pessoa com deficiência era compreendida como uma pessoa inválida.

¹⁸ Este paradigma é denominado “paradigma de serviços”, pois busca a normalização da pessoa com deficiência com criação de diferentes serviços, associações, organizações que auxiliassem nessa normalização e na integração da pessoa com deficiência na sociedade.

competência compatível com os padrões sociais vigentes.” (SASSAKI, 2006, p. 33). Ou seja, a responsabilidade da adaptação para a vida em sociedade estava centrada apenas no desenvolvimento e na normalização da pessoa com deficiência.

Já na década de 1980, esse processo de integração começou a ser criticado pelas próprias pessoas com deficiência, que mesmo reabilitadas não conseguiam se incluir nas atividades de trabalho, lazer dentre outras, geralmente por se sentirem desqualificadas ao serem comparadas com as pessoas sem deficiência (ARANHA, 2001). A partir de então, as pessoas com deficiência criaram associações e entidades representativas para lutarem pelos seus direitos e, segundo Silva (2002), o período mais significativo dessa luta foi a década de 1980. Durante este período a Organização das Nações Unidas declarou o ano de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência e a Organização Mundial de Saúde (OMS), em conjunto com a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu em 1982 o Programa Mundial para as Pessoas Deficientes, que defendia o princípio de equiparação de oportunidades.

Data dessa época também a Constituição Federal de 1988, que apresenta a dignidade da pessoa e a cidadania como integrantes dos fundamentos do Estado Democrático, como também visa garantir os direitos fundamentais: saúde, educação, trabalho e lazer baseados no princípio da igualdade. Além dessas garantias, a Constituição apresenta vários outros artigos que tratam da eliminação de barreiras para as pessoas com deficiência. Em seu artigo 5.º, garante a liberdade de locomoção no território nacional, e os artigos 224.º e 227.º tratam da construção de logradouros acessíveis ou adaptação dos já existentes, bem como dos veículos de transporte público.

A conscientização dos direitos das pessoas com deficiência e a compreensão da necessidade de promover espaços democráticos fez com que houvesse uma nova mudança de paradigma em relação à pessoa com deficiência. Neste, denominado como paradigma de suporte¹⁹, a inclusão²⁰ da pessoa com deficiência somente é conquistada com a participação e mudança da sociedade.

¹⁹ O paradigma de suporte está baseado na ideia que a inclusão depende da transformação da pessoa com deficiência e da sociedade, sendo necessário o suporte desta nos aspectos legais, humanos, físicos, sociais, entre outros, para que a inclusão ocorra.

Com isso, vários projetos e planos de equiparação de oportunidades, bem como de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência foram implantados na década de 1990. Ao mesmo tempo foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que tem como objetivo acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência, bem como das políticas setoriais voltadas para essa população. Surgiram ainda várias leis e decretos relacionados à pessoa com deficiência, ao atendimento prioritário, à eliminação de barreiras arquitetônicas e à promoção da acessibilidade, destacando-se a Lei n. 7.853 de 1989²¹, o Decreto n. 3.298 de 1999²², a Lei n. 10.048 de 2000²³, a Lei n. 10.098 de 2000²⁴, o Decreto n. 3.956 de 2001²⁵ e o Decreto n. 5.296 de 2004²⁶. O Governo Federal também criou o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível²⁷, que tem como objetivo apoiar os governos municipais para desenvolverem ações que garantam a acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida por meio de capacitação de pessoal, adequação dos sistemas de transportes, eliminação de barreiras, difusão do conceito de Desenho Universal, estímulo à integração das ações de Governo, sensibilização da sociedade, estímulo à organização das pessoas com deficiência, assim como estímulo ao desenvolvimento tecnológico. Esse programa também possui um Fórum de Acessibilidade organizado pela Secretaria de Mobilidade Urbana e constituído por organizações não governamentais, gestores do sistema de transporte público, professores e profissionais de diversas áreas do conhecimento e sindicatos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006a).

De acordo com o Ministério das Cidades (2006b), os anos de 2003 e 2005 foram significativos na luta por cidades melhores e mais humanas. Outro marco foi a realização da Conferência das Cidades, que teve como objetivo “discutir em

²⁰ O termo “Inclusão” se diferencia do termo “integração”. A inclusão envolve uma mudança da sociedade e da pessoa com deficiência, já a integração está voltada apenas a uma adaptação da pessoa com deficiência.

²¹ Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

²² Regulamenta a Lei n.º 7.853, de 24/10/1989.

²³ Dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência.

²⁴ Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

²⁵ Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

²⁶ Regulamenta as Leis n.ºs 10.048, de 8/11/2000 e 10.098, de 19/12/2000.

²⁷ O Programa Brasil Acessível foi criado pela Secretaria de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades em 02 de junho de 2004.

caráter nacional assuntos comuns que afligiam as cidades brasileiras, com o objetivo de se encontrar parâmetros comuns para o estabelecimento de políticas públicas voltadas a resolver, superar ou evitar problemas sociais e urbanos.” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006b, p. 60). O Ministério das Cidades, por meio de sua política de acessibilidade, além de prever a não criação de novas barreiras à mobilidade, determina a eliminação gradativa das barreiras existentes nas edificações de uso público e coletivo. O Decreto n. 5.296 estipulou como prazo final para a remoção das barreiras nas edificações o ano de 2008; já o prazo para os transportes é até 2014.

Com essas mudanças, o conceito de deficiência também foi ampliado pela OMS e avançou de um modelo estritamente biológico para um modelo social, com a introdução do conceito de incapacidade²⁸ e desvantagem²⁹ da pessoa com deficiência, e depois com a aprovação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde³⁰, que busca compreender a condição de saúde por meio de uma visão biológica, individual e social, além de considerar a influência de fatores ambientais³¹ e pessoais na participação do indivíduo em suas atividades (CIF, 2003). Percebemos uma alteração de foco, antes centrado apenas na pessoa e em sua deficiência, e a partir da classificação, para os fatores externos ao indivíduo que podem interferir na participação deste em suas mais diferentes atividades, como ambientes restritivos, políticas discriminatórias, barreiras atitudinais, dentre outros.

Em 2006 um novo conceito da pessoa com deficiência foi definido pela Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. As pessoas com deficiência passaram então a ser compreendidas como “aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na

²⁸ A incapacidade foi definida pela OMS como: redução ou falta da capacidade para exercer uma atividade na forma ou na medida em que se considera normal a um ser humano e indica alteração na funcionalidade ou desempenho de um indivíduo.

²⁹ A desvantagem foi definida pela OMS como: situação de um indivíduo, em consequência de uma deficiência ou incapacidade, que limita ou impede o desempenho de uma atividade que é normal em seu caso. Indica alterações do indivíduo em relação ao seu meio sociocultural econômico e relacional.

³⁰ A classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde é conhecida pela sigla CIF.

³¹ A CIF definiu o ambiente físico, social e de atitude como fatores ambientais que têm impacto sobre os componentes de funcionalidade e incapacidade.

sociedade com as demais pessoas.”³². Segundo Melo (2007) e Tokunaga (2009), esse é um conceito muito mais aberto e democrático, pois combina os conceitos médicos e sociais e demonstra a necessidade da diminuição de barreiras externas ao indivíduo para que ele possa participar da vida em sociedade. Para Melo (2007), é a evolução da sociedade que fará com que a pessoa com deficiência tenha ou não assegurada a sua cidadania. Consenza e Rezende (2006) corroboram com Melo (2007) e complementam que:

O exercício da cidadania das pessoas com deficiência depende em muitas situações da organização espacial da cidade, que precisa ser planejada e administrada a partir de um olhar, de uma percepção que busque e promova a inclusão, sendo indispensável a participação dos governos municipais para que tal mudança ocorra e se efetive concretamente (CONSENZA; REZENDE, 2006, p. 30).

A inclusão, portanto, pode ser considerada como um processo que não envolve apenas a pessoa com deficiência, mas todos os cidadãos, com uma ampliação do olhar e da compreensão e aceitação do diferente (ARANHA, 2001).

Ao olharmos a construção histórica do processo de inclusão e suas modificações ao longo dos anos, com as mudanças dos paradigmas acerca das pessoas com deficiência, percebemos grandes avanços a partir do engajamento das próprias pessoas com deficiência na busca de seus direitos e no exercício de sua cidadania. Entre os avanços, tivemos a criação de legislações e programas governamentais voltados especificamente para essa parcela da população, porém o maior deles foi a aceitação da influência de fatores externos ao indivíduo que dificultam ou impedem a participação social da pessoa com deficiência.

Entre os fatores externos, encontramos os fatores ambientais que, de acordo com Consenza e Resende (2006) e Resende (2004), ainda estão presentes nas diferentes cidades, pois ao olharmos para sua organização ainda encontramos muitos espaços que não foram adaptados às pessoas com deficiência. Isso ocorre, segundo as referidas autoras, pelo fato da sociedade ainda ignorar as necessidades dessa parte da população na organização das cidades.

³² De acordo com Tokunaga (2009), o texto da Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006 foi aprovado com valor de Emenda Constitucional pelo Senado em 10/07/2008.

A diminuição das barreiras ambientais e a garantia da acessibilidade aos espaços são, portanto, responsabilidade da sociedade, que necessita observar as diferenças e aceitá-las. Somente respeitando à diversidade de seus cidadãos, será possível garantir o direito à acessibilidade dos espaços para que a cidade exerça sua função de espaço público de expressão social de todos e de convívio.

2.1.3 O Direito à acessibilidade

O direito à acessibilidade dos espaços da cidade é garantido por lei desde 2004, porém Leite (2007) destaca que a preocupação com a diminuição das barreiras arquitetônicas iniciou-se em 1976 com o Programa Mundial das Pessoas com Deficiência. Desta forma, faremos uma breve retrospectiva sobre a acessibilidade no Brasil, destacando os pontos principais.

Na década de 1970, o conceito de acessibilidade estava relacionado ao conceito de integração da pessoa com deficiência, logo, a criação de projetos acessíveis estava direcionada apenas para projetos de caráter exclusivo a essa parcela da população, fato que pode ser observado pelo título da primeira publicação da norma de acessibilidade (NBR 9050) em 1985: “Adequação das edificações e mobiliário urbano à pessoa deficiente”³³ (PRADO; LOPES; ORNSTEIN, 2010). Esta versão ainda não possuía definição de acessibilidade e enfatizava o deslocamento e uso dos espaços, sendo que a sinalização destes destinada à orientação das pessoas ainda era pouco contemplada. Filho (2010) destaca que nessa época o termo acessibilidade era usado como sinônimo de simples remoção ou ausência de barreiras e também era conhecido como “acesso fácil”, ou seja, o conceito de acessibilidade ainda se encontrava distante do conceito atual de acessibilidade.

Já na década de 1980, a Constituição Federal também trouxe os conceitos e a garantia da eliminação de barreiras das edificações e espaços públicos, bem como direito de locomoção, porém a efetivação dessa garantia, bem como as especificações a serem seguidas na elaboração dos projetos acessíveis, somente ocorreu após a promulgação do Decreto n. 5.296 de 2004.

³³ Esta norma definia pessoa com deficiência aquela que “portadoras de limitações de suas capacidades físicas e/ou mentais” (ABNT, 1985, *apud* MORAES, 2007, p. 62).

Em 1994, houve a primeira revisão da norma, intitulada “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos”. Essa norma apresentava segundo Moraes (2007), algumas mudanças, como ampliação da garantia de acessibilidade de locais somente públicos, para locais públicos e privados, o uso dos conceitos do Desenho Universal e uma maior preocupação com a sinalização, porém, segundo estudos do referido autor, eram alterações ainda insuficientes.

O conceito de Desenho Universal também conhecido de Desenho para Todos chegou ao Brasil em meados dos anos 1990 e trouxe alguns princípios a serem respeitados na construção de espaços e elaboração de equipamentos, para que pudessem ser utilizados por todas as pessoas, respeitando a diversidade como faixa etária, sexo, condições de saúde dentre outras. Entre os princípios encontramos o **uso equitativo**, ou seja, que o espaço ou equipamento possa ser usado por diversas pessoas independente da idade ou habilidade de cada uma, o **uso flexível** com diferentes possibilidades e maneiras de uso, o **uso simples e intuitivo** com informação de fácil percepção, a **tolerância ao erro** para diminuir e evitar acidentes e o **baixo esforço físico**, com a dimensão e espaço apropriado para sua utilização (OLIVEIRA, 2006; MORAES, 2007; MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006b).

Apesar da introdução desses princípios, Filho (2010) destaca que a mudança do conceito de acessibilidade somente ocorreu quando se percebeu que a simples retirada de barreiras resultava também em soluções diferenciadas para uma mesma função e que não eram somente voltadas às pessoas com deficiência, pois proporcionavam benefícios a toda a sociedade. Iniciou-se então um movimento para tornar as soluções universais. Surge então a versão de 2004³⁴ da NBR 9050, intitulada “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, não apresenta a ideia de uma norma específica para as pessoas com deficiência, aproximando-se do conceito de um ambiente para todos e do conceito de inclusão. Pois, como afirma Resende (2004, p. 40-41):

Cada cidade e seu respectivo espaço urbano são únicos, não havendo que se pensar e falar sobre uma cidade planejada exclusivamente para alguns cidadãos que nela habitam e vivem. Caso isso ocorra, estar-se-á

³⁴ Esta versão foi a primeira versão gratuita e de acesso livre e é a versão utilizada atualmente, porém já se encontra em novo processo de revisão.

diante de um caso grave de exclusão e desrespeito às regras estabelecidas para a convivência entre os seres humanos, que, no Brasil, por determinação constitucional, são iguais perante a lei.

Para a garantia da igualdade no uso dos espaços, a acessibilidade passou então a ser definida como:

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, III Capítulo, Art. 8.º).

Ao visualizarmos a definição de acessibilidade percebemos que a acessibilidade vai além do acesso – que, segundo Manzini (2005), envolve somente uma mudança de uma determinada situação pela busca de um objetivo ou uma mudança de um local para outro. Já acessibilidade é algo mais concreto que se refere tanto à estrutura física relacionada às questões de mobilidade, como à comunicação para possibilitar autonomia e independência no uso dos espaços e equipamentos urbanos, e consequentemente à inclusão de todos.

A legislação brasileira, por meio do Decreto n. 5.296/04, determinou que a partir da publicação do referido decreto todo projeto de construção deve atender às normas de acessibilidade, já as edificações existentes tinham prazo para realizarem as adaptações até os anos de 2007 e 2008³⁵. A NBR 9050 também apresenta dois tipos de exigências, ou seja, uma determina a construção de edificações acessíveis e, portanto que atendam as especificações da norma de acessibilidade e outra com exigências mínimas de acessibilidade na adaptação das edificações já existentes. Quanto aos custos destes projetos acessíveis, Filho (2010), como também Reis e Lay (2010), afirma que um projeto baseado nos princípios do Desenho Universal possui um custo menor quando comparado a um projeto de adaptação e redução de barreiras.

Para melhor compreensão das barreiras que dificultam a locomoção nas cidades, bem como o acesso e uso dos espaços pelas pessoas com deficiência, utilizaremos a classificação de Dischinger *et al.* (2004, *apud* MORAES, 2007)³⁶,

³⁵ Estes prazos foram determinados a contar da data de publicação do Decreto n. 5.296 em 2004 e diferem para edificações de uso público e edificações para uso coletivo.

³⁶ DISCHINGER, M.; ELY, V. H. M. B.; MACHADO, R.; SILVA, R. M. de S.; PADARATZ, R.; ANTONINI, C.; DAUFENBACH, K.; SOUZA, T. R. M. de. **Desenho universal nas escolas:**

que menciona as barreiras **atitudinais**, também chamadas de invisíveis; barreiras **físicas**, e as barreiras de **informação**, relacionadas tanto à comunicação entre as pessoas quanto as barreiras nos espaços que reduzem a informação espacial.

As barreiras atitudinais estão relacionadas à falta de informação e ao preconceito. A diminuição ou eliminação pode ocorrer com a convivência e conhecimento das particularidades e necessidades de cada indivíduo, considerando a diversidade e a diferença como integrantes da sociedade (SASSAKI, 2006; BARTALOTTI, 2006; LEITE, 2007).

As barreiras físicas, também conhecidas como barreiras arquitetônicas, são aquelas encontradas nos espaços, transportes e outros equipamentos urbanos, e limitam a mobilidade e uso dos espaços da cidade pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, principalmente as pessoas com deficiência visual e as com deficiência física³⁷. A eliminação das barreiras físicas é de suma importância, pois, como afirmam Lanchoti e Bruna (2010), a mobilidade no espaço urbano³⁸ é uma condição básica para a conquista da cidadania, já que, de acordo com Elali, Araújo e Pinheiro (2010), a mobilidade possibilita a integração com as variadas esferas da vida social.

Quanto à eliminação dessas barreiras, Moraes (2007) afirma que a eliminação de apenas uma delas não promove a inclusão, e Duarte e Cohen (2010) complementam que nem sempre a eliminação das barreiras é suficiente para a satisfação das pessoas com deficiência, pois estas precisam se identificar com o lugar. Segundo as referidas autoras, “quando um espaço ‘rejeita’ o acesso de uma pessoa, a interação entre ambos se torna impossível e, geralmente, o que se verifica, é que essa pessoa passa também a rejeitar os lugares, os edifícios, a cidade e acaba se auto-exilando em casa, em clínicas ou em si mesmo.” (DUARTE; COHEN, 2010, p. 86).

acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis: Grupo PET Arquitetura e Urbanismo, UFSC: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2004.

³⁷ A deficiência física é caracterizada por “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções” (BRASIL, 2004).

³⁸ Para Lanchoti e Bruna (2010), o espaço urbano é composto de 04 elementos: via, edifício, mobiliário e transporte.

Outro aspecto destacado por Resende (2004) é a invisibilidade das barreiras para as pessoas sem deficiência e a transferência das dificuldades causadas pela infraestrutura das cidades para a deficiência da pessoa, dificultando a eliminação das barreiras existentes nos espaços e na cidade. Novamente surge o papel da sociedade no processo de inclusão e eliminação de barreiras.



FIGURA 1 - SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO
FONTE: ABNT (2004).

Os espaços acessíveis devem ser sinalizados com o Símbolo Internacional de Acesso³⁹ (Fig. 1) e devem proporcionar a utilização por todas as pessoas apresentando os quatro componentes da acessibilidade: a **orientação** para se deslocar e usar o espaço, a **comunicação** entre pessoas e entre pessoas e equipamentos, o **deslocamento** de forma independente com conforto e segurança e o **uso** dos equipamentos e participação das atividades (DISCHINGER; ELY⁴⁰, 2006, *apud* OLIVEIRA, 2006).

Para tanto, a NBR 9050 apresenta as especificações sobre a sinalização dos espaços, definindo tipo, cor, tamanho de letra, bem como o tipo de piso e as dimensões mínimas para permitir o uso e deslocamento dos espaços e equipamentos.

Segundo Duarte e Cohen (2010, p. 87), é a própria acessibilidade que participa “do processo de moldagem do Lugar da pessoa com deficiência, sendo agente do uso e apropriação dos ambientes” para assim proporcionar espaços convidativos e promotores de convívio social.

³⁹ A Lei n. 7.405 de 12/11/1985 tornou obrigatória a sua utilização em locais acessíveis e a NBR definiu as especificações deste, bem como as regras de utilização.

⁴⁰ DISCHINGER, Marta; ELY, Vera H. M. B. **Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: guia de avaliação e implementação de normas técnicas**. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, [2006]. Trabalho em andamento.

A acessibilidade dos espaços das cidades, pautada então nos princípios do Desenho Universal, que busca a criação de espaços e equipamentos que podem ser utilizados por todas as pessoas, proporciona a cada cidadão facilidades para realizar as suas mais diferentes atividades e assim conviver na cidade.

Portanto, a acessibilidade é um instrumento fundamental para que as pessoas consigam usufruir de seus outros direitos garantidos pela legislação, como educação, trabalho, saúde e lazer. Porém, para que isso seja possível não se deve pensar em acessibilidade de espaços isolados, mas a “cidade deve estar preparada para que estas pessoas tenham condições para se localizarem dentro dela, bem como facilidade de locomover-se naturalmente de um lado para outro.” (LEITE, 2007, p. 182).

Neste trabalho, voltamos nossa atenção para o estudo da acessibilidade dos espaços de lazer para as pessoas cadeirantes, entendendo-os como espaços públicos de convívio social e que devem ser vistos e analisados como espaços integrados na cidade. Para tanto, necessitamos primeiramente compreender o fenômeno do lazer garantido como direito social.

2.2 TEMPO/ESPAÇO DE LAZER: DIREITO SOCIAL PARA TODOS?

2.2.1 O direito ao lazer

O estudo sobre o fenômeno do lazer tem sido realizado principalmente pelos profissionais da educação física, entretanto é campo de reflexão de diversas outras áreas do conhecimento, tornando-o um campo complexo, com diferentes concepções.

O surgimento do lazer também não é consenso entre os estudiosos, contudo sempre esteve relacionado ao tempo do não trabalho. Há autores que apontam o surgimento do lazer nas sociedades clássicas e o relacionam com o ócio, também denominado pelo termo *skolé*⁴¹. Para essas sociedades o ócio não

⁴¹ A palavra *skolé* era um termo comum utilizado pelos filósofos gregos, entre eles Aristóteles. O termo significava “um tempo dedicado a si mesmo que gerava prazer intrínseco.” (GOMES, 2008, p. 21).

significava um tempo passivo, mas sim um tempo livre de qualquer obrigação e destinado à reflexão e contemplação principalmente dos filósofos, ou seja, pessoas que usufruíam do tempo para “pensar”, analisar e refletir sobre a vida. Consequentemente era considerado como privilégio de poucos, já que dependia das condições educacionais e socioeconômicas. Diante disso, Gomes (2008) afirma que a relação feita em nossa sociedade atual entre lazer como direito de classes privilegiadas provém das concepções daquela época.

Muitos autores, porém compreendem o lazer como um fenômeno da sociedade moderna e relacionam o seu surgimento com o período da Revolução Industrial, sendo considerado um direito social conquistado pelos trabalhadores que possuíam uma carga elevada de trabalho.

Nesse período de valorização do trabalho, o ócio, considerado como privilégio de poucos, começou a ser hostilizado e o sentido inicial voltado à contemplação e uma caracterização como um tempo improdutivo e sem produção, deixou de existir. Apesar da mudança de compreensão do ócio, o conceito de lazer continuou relacionado ao tempo do não trabalho, ou seja, o tempo livre. Essa relação fez com que o lazer fosse confundido como tempo livre e colocado sempre em desvantagem com o trabalho (HUNGER; SQUARCINI; PEREIRA, 2004).

Dessa forma, os autores buscaram diferenciar o tempo livre do tempo de lazer. Entre eles, Elias e Dunnig⁴² (1992) definiram o tempo livre como um tempo liberto das obrigações de trabalho, no qual podem ser realizadas diversas outras atividades, como as atividades de administração familiar, repouso, atividades de vida diária, ou de lazer.

Bruhns (2004) e Gomes (2008) afirmam ainda que não é possível desvincular o tempo livre do tempo de trabalho, pelo fato dos dois estarem determinados pela contabilização deste tempo. Porém esta visão leva a crença que o lazer só pode ser realizado em um tempo institucionalizado, como por exemplo, durante as férias, feriados e finais de semana, ou em tempos pré-determinados para o repouso ou alívio das tensões do trabalho. Essa ideia

⁴² Elias e Dunning acreditam que o lazer não deve ser considerado como uma compensação para o trabalho e atestam que está ligado com a criação de “tensão” ao invés do simples alívio da mesma. Os autores chamam as atividades de lazer como atividades “miméticas” que despertam emoções relacionadas com aquelas sentidas na chamada parte “séria” da vida. Para Elias e Dunnig, as atividades miméticas possibilitam uma espécie de transposição das emoções para um espaço em que estas não colocam em risco a ordem da vida social, possuem aprovação social e da consciência do indivíduo, além de proporcionam sentimentos de prazer.

segundo as referidas autoras limita a concepção do fenômeno do lazer que não necessita estar preso a esses períodos de tempo pré-determinados pelo trabalho.

Gomes (2008) ainda acrescenta que a conquista do direito ao tempo livre pelos trabalhadores não deve ser desmerecida, entretanto destaca que o lazer não deve ser discutido apenas pela categoria de tempo, já que a garantia do tempo livre não garante uma vivência significativa de lazer. Portanto, também discutiremos a questão dos espaços de lazer, mas primeiramente partimos para uma busca de conceitos sobre o lazer e encontramos várias definições, entre elas nos atemos primeiramente à Carta Internacional de Educação para o Lazer⁴³, na qual o lazer foi conceituado como “uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade.” (WRLA, 1993).

Entre as características apresentadas na definição e também discutidas por Camargo (2003), temos a relação entre a busca pelo prazer e a satisfação com o lazer, porém Melo e Alves Junior (2003) ressaltam que o prazer não deve ser compreendido como exclusivo das atividades de lazer e pode estar presente em outras atividades também. Na mesma definição também encontramos a existência de uma liberdade de escolha das atividades de lazer, que tanto Camargo (2003) como Melo e Alves Junior (2003) descrevem como uma liberdade maior quando comparada a outras atividades de caráter mais obrigatório, como trabalho, serviços domésticos dentre outras. Cabe salientar que essa liberdade de escolhas é influenciada por diversos fatores como: gênero, idade, época, ambiente, assim como fatores econômicos, políticos e sociais (SILVA; RAPHAEL; SANTOS, 2006; MARCELLINO, 2006; WRLA, 1993), bem como pelo próprio entendimento do que é lazer.

Melo e Alves Junior (2003) e Marcellino (1995) complementam a definição de lazer apresentando-o como expressão da cultura, que segundo Gomes (2008) é vivenciada e produzida no tempo e espaço de lazer por meio das atividades lúdicas. Gomes (2008, p. 131) ainda ressalta que é no tempo/espaço de lazer que as pessoas ressignificam suas vivências, o que “representa uma chance de produção de cultura, por meio da vivência lúdica de diferentes conteúdos. Essa

⁴³ A Carta Internacional de Educação para o Lazer foi aprovada pela Associação Mundial de Recreação e Lazer em 1993.

vivência é mobilizada pelo desejo e permeada pelos sentidos de satisfação, liberdade e autonomia – sejam eles reais ou apenas percebidos.”

Outro conceito foi trazido por Mascarenhas (2004, p. 97), que entende o lazer como “um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia”. De acordo com esse conceito, encontramos novamente a relação do tempo de lazer com o tempo do trabalho, bem como a sua relação com a cultura e o lúdico. Mascarenhas (2004) aponta que o lazer não pode ser visto de maneira isolada e concorda com Gomes (2008) sobre a necessidade de se conhecer o contexto que ocorre, pois pode mascarar as condições sociais, devido a presença das relações de hegemonia. Além disso, Gomes (2008) acrescenta que o tempo/espaço de lazer pode também representar uma possibilidade de questionamento à ordem existente, ou seja, um tempo e espaço para exercício da cidadania.

Contudo, a compreensão da complexidade do lazer e de seu significado é dificultada, segundo Rocha (2004), pela visão restrita apresentada pelos meios de comunicação, que colocam o lazer como um simples divertimento, ou, como complementa Gomes (2008), como um produto supérfluo e dispensável para as pessoas que não conseguem ter as mínimas condições de sobrevivência. Diante disso, Silva, Raphael e Santos (2006) e Marcellino (2006) apontam a necessidade da educação para o lazer de modo a desenvolver um olhar crítico para os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, e assim garantir uma real vivência do lazer com igualdade de oportunidades de acesso.

A falta de consenso sobre a definição de lazer e sobre seu significado é considerada por Menicucci (2006) um dos problemas que dificulta a elaboração das políticas públicas nessa área.

A legislação brasileira, na Constituição Federal de 1988 garante o lazer como um direito social para todas as pessoas. O lazer é apresentado no artigo 6.º, dentre os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Segundo Tokunaga (2009), tal declaração esclarece que o direito ao lazer é um direito fundamental, e que colabora para a promoção do bem comum, o qual é um dos objetivos da República Federativa do

Brasil, e como direito social deve ser assegurado pelo Estado por meio das políticas públicas, fato este que pode ser observado no artigo 217 da Constituição, que afirma que “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988). Por outro lado, Menicucci (2006) aponta que os direitos sociais são considerados como objetos de disputa, sendo redefinidos de acordo com as mudanças econômicas e políticas e as concepções da sociedade quanto ao bem-estar social.

A disputa, de acordo com Filho (2006), também é percebida na criação de políticas públicas, já que necessitam primeiramente estar inscritas na agenda governamental. E elas também estão atreladas aos programas orçamentários e ao jogo de interesses dos atores envolvidos que vão pressionar o governo.

No Brasil, as discussões sobre políticas públicas de lazer são recentes, entretanto Rocha (2004) aponta um crescimento nessa área devido às novas demandas e organização da sociedade, mesmo não havendo grande participação da própria sociedade.

Já Reis e Starepravo (2008) e Filho (2006) citam a importância de observar a inter-relação do lazer com os outros direitos sociais. Os referidos autores afirmam que o lazer não pode ser visto de modo isolado, hierarquizado e independente das questões sociais, pois há a necessidade de ele estar articulado com os diferentes setores públicos. Assim, Marcellino (2006, p. 86) afirma que:

Falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo; significa falar em redução de jornada de trabalho – sem redução de salários, e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano etc.; [...] E, finalmente, falar numa política de reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno, mas não se restringe a ela.

A preocupação pelos espaços de lazer também deve ser observada, segundo Rechia e França (2006, p. 74), “no que tange a localização de equipamentos, infra-estrutura e acessibilidade nesses ambientes”. Os referidos autores compreendem que o planejamento urbano deve possibilitar a presença de áreas de lazer em todas as regiões da cidade, incentivando a apropriação destes espaços. Para Jacobs (2000), o uso combinado de diferentes espaços na cidade estimula o uso e apropriação e para Rechia e Betrán (2010), a estrutura

diversificada e acessível possibilita a diversidade de uso. De modo que, Reis e Starepravo (2008) apontam que a efetivação das políticas públicas deve ser realizada em três eixos: a **educação** das pessoas sobre o lazer, para que estes compreendam a real importância dele; a **disponibilidade de espaços** e equipamentos públicos nas diferentes regiões das cidades; e a **acessibilidade** a esses espaços e equipamentos, garantindo acesso e uso por todos.

Portanto, compreendemos o lazer como um fenômeno complexo e significativo por proporcionar a expressão e vivência da cultura e o consideramos como prática inclusiva facilitada pela liberdade de escolha, busca pelo prazer e pelas atividades lúdicas. Apesar de ser considerado direito social para todas as pessoas, ainda é visto por muitas como algo exclusivo de classes privilegiadas, isto é, uma visão distorcida de sua importância para o ser humano. Diante disso, tornam-se necessárias a elaboração e efetivação de políticas públicas para garantir o direito ao lazer. Elas devem abranger tanto a questão da disponibilização do tempo para o lazer, da educação para o lazer, como a questão dos espaços públicos de lazer acessíveis para todas as pessoas e, portanto, livre de barreiras.

2.2.2 O direito à espaços de lazer acessíveis

A importância do estudo dos espaços públicos de lazer e do seu papel na sociedade e na cidade são discutidos por Rechia e França (2006), que recorrem à contribuição de diversos autores da sociologia, história e geografia. Os referidos autores afirmam que somente na década de setenta a análise da categoria espacial e sua relação com a sociedade capitalista ganhou maior relevância por meio das teorias marxistas. De tal modo podemos observar pela afirmação de Santos⁴⁴ (1997, p. 63-64, *apud* RECHIA; FRANÇA, 2006, p. 66-67) que:

O espaço parece, pois, transformar-se no modo privilegiado de pensar e agir o fim do século. Assim sendo, é de pensar que as representações sociais do espaço adquiram cada vez mais importância e centralidade analíticas. Os nossos próprios tempos e temporalidades serão progressivamente mais espaciais. É comum identificar em nossas trajetórias pessoais e sucessão do tempo da família, da escola, do trabalho. Foi em atenção a essa sucessão que se constituíram muitos

⁴⁴ SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

dos ramos da sociologia e de outras ciências sociais [...]. Começamos a ver que cada um desses tempos é simultaneamente a convocação de um espaço específico que confere materialidade própria às relações sociais que nele tem lugar. A sucessão dos tempos é também uma sucessão de espaços que percorremos e nos percorrem, deixando em nós as marcas que deixamos neles.

Percebemos que o espaço público passa então a ser considerado além de suas dimensões e localizações geográficas e começa a ser visto como um espaço de representação social (BORJA, 2005). Segundo Rechia (2003, p. 130), são nos espaços públicos que “os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos”. Assim, a relação do espaço com os indivíduos é uma relação complexa e de influência mútua, e Negt (2002) complementa que o espaço público proporciona a convivência com pessoas desconhecidas e possibilita o exercício da cidadania, oferecendo, de acordo com Melo *et al.* (2009), possibilidades para inclusão.

De acordo com essa perspectiva, Rechia e Betrán (2010, p. 184) afirmam que os espaços públicos de lazer são considerados “lugares de socialização cidadina por excelência, de potencialização de identidades culturais, de possibilidades de estabelecer relações multiculturais e integração social, aspectos que fazem parte de uma comunidade de convivência”. Rechia (2009) complementa que as diversas transformações sociais geraram cidades modernas com redução dos espaços que possibilitam as experiências de lazer, diminuindo assim a possibilidade de convivência nos diferentes espaços públicos de lazer. Dessa maneira, recorreremos à discussão feita por Rechia e França (2006) da necessidade de planejar a localização dos espaços de lazer para permitir o acesso a todos e possibilitar a atribuição de um significado e cuidado do espaço.

Lembramos ainda que esses espaços possuem uma relação direta com a cidade e seus cidadãos e isso se deve ao fato de sua manutenção e vida se dar pela participação ativa das pessoas e pelo significado que estas lhe atribuem para possibilitar a transformação de um espaço indiferenciado em um lugar significativo.

A atribuição de um significado depende, de acordo com Jacobs (2000), da relação e conexão que os espaços de lazer possuem com as atividades do bairro, bem como da diversidade de usos que eles possibilitam, e da garantia de utilização por diferentes pessoas. A idéia de uso do espaço pela diversidade de

pessoas nos remete ao conceito de “Desenho Universal”⁴⁵, que busca tornar um espaço possível de ser utilizado de inúmeras formas por diferentes pessoas. Cohen (2006) complementa que a atribuição de significado se relaciona com os sentimentos que o ambiente evoca na pessoa. A autora denomina como “ambiente sensível” aquele capaz de provocar sentimentos, emoção e afeição pelo lugar. Assim, acredita que a apropriação está condicionada pelas experiências que o lugar permite. Nessa perspectiva, a presença de barreiras e obstáculos pode proporcionar experiências desagradáveis para as pessoas com alguma deficiência ou mobilidade reduzida e interferir na apropriação de um determinado espaço.

Os princípios de inclusão já foram apresentados na Carta Internacional de Educação para o Lazer⁴⁶, que sugeria a otimização do acesso aos serviços de lazer com a eliminação das barreiras físicas em 1993. Marcellino (2006) também ressalta a importância da democratização do lazer e consequentemente de seus espaços⁴⁷, com a construção de equipamentos novos, com a conservação daqueles já existentes e também considera a eliminação de barreiras arquitetônicas, além da necessidade de conhecer a população que irá utilizá-lo, para que realmente sejam significativos. Rechia (2009) destaca que essa democratização somente será possível com a participação da população no planejamento destes espaços, para que sejam espaços que atendam as necessidades e anseios da população local.

A democratização do acesso ao lazer também foi pauta de discussão nacional nas três Conferências Nacionais do Esporte realizadas em 2004, 2006 e 2010, que apresentaram em seus documentos finais a necessidade de democratização e universalização do acesso ao esporte e lazer aos diferentes segmentos da sociedade, incluindo as pessoas com deficiência, além da preservação dos espaços e a construção e reativação de espaços públicos de lazer acessíveis nas cidades (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2009).

Em relação à legislação nacional, o Decreto n. 5.296 de 2004, que trata da acessibilidade, também contempla os espaços de lazer e, em 2009, uma nova lei de n. 11.982⁴⁸ trouxe outros avanços ao determinar a adaptação de parte dos

⁴⁵ Os conceitos do Desenho para Todos ou Desenho Universal foram apresentados na página 31.

⁴⁶ Idem Nota 43.

⁴⁷ Marcellino cita Santini e afirma que não é possível realizar lazer sem um espaço (SANTINNI, R. de C. G. **Dimensões do lazer e da recreação**. São Paulo: Angelotti, 1993).

⁴⁸ A lei n. 11.982/09 acrescenta parágrafo único à Lei n. 10.098/00.

brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2009).

Entretanto Tokunaga (2009) relata que apesar de muitos espaços de lazer oferecerem alguns incentivos para as pessoas com deficiência, como, por exemplo, gratuidade ou redução no valor de tarifas, esses incentivos nem sempre garantem a acessibilidade dos espaços. A referida autora ainda afirma que eles podem “iludir no sentido de garantia do direito ao lazer das pessoas com deficiência, mas o efetivo acesso dá-se mediante acessibilidade tecnológica, física e de pessoal.” (TOKUNAGA, 2009, p. 75).

Muitos outros autores dão suas contribuições à discussão da acessibilidade aos espaços da cidade, entre eles Hunger, Squarcini e Pereira (2004) afirmam que no Brasil ainda há dificuldade de se encontrar espaços públicos de lazer acessíveis, porque geralmente esses espaços não correspondem às reais necessidades e especificidades das pessoas com deficiência. Burjato (2004) destaca que um ambiente inclusivo é aquele que além de atender às normas de acessibilidade, considera ainda todas as possibilidades de lazer no parque. Assim, Burjato (2004), Ribeiro *et al.* (2007), Araujo, Candido e Leite (2009), Melo *et al.* (2009) e Santos *et al.* (2006) comprovam em seus estudos a carência de acessibilidade nos diferentes espaços de lazer pesquisados. Burjato (2004) e Ribeiro *et al.* (2007) ainda acrescentam a necessidade de considerar não somente as barreiras arquitetônicas dos espaços, mas também do entorno desses, pois podem dificultar o acesso. Santos *et al.* (2006) discute ainda as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência no uso do transporte público e suas influências na mobilidade urbana e consequentemente no uso dos espaços de lazer. Concordamos com Santos *et al.* (2006) e Leite (2007) e percebemos novamente a importância de um olhar sobre a cidade e não apenas para um espaço isolado.

Os estudos realizados por Ribeiro *et al.* (2007), Araujo Candido e Leite (2009) apresentam as rampas e rebaixamentos de guias, pisos regulares e sanitários como itens indispensáveis para que um espaço de lazer seja considerado acessível. A pesquisa, realizada por Ribeiro *et al.* (2007) em parques, museus, cinemas, teatros e praias da cidade de Salvador, apontou que os teatros e cinemas apresentam maior acessibilidade e que os parques ainda são deficitários na sinalização de degraus e rampas, na presença de rebaixamento de

calçadas, bebedouros e telefones acessíveis, itens apontados como indispensáveis.

Outro aspecto importante na discussão da acessibilidade em espaços públicos de lazer, já que em sua maioria são espaços naturais, foi trazido por Guimarães⁴⁹ (1999, *apud* BURJATO, 2004), que destaca a relação da acessibilidade com a questão ambiental. O referido autor sugere que a graduação da acessibilidade seja pensada para evitar a descaracterização do ambiente e afirma que se faz necessário aceitar a impossibilidade de acessibilidade total em algumas áreas naturais. Essa questão se torna bastante complexa e necessita de discussões intersetoriais, bem como da participação popular, para que os ambientes naturais tenham o mínimo necessário acessível, possibilitando o acesso e uso do espaço.

De acordo com NBR 9050, as praças e parques devem buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente, contudo devem prever acessibilidade a todo mobiliário e equipamentos, mesas de refeições e jogos existentes, bem como piso regular e acessível.

Conforme o exposto acima, ressaltamos a importância do estudo da acessibilidade dos espaços públicos de lazer, já que eles são vistos como espaços de socialização e convivência com pessoas desconhecidas e proporcionam a expressão da cultura. Entretanto, lembramos ainda a importância da relação desses espaços com os demais espaços da cidade, para que se transformem em lugares significativos e apropriados às pessoas que o utilizam. O estudo da acessibilidade deve, portanto, considerar que os espaços de lazer da cidade apresentem as condições mínimas que garantam o acesso e uso por todas as pessoas, independente de suas condições de saúde, faixa etária e condição social. Diante disso apresentamos a seguir o caminho que trilhamos na investigação da acessibilidade de alguns espaços públicos de lazer de Curitiba que foram frequentados pelo grupo de cadeirantes “A União faz a Força”.

⁴⁹ GUIMARÃES, M. P. **A graduação da Acessibilidade versus a NBR 9050-1994**: uma análise de conteúdo. 3. ed. Belo Horizonte: Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, 1999.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, de cunho sociológico, busca compreender e discutir a relação da acessibilidade de alguns espaços públicos de lazer de Curitiba com a garantia do direito ao lazer para o grupo de pessoas cadeirantes “A União faz a Força”.

Para isso, utilizamos a abordagem qualitativa, a qual, segundo Flick (2009a), tem como característica comum entender e explicar os fenômenos sociais, analisando experiências de indivíduos ou grupos, com o uso de diferentes enfoques.

Assim, corroboramos com Denzin e Lincoln⁵⁰ (2005, p. 3, *apud* FLICK, 2009a, p. 16), que compreendem a pesquisa qualitativa como

uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termo dos sentidos que as pessoas lhes atribuem.

Para tanto, adotamos a estratégia de triangulação com diferentes técnicas de coleta de dados, as quais, conforme Flick (2009b, p. 362), tem como objetivo “enriquecer e complementar ainda mais o conhecimento e de superar os potenciais epistemológicos (sempre limitados) do método individual”. Tal estratégia permite-nos estabelecer relações entre a literatura científica, leis e decretos que tratam da pessoa com deficiência e acessibilidade e as entrevistas semiestruturadas com as pessoas cadeirantes e os gestores das Secretarias dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SDPCD), bem como da Secretaria do Meio Ambiente (SMMA) da Prefeitura de Curitiba; além das observações sistemáticas dos parques Barigui, Bacacheri, Lago Azul e da UNILIVRE (Universidade Livre do

⁵⁰ DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. “Introduction: the discipline and practice of qualitative research”. In: _____. (Eds.). *The Sage handbook of Qualitative Research*. 3. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005. p. 1-32.

Meio Ambiente) localizada no Bosque Zaninelli, e dos passeios realizados pelo Grupo “A União faz a Força” na UNILIVRE⁵¹ e no Parque Bacacheri⁵².

Para a realização desta pesquisa, adotamos o lema utilizado pela luta das pessoas com deficiência “Nada sobre nós, sem nós” e, portanto, convidamos os 05 (cinco) integrantes do grupo de cadeirantes “A União faz a Força” para participarem da pesquisa sobre a acessibilidade dos espaços de lazer que eles conhecem ou frequentam. O grupo foi formado em 2008 no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Regional Bairro Novo de Curitiba, sob a Coordenação de uma terapeuta ocupacional⁵³, e tem como objetivo discutir questões relacionadas à inclusão e acessibilidade nas atividades culturais e de lazer, que serão apresentadas posteriormente.

Como critério de inclusão para participar desta pesquisa, adotamos a participação dos cadeirantes no Grupo “A União faz a Força” durante o ano de 2010, sendo os critérios de inclusão para participação no grupo: não possuir graves comprometimentos cognitivos, que prejudicassem a compreensão da proposta, e ter autonomia mínima na locomoção na comunidade.

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas com os cadeirantes do grupo “A União faz a Força” e com gestores da Prefeitura de Curitiba, observação sistemática de quatro espaços de lazer, observação de dois passeios realizados pelo grupo de cadeirantes. Iniciamos com as entrevistas semiestruturadas com roteiro previamente estabelecido (APÊNDICE A) que, segundo Alves-Mazzoti (2004), permitem explorar temas complexos com mais profundidade para, desta forma, compreender como os cadeirantes e os gestores entendem a questão da acessibilidade dos espaços públicos de lazer de Curitiba. Foram entrevistados⁵⁴ 04 (quatro)⁵⁵ integrantes do grupo “A União faz a Força”, 01 (um) gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e 01 (um) gestor

⁵¹ Observação do passeio realizado pelo grupo “A União faz a Força” em 07 de maio de 2010.

⁵² Observação do passeio realizado pelo grupo “A União faz a Força” em 19 de outubro de 2010.

⁵³ O grupo foi estruturado por uma terapeuta ocupacional, docente da Universidade Federal do Paraná. Nas páginas 49 a 51 deste trabalho apresentamos o grupo, seus objetivos e atividades realizadas.

⁵⁴ O nome dos entrevistados não será divulgado. Os participantes do grupo “A União faz a Força” serão identificados pelo termo “cadeirante”, seguido pelo número correspondente à ordem da apresentação destes no 3.1. Os gestores serão identificados pelo termo “gestor”, seguido pelo nome correspondente à Secretaria.

⁵⁵ Apenas 04 (quatro) integrantes do grupo “A União faz a Força” participaram da pesquisa, pois um integrante estava afastado do grupo por problemas de saúde.

da Secretaria do Meio Ambiente, responsável pela manutenção dos espaços públicos de lazer.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, o que possibilitou que fossem analisadas na forma que foram apresentadas, garantindo a qualidade na análise dos dados. Antes da realização das entrevistas, cada participante recebeu uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵⁶, assegurando a manutenção do caráter anônimo dos participantes e da proteção de suas identidades perante terceiros não autorizados.

Após as entrevistas, foram realizadas observações sistemáticas de alguns espaços públicos de lazer. O critério de escolha dos espaços foi analisar os espaços públicos de lazer, parques e bosques, que o grupo havia conhecido com os passeios realizados durante os anos de 2008 a 2010 e analisar o parque criado em 2008 que é considerado pela gestão como parque adaptado às Pessoas com Deficiência. A observação sistemática, segundo Marconi e Lakatos (2003) e Gil (1999), prevê a utilização de um instrumento regulador utilizado para identificar categorias de observação relevante. Para essa pesquisa foi utilizado um roteiro criado por esta pesquisadora⁵⁷ para avaliar a acessibilidade das seguintes categorias: no acesso (entrada e estacionamento), na circulação e uso do espaço e dos equipamentos de lazer e sanitários. Os espaços públicos de lazer avaliados com o roteiro foram os três espaços que o grupo conheceu pelos passeios, a saber: o Parque Barigui, o Parque Bacacheri e a UNILIVRE; e o Parque Lago Azul, citado pelos gestores como parque adaptado.

Realizamos ainda observações de duas atividades externas realizadas pelo grupo, que constituíram em passeios acompanhados⁵⁸ para um espaço de lazer escolhido pelos próprios integrantes do grupo. Durante o período da

⁵⁶ Encontra-se no Apêndice B.

⁵⁷ Este roteiro foi baseado na Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR-9050) e no protocolo de Acessibilidade do CREA-PR, porém foi delimitado para as questões relacionadas às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Não foram consideradas as determinações da NBR 9050 voltadas para as pessoas com deficiência visual, auditiva ou intelectual. O roteiro se encontra no APÊNDICE C.

⁵⁸ O método “passeio acompanhado” foi desenvolvido por Dischinger (2000) e permite observar a realidade do usuário no uso do espaço. É utilizado para ter uma visão precisa da realidade e para avaliar as condições de acessibilidade. No passeio são utilizados gravadores, máquinas fotográficas. (GUIMARÃES, E. A. *et al.* Passeios Acompanhados – método investigativo de leitura e compreensão do espaço construído através de interface usuário-pesquisador. In: 6.º ERGODESIGN, Bauru, 2006. Disponível em: <<http://www.arq.ufsc.br/petarq/wp-content/uploads/2008/02/ergodesign-13.pdf>>. Acesso em: 09.10.2010. Nesta pesquisa utilizamos a filmagem e a fotografia como recurso no passeio acompanhado.

pesquisa o grupo realizou um passeio ao Parque Bacacheri e à UNILIVRE. O registro das observações foi feito através de registro fotográfico, filmagem e anotações em diário de campo, com as seguintes categorias: dificuldades e facilidades no deslocamento, acesso e uso dos espaços e dos equipamentos. O uso das imagens permitiu uma descrição detalhada da realidade vivenciada pelos sujeitos desta pesquisa bem como observar comportamentos intencionais em seu contexto temporal e espacial, complementando assim a coleta de dados verbais (ALVES-MAZZOTTI, 2004; FLICK, 2009b).

As observações dos espaços e das atividades externas têm como objetivo aprofundar a discussão sobre acessibilidade dos espaços públicos de lazer de Curitiba.

Quanto à análise dos dados, esta foi de cunho interpretativo e se preocupou em compreender as dificuldades e facilidades na acessibilidade dos espaços públicos de lazer de Curitiba conhecidos pelo grupo “A União faz a Força”, bem qual a relação da acessibilidade e a garantia do direito ao lazer para os integrantes do grupo. Logo, iniciamos com a análise das entrevistas com as pessoas cadeirantes, que nos apontaram as categorias de análise a partir dos temas principais levantados (FLICK, 2009a). Seguimos então com as análises das entrevistas com os gestores, bem com as observações dos espaços e as vivências.

Com esse procedimento encontramos as seguintes categorias de análise: acessibilidade da cidade de Curitiba relacionada à mobilidade, subdividida em transportes e calçadas; acessibilidade dos espaços de lazer, relacionada a facilidades de uso e dificuldades de uso; e o lazer.

A interpretação será realizada através da triangulação dos dados verbais e visuais coletados com o referencial teórico para permitir uma análise mais aprofundada dos fatos (FLICK, 2009a). Para auxiliar na discussão dos dados sobre a acessibilidade da cidade de Curitiba e seus espaços de lazer, utilizamos algumas reportagens extraídas do Jornal *Gazeta do Povo*, que trazem matérias sobre o tema da acessibilidade na cidade. A coleta das reportagens foi realizada por meio eletrônico com as seguintes palavras-chave: acessibilidade; pessoa com deficiência; e cadeirante; no período de 2006-2010. A escolha do jornal se deu por ser o jornal de maior circulação no estado do Paraná.

A seguir faremos uma breve apresentação dos sujeitos desta pesquisa e da constituição do grupo “A União faz a Força”.

3.1 O GRUPO “A UNIÃO FAZ A FORÇA”

Em 2008, pelo convênio⁵⁹ realizado entre o curso de graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná com a Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS), que resultou em estágios supervisionados de observação e prática no campo social, e por solicitação da Coordenadora do CRAS⁶⁰-Bairro Novo de desenvolver ações de Terapia Ocupacional destinadas às pessoas com deficiência vítimas de violência, iniciou-se o projeto de atendimento de um grupo de cadeirantes.

O Distrito do Bairro Novo, que se localiza no Bairro Sítio Cercado, região Sul da cidade de Curitiba, e foi loteado pela Prefeitura de Curitiba em 1992 para construção de um conjunto habitacional. Atualmente conta com uma população de aproximadamente 51.581 habitantes (censo do IBGE de 2000), sendo considerada uma das regiões mais carentes e violentas da cidade de Curitiba.

O projeto de organização do grupo de cadeirantes foi coordenado por uma terapeuta ocupacional e docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná.

O grupo de cadeirantes foi constituído a partir de encaminhamento de usuários que já faziam parte de projetos do CRAS-Bairro Novo por meio dos educadores e assistentes sociais; visitas domiciliares aos usuários indicados pela equipe técnica do referido CRAS; contato com cadeirantes moradores do Bairro Novo, que circulavam pelas redondezas do CRAS, e encaminhamento de usuários que buscavam os serviços do CRAS-Bairro Novo. Os critérios de inclusão para a participação do grupo foram: não possuir graves comprometimentos cognitivos que prejudicassem a compreensão da proposta e ter autonomia mínima na locomoção na comunidade.

⁵⁹ O Convênio entre o curso de Terapia Ocupacional da UFPR e a FAS foi realizado em 2006 e o trabalho com o grupo de cadeirantes iniciou em 2008.

⁶⁰ Os CRAS são “unidades de execução dos serviços de proteção social básica destinados à população em situação de vulnerabilidade social, em articulação com a rede socioassistencial.” Abrangem um total de 1.000 família/ano. Executam serviços de proteção social básica e orientam família e indivíduos visando à orientação e convívio sociofamiliar e comunitário (FAS, 2010).

As propostas de intervenção de terapia ocupacional ao grupo foram: proporcionar espaço para discussão e reflexão sobre interesses e habilidades dos participantes; proporcionar espaço para discussão sobre projetos de vida; proporcionar discussão sobre direitos humanos e a legislação que protege pessoas com deficiência; estimular e acompanhar os cadeirantes a utilizarem os serviços e bens públicos de cultura e lazer oferecidos pela cidade de Curitiba, favorecendo a convivência, o fortalecimento de vínculos e a promoção da inclusão social; desenvolver habilidades necessárias à autonomia e participação social; estimular a vivência de atividades não realizadas devido ao preconceito dos próprios cadeirantes e/ou familiares e não por possíveis limitações da deficiência, numa proposta de desconstrução de preconceitos; discutir as dificuldades vivenciadas durante as atividades culturais e de lazer e possíveis estratégias para a construção de contextos inclusivos; desenvolver ações em parceria com a equipe técnica do CRAS, supervisor e estagiários de terapia ocupacional; realizar ações intersetoriais: saúde e assistência social e, por fim, colaborar com redes inclusivas no território⁶¹.

Inicialmente compareceram 05 (cinco) participantes, porém um deles acabou se afastando do grupo, por realizar diversas cirurgias de reparação. Entre os participantes há dois do gênero masculino, um de 22 anos, que sofreu acidente com bicicleta com aproximadamente 12 anos e ficou com lesão ao nível de T4, e outro de 27 anos, que possui mielomeningocele⁶². As outras duas participantes são do gênero feminino, uma de 49 anos, que foi vítima de tumor e após cirurgia de retirada deste ficou com lesão ao nível de T3-T4, e a outra de 20 anos, que foi vítima de atropelamento aos 04 anos de idade e não soube informar o nível da lesão. Todos os quatro participantes do grupo possuem paraplegia⁶³. Quanto à

⁶¹ Todas as informações da constituição e propostas do grupo foram fornecidas pela Terapeuta Ocupacional e supervisora de estágio na área social do curso de Terapia Ocupacional da UFPR, que acompanha o grupo.

⁶² A mielomeningocele é a alteração mais frequente dos defeitos de fechamento do tubo neural e acomete mais a região toracolombar. Quanto à etiologia, tem características multifatoriais entre elas, raciais, ambientais, nutricionais e hereditárias. Ocorre durante a terceira e quinta semana de gestação e leva ao comprometimento funcional de vários órgãos, como os membros inferiores, bexiga e intestino. FERNANDES, C. A.; MENDONÇA, A. B.; SANTOS, C. A. de. Defeitos de Fechamento do Tubo Neural. In: FERNANDES, C. A. *et al.* **Medicina e Reabilitação: Princípios e Prática**. São Paulo: Artes Médicas, 2007. p. 775-797.

⁶³ O termo paraplegia é utilizado para as lesões que comprometem os segmentos medulares localizados abaixo de T1 e que acarretam dano motor e sensorial aos segmentos torácico, lombar ou sacral da medula. De acordo com o nível da lesão, resulta em dano ao tronco, pernas e órgãos pélvicos, pode levar à função moderada dos braços. ATKINS, M. S. Lesões da Medula Espinal. In:

escolaridade, dois integrantes terminaram o ensino médio e dois possuem 2.º grau incompleto, sendo que um dos cadeirantes retomou seus estudos após ter iniciado a participação no grupo.

Durante os encontros eram discutidos assuntos referentes à inclusão social baseada na autonomia, independência. O grupo também organizou alguns passeios em espaços de lazer em Curitiba e um passeio de trem para Paranaguá.

Nos anos de 2008 e 2009, os passeios foram organizados pelos estagiários de Terapia Ocupacional e a docente. Estes realizavam uma pesquisa sobre o local sugerido pelos cadeirantes e o meio de transporte. As estagiárias também realizavam uma visita ao local do passeio para avaliar se havia sanitário adaptado e outras barreiras que dificultassem o acesso e circulação no espaço de lazer. Estas informações eram trazidas e discutidas com o grupo e os cadeirantes decidiam qual passeio seria realizado. Neste período foram realizados passeios para o Museu Oscar Niemayer, Parque Barigui e o Centro de Exposições do parque. Após esses dois anos o grupo também criou uma identidade própria sob o nome de “A União faz a Força”.

No 1.º semestre de 2010, foram realizados passeios à Praça Santos Andrade, para assistir uma peça de teatro apresentada no Festival de Teatro de Curitiba, passeio ao Shopping Curitiba, para assistir a um filme exibido no cinema deste estabelecimento, viagem de trem até Paranaguá e passeio à UNILIVRE. Já no 2.º semestre, com o objetivo de possibilitar maior autonomia, a organização dos passeios foi repassada aos integrantes do grupo, sendo realizado apenas um passeio ao Parque Bacacheri. Esse parque foi escolhido por um dos integrantes do grupo que ouviu durante o Programa Eleitoral na televisão que o parque tinha sido reformado e adaptado às pessoas com deficiência.

Apesar do grupo ser constituído em 2008, a coleta de dados por meio das entrevistas e observações dos passeios em espaços públicos de lazer foi realizada somente no 1º e 2º semestre de 2010. Dessa forma foram observados os passeios na UNILIVRE e no Parque Bacacheri, bem como realizadas as observações no Parque Barigui, UNILIVRE, Parque Bacacheri e Parque Lago Azul. A seguir, apresentaremos os resultados obtidos nesta pesquisa.

4 O DIREITO À CIDADE DE CURITIBA E SEUS ESPAÇOS DE LAZER

A cidade de Curitiba tem sido referência para arquitetos, urbanistas e ambientalistas por apresentar soluções urbanísticas e políticas públicas para alguns problemas encontrados nas grandes cidades, e por isso é reconhecida como cidade-modelo e cidade planejada. Porém questionamos se Curitiba é uma cidade planejada para todos. Assim, investigamos alguns dos espaços públicos de lazer frequentados pelo grupo de cadeirantes “A União faz a Força”, e a seguir discutiremos se a cidade de Curitiba bem como seus espaços estão acessíveis para receber as pessoas cadeirantes, ofertando possibilidade de acesso e uso dos espaços de lazer para a garantia do direito ao lazer ao grupo de cadeirantes.

Iniciaremos com uma breve apresentação do planejamento urbano da cidade de Curitiba para apresentar e discutir os dados referentes a primeira categoria de análise encontrada nesta pesquisa: a mobilidade urbana. Esta categoria foi dividida em transporte coletivo e calçadas.

Em seguida, partiremos para a apresentação e discussão da categoria acessibilidade dos espaços de lazer, na qual discutiremos as facilidades e dificuldades de uso. Desta forma, apresentaremos separadamente cada espaço de lazer, utilizando as categorias do roteiro de observação destes espaços: acesso, circulação e uso do espaço e dos equipamentos de lazer e sanitários.

4.1 CURITIBA, UMA CIDADE INCLUSIVA?

Ao estudar o planejamento urbano e os espaços de lazer da cidade de Curitiba, Rechia (2003, 2005, 2007) afirma que a história formal do planejamento de Curitiba iniciou-se na década de 1940, com a instituição do Plano Agache⁶⁴, que, segundo Rechia (2003, p. 20),

⁶⁴ O primeiro Código de Posturas que data de 1985 teve uma base higienicista, já o segundo código, datado de 1919, teve como foco a modernização com o alargamento das ruas para circulação de veículo. Em 1953, foi apresentado novo Código de Posturas que se focou nas questões ambientais. OLIVEIRA, Márcio de. A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000). *Rev. Sociol. Polit.*, n. 16, 2001.

Em 2004 foi aprovado novo Código de Posturas que, segundo a Câmara Municipal de Curitiba, servirá como instrumento para outras matérias importantes, como o uso e ocupação do solo, loteamentos, publicidade e leis ambientais.

O plano Urbanístico Agache foi desenvolvido pelo arquiteto francês Alfred Agache. Disponível em: <http://www.casadamemoria.org.br/index_historiadecuritiba.html>. Acesso em: 9/1/2011.

estabeleceu diretrizes e normas técnicas para ordenar o crescimento físico, urbano e espacial da cidade, disciplinando o tráfego, organizando as funções urbanas, estabelecendo zoneamento específico para as diversas atividades, codificando as edificações a fim de estimular e orientar o desenvolvimento da cidade.

Este plano previa a preservação e embelezamento do espaço urbano com a criação de parques públicos, além disso, influenciou as próximas décadas, porém não foi suficiente para resolver os problemas que surgiram com o crescimento da cidade, sendo então criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano em Curitiba (IPPUC). Desde a sua criação o IPPUC foi composto por uma equipe multidisciplinar⁶⁵, pois tinha o objetivo de integrar a pesquisa com o planejamento urbano, bem como gerenciar o plano de urbanização e ordenar o crescimento da cidade. De acordo com Rechia (2007), a criação do IPPUC foi fundamental para concretizar os projetos e ideias em ações efetivas e concretas.

Rechia (2003) aponta ainda a década de setenta como marco de transformação física, econômica, social e cultural da história de Curitiba. Neste período Curitiba iniciou a tradição de preservar as áreas naturais para transformá-las em espaços públicos de lazer. Este planejamento com soluções urbanísticas funcionais e estéticas forneceu à cidade uma marca identitária⁶⁶ como “cidade modelo” ou “cidade planejada” e se tornou referência nacional, pois seus espaços públicos agregavam modernidade, cultura e lazer, além de proporcionarem uma mediação entre natureza e sociedade (RECHIA, 2003).

Porém, Moura⁶⁷ (2007, *apud* OLIVEIRA; RECHIA, 2009, p. 11) destaca que apesar de Curitiba ser considerada uma cidade planejada, “essa concepção da imagem é criticada por segmentos populares da sociedade civil organizada por não corresponder à realidade vivida por muitos moradores da cidade”, como por exemplo, as pessoas com deficiência.

⁶⁵ O IPPUC foi criado em 1966 e seu corpo técnico era formado por arquitetos, economistas, engenheiros, pedagogos e sociólogos.

⁶⁶ Rechia (2007) pontua a relação entre planejamento urbano e poder público na criação da marca identitária. Também afirma que a busca de uma marca identitária tem sido objeto de disputa entre as cidades para conseguir atrair mais pessoas e investimentos, o que sugere uma visão da cidade com valor de *troca*.

⁶⁷ MOURA, R. O Turismo no Projeto de Internacionalização da Imagem de Curitiba. **Revista Turismo** - Visão e Ação, v. 9, n. 3, set./dez. 2007.

Esse fato também foi apontado por um membro do Conselho das Cidades⁶⁸ e cadeirante em uma entrevista ao Jornal *Gazeta do Povo* (2008), que afirma “Curitiba tem uma sinalização de que vai haver acessibilidade, mas essa história de que é a capital de primeiro mundo é lorota”⁶⁹. Esta afirmação nos remete à importância de compreender a cidade como uma organização dinâmica que para Borja (2005) necessita ser renovada para que seus espaços atendam a todos os cidadãos e possibilitem o exercício da cidadania e o direito à apropriação da cidade (RECHIA, 2003; BORJA, 2005; CONSENZA; RESENDE, 2006).

Em 2004, tanto a adequação do plano diretor da cidade pela Lei n. 11.266/04⁷⁰ como a publicação do Decreto n. 5.296/04 e da Política de Acessibilidade do Ministério das Cidades impulsionaram reformas nos espaços para garantir a acessibilidade. De acordo com os jornais da cidade de Curitiba, iniciaram várias reformas nos espaços de lazer, nas vias, calçadas e nos transportes.

Mas no ano de 2008, de acordo com a *Gazeta do Povo*⁷¹, o próprio IPPUC ainda reconheceu algumas fragilidades da cidade na questão da acessibilidade e diagnosticou a necessidade de realizar algumas melhorias, como ampliar a frota de ônibus, construir rampas, melhorar calçadas e instalar dispositivos sonoros nos semáforos. Porém, o prazo de eliminação das barreiras existentes nas edificações de uso público e coletivo já existentes, estipulado pelo decreto n. 5.296/04 e a Política de Acessibilidade se encerrou naquele mesmo ano. Para Consenza e Rezende (2006), essas inadequações e barreiras encontradas nos espaços da cidade podem ser consideradas como um desrespeito à diversidade humana, pois impedem o direito à apropriação da cidade, já que não permitem à pessoa exercer seu papel de cidadão e de usar o espaço público.

Já em 2010, Curitiba obteve alguns avanços voltados para inclusão das pessoas com deficiências com a criação da Secretaria Municipal Especial dos

⁶⁸ O Conselho das Cidades “é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), bem como acompanhar a sua execução.” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011).

⁶⁹ *Gazeta do Povo*, Curitiba, 01 jun. 2008.

⁷⁰ Lei n. 11.266 de 16 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade. O Plano Diretor de Curitiba foi instituído pela Lei n. 2.828, de 10 de agosto de 1966.

⁷¹ *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 set. 2008.

Direitos da Pessoa com Deficiência⁷², que tem como objetivo promover ações políticas e sociais, bem como facilitar articulações intersetoriais relacionadas às questões de inclusão das pessoas com deficiência e à acessibilidade (CURITIBA, 2010).

Esse avanço também é comentado pelo gestor da Secretaria do Meio Ambiente, que relata a existência dessa parceria entre as secretarias. Para ele,

Hoje em dia estamos sendo um pouco mais específico nisso, como já existem organismos que trabalham dentro da Prefeitura, temos uma secretaria especial que só cuida da questão de acessibilidade, que então está normatizando e criando novos conceitos de acessibilidade que a gente vem se adaptando na medida do possível. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Ao falar especificamente sobre a reforma e adaptação de espaços de lazer, o gestor da Secretaria do Meio Ambiente confirma a intersectorialidade após a criação de uma secretaria específica para tratar as questões referentes às pessoas com deficiência.

A reforma é discutida com outras secretarias, no caso aqui nós conversamos com o IPPUC, que é o órgão de planejamento central e especificamente com a Secretaria Especial de Portadores de Necessidades, que eles têm lá um núcleo. Inclusive nós já estamos fazendo parte da câmara técnica da secretaria. Então temos dois arquitetos daqui que fazem parte da câmara técnica. Eles estão tendo reuniões, não só do ponto de vista dos parques, mas no geral e já trazendo esses conceitos que são discutidos lá. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Já para o gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ainda existem algumas dificuldades nesse contato com as demais secretarias para adaptação dos espaços da cidade, como a conscientização dos próprios gestores sobre as necessidades específicas e as questões orçamentárias para realização das adequações necessárias.

Essa conscientização envolve ainda esclarecer os gestores dos conceitos de acessibilidade discutidos na Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Segundo o gestor desta Secretaria, o conceito de acessibilidade é bem amplo e se

⁷² Essa afirmação foi confirmada pelas reportagens do Jornal *Gazeta do Povo* dos dias 03 de maio de 2010 e 04 de maio de 2010. Atualmente o secretário da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência é formado em administração de empresas e é um cadeirante.

refere não só à acessibilidade arquitetônica ou urbanística, mas também à acessibilidade comunicacional, que garante a sinalização adequada para as pessoas com deficiência visual e auditiva; a acessibilidade programática, voltada à elaboração de programas para tornar as instituições de ensino e empresas acessíveis para pessoas com qualquer tipo de deficiência; à acessibilidade metodológica, com o desenvolvimento de métodos para executar os programas estabelecidos; e à acessibilidade nos transportes.

Dessa forma, o gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência define a acessibilidade como

a condição que o municípios, o Estado, o governo vamos dizer assim, oferecem as pessoas de se locomoverem com segurança e autonomia e que por meio disso ela participe de todos os eventos que a sociedade possa oferecer sem nenhuma restrição. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

Essa visão de acessibilidade não se volta apenas a um tipo de deficiência, mas visa garantir a autonomia e independência para as pessoas com deficiência física, intelectual, visual e auditiva. Também se aproxima ao conceito da pessoa com deficiência definido pela Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, pois mostra a influência dos fatores externos e do ambiente, e que estes podem obstruir a participação das pessoas em suas atividades.

Na fala do gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência também notamos a importância da atuação da sociedade, mas principalmente dos gestores municipais para tornar a cidade acessível, pois, segundo Consenza e Rezende (2006), a participação destes, com um olhar voltado à inclusão é indispensável para garantir o direito à cidade a todos.

Nessa definição do gestor ainda identificamos os conceitos de inclusão por meio do uso equitativo e uso flexível de espaços voltados para e sem presença de obstáculos. A conscientização e compreensão destes conceitos são necessárias para eliminarmos as barreiras da cidade, garantindo o direito a esta, para assim evitar que a crítica da cadeirante 3 continue sendo realidade. Segundo ela:

O arquiteto planeja e é feito da maneira dele. Para ele está correto, mas para mim [...]. Eu vou passar por aqui e não vou conseguir. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Essa restrição acarretada pela presença de barreiras na cidade faz com que as pessoas com deficiência se isolem em suas casas ou em instituições e deixem de exercer seu papel de cidadão e de se apropriarem da cidade e seus espaços (CONSENZA; REZENDE, 2006; DUARTE; COHEN, 2010).

Observamos então que a cidade tem se mobilizado para melhorar as questões de acessibilidade, porém percebemos que ainda existem várias barreiras, principalmente no uso do transporte público e nas calçadas. Salientamos também que os integrantes do grupo de cadeirantes afirmaram que os obstáculos que dificultam a locomoção na cidade limitam sua independência e autonomia na participação social. Lanchoti e Bruna (2010) e Elali, Araújo e Pinheiro (2010) complementam que a mobilidade reduzida na cidade interfere na integração das pessoas com deficiência com as diferentes esferas da vida social e assim limitam suas atividades de cidadãos. Desse modo, voltamos a questionar essa marca identitária de cidade planejada. Curitiba realmente pode ser considerada como cidade com valor de *uso* e planejada para todas as pessoas, respeitando as diferenças entre elas ou se o planejamento está voltado apenas a uma camada da população que possui maior poder aquisitivo, se locomove com transporte particular, mora em determinada região da cidade ou não possui deficiência?

Neste momento, vamos nos deter na categoria de análise: mobilidade, já que esta é um direito garantido na constituição, como direito de se locomover livremente por qualquer lugar do país e discutir se este direito é garantido na cidade de Curitiba para os integrantes do grupo “A União faz a Força”.

4.1.1 O ir e vir pela cidade de Curitiba

O direito de ir e vir, segundo Lanchoti e Bruna (2010), envolve vários aspectos, mas neste trabalho estamos relacionando-o ao direito das pessoas com deficiência física, mais especificamente das pessoas cadeirantes se locomoverem

livremente sem a presença de barreiras, para possibilitar o exercício da cidadania. Para Consenza e Resende (2006), a organização espacial tem uma influência direta no exercício da cidadania.

A mobilidade urbana também foi destaque na fala dos cadeirantes. Quando questionamos os cadeirantes de sua compreensão sobre a acessibilidade, todos mencionaram o direito a se locomoverem de forma independente. Para o cadeirante 2, um espaço acessível é

uma coisa para você se locomover sozinho, ser independente. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Já a cadeirante 4 complementa e diz que acessibilidade é

onde eu posso ir a qualquer lugar tendo acesso. (CADEIRANTE 4. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Observamos nas falas anteriores a importância da mobilidade para o uso dos espaços da cidade e sua relação direta com a acessibilidade, pois segundo o Ministério das Cidades (2006b, p. 11)

Para as pessoas com restrição de mobilidade ter acessibilidade não se resume à possibilidade de entrar em um determinado local ou veículo, mas na capacidade de se deslocar pela cidade, através da utilização dos vários modos possíveis de transporte, organizados em uma rede de serviços e por todos os espaços públicos, de maneira independente.

Dessa forma, corroboramos os autores estudados e compreendemos a importância de nunca pesquisar um espaço isoladamente, mas sim o espaço e seu entorno, ou seja, estudar a cidade e as relações e usos combinados de seus diferentes espaços.

A mobilidade também pode possibilitar a exploração, bem como a apropriação da cidade. Pela fala da cadeirante 3, observamos que as barreiras podem limitar essa exploração e aumentar o isolamento, pois ela afirma que

por exemplo onde eu ando mais, eu tenho costume de ir sozinha, eu saio sem estar pensado. Aonde eu não conheço, eu não vou. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Também identificamos que a falta de informações sobre a acessibilidade dos espaços, considerada por Dischinger *et al.* (2004, *apud* MORAES, 2007)⁷³ como barreira nas comunicações, prejudica a exploração dos espaços – como a mobilidade na cidade – e limita o exercício do direito de ir e vir. Fato este confirmado pela cadeirante 4, que relata insegurança e diminuição de sua autonomia pela dificuldade de locomoção.

Eu não tenho coragem de sair sozinha e também não tenho companhia. E para eu sair sozinha, como eu falei, tenho muitas dificuldades, não tenho como subir degraus. (CADEIRANTE 4. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

A reportagem do Jornal *Gazeta do Povo* também aponta a relação da mobilidade com a inclusão, destacando que a mobilidade é um dos principais pontos citados pela baixa inclusão no mercado de trabalho (GAZETA DO POVO, 2010)⁷⁴. Lembramos que o processo de inclusão, segundo Bartalotti (2006), envolve uma mudança da sociedade e a democratização de seus espaços e atentamos para a necessidade de observar esse conceito mais amplo de acessibilidade que envolve a acessibilidade arquitetônica, urbanística, comunicacional, programática, metodológica e dos transportes, citado pelo gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Para melhorar a mobilidade na cidade de Curitiba, a Prefeitura relata que está desenvolvendo algumas ações, entre elas o aumento da frota de ônibus adaptado e obras que “incluíram calçadas e pistas internas, novas instalações sanitárias, adaptadas para deficiente, protetores de pedestres e nova sinalização horizontal (pintura no chão) e vertical (placas)” (CURITIBA, 2010).

Mas, neste momento queremos nos deter especificamente na área do transporte público, que é o meio de transporte utilizado pelos integrantes do grupo “A União faz a Força”.

A acessibilidade nos transportes é regulamentada pelas normas da ABNT n. 14.022 de 2009 que trata da acessibilidade à pessoa com deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal e da norma n. 15.320

⁷³ Idem nota 4.

⁷⁴ *Gazeta do Povo*, Curitiba, 06 ago. 2010.

de 2006 que regulamenta a acessibilidade da pessoa com deficiência no transporte rodoviário. Em relação ao transporte rodoviário, foi promulgado em 2010 o Decreto Estadual n. 6.179/10⁷⁵ que garante a gratuidade no transporte intermunicipal para pessoas com deficiência com renda inferior a 1,5 salários mínimo.

Mas, apesar da existência da legislação, para a cadeirante 3 ainda há muitas dificuldades em usar o transporte público intermunicipal ou estadual.

Se eu entro num ônibus aqui eu só vou descer no destino final. Se sento ali, tenho que ficar ali. Eu dependo de alguém, de estar pedindo. Às vezes eu estou sozinha, aí peço água para um, cafezinho para outro. É difícil para a pessoa se oferecer [...] mas a gente tem que ser teimosa e não se importar muito. Apesar de nem tudo estar adaptado, se a gente for parar, a vida vai parar. A gente tenta sempre ir atrás do que precisa. Eu pelo menos eu vou, reclamo daqui e dali.

Assim, lembramos a discussão realizada por Tokunaga (2009)⁷⁶ sobre a oferta de incentivos para as pessoas com deficiência. E destacamos que a gratuidade no transporte não é suficiente para garantir a independência e autonomia da pessoa com deficiência, pois a independência da pessoa com deficiência fica limitada para usar o sanitário durante a viagem e descer do ônibus na parada para alimentação.

Já o sistema de transporte coletivo de Curitiba é reconhecido nacionalmente e internacionalmente. Curitiba também é pioneira no Sistema Integrado de Transporte para o Ensino Especial (Sites)⁷⁷. Este sistema possui um terminal de ônibus exclusivo, sendo destinado especificamente ao transporte escolar das pessoas com deficiência (CURITIBA, 2010)⁷⁸.

O transporte coletivo da cidade possui um sistema integrado⁷⁹ que facilita o deslocamento para as diversas regiões da cidade, sem a necessidade de pagar

⁷⁵ O Decreto Estadual n. 6.179/10 regulamentou a lei n. 15.051/06. Porém, segundo a reportagem do Jornal *Gazeta do Povo* de 24 de junho de 2010, essa garantia deveria valer desde 1997. Para ter acesso a esse benefício a pessoa deverá efetuar uma reserva com 24 horas de antecedência.

⁷⁶ Tokunaga (2009) discute sobre a oferta de incentivos para uso de espaços de lazer pelas pessoas com deficiência e que esta pode iludi-las no sentido da garantia de seus direitos. Ver página 42.

⁷⁷ O projeto do Sites foi elaborado em 1983 pelo IPPUC e iniciou no ano de 1984. Em 1988 foi inaugurado o terminal exclusivo. Atualmente possui uma frota de 48 linhas com 53 ônibus e atende 2,3 mil alunos de 35 escolas especiais.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/PORTAL/principal.php?pagina=sites>>

⁷⁹ Desde 1965 o transporte coletivo de Curitiba recebe elogios, com a edição do Plano Diretor de Transportes que estabeleceu as vias estruturais para movimentação urbana. Com o crescimento

várias tarifas e com a possibilidade de trocar de ônibus nos terminais (URBS, 2010). Quanto à acessibilidade nos transportes, em 2010, a cidade já possuía mais de 80% de seus ônibus adaptados, 18 dos 21 terminais acessíveis e 293 de 364 estações tubo adaptadas para pessoas com deficiência, porém algumas inoperantes e outras com problemas (GAZETA DO POVO, 2010)⁸⁰.

Entretanto, para o gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência ainda existem dificuldades principalmente para o morador de menor poder aquisitivo, mesmo assim ele confirma o avanço da cidade na área de adaptação dos transportes coletivo. Para o gestor

O morador da cidade com condições financeiras mais baixas, já fica restrito, é uma condição de adequação de linhas, mas a oferta de transporte de Curitiba é uma das melhores do Brasil. Mas o decreto o que ele diz, que todas as capitais, todas as capitais não, todos os municípios brasileiros tem até 2014 para se adequar. Então o prazo é 2014, Curitiba está com 88% dos ônibus adaptados, articulados e bi-articulados, 88% já oferece a possibilidade da plataforma elevatória, ou se vc considerar as estações tubo e está com 66% dos alimentadores já adaptados. Nós estamos 2010 e o prazo termina em 2014, toda renovação dos ônibus ela é obrigatória, os ônibus já tem que vir com plataformas. Nós renovamos o mês retrasado, entraram mais 100 ônibus, todos eles já vieram com a plataforma. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

O cadeirante 2 confirma inicialmente a fala do gestor e afirma que

O ônibus de Curitiba é uma maravilha, melhor de todos, de São Paulo, de todos aqui é o melhor. O melhor transporte público é aqui, pensando nos deficientes físicos e em todos. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Mas apesar de considerar o transporte da cidade bom ele relata que a empresa responsável pela Urbanização de Curitiba (URBS) precisa melhorar muito e cita que

tem vez que o elevador do ônibus não funciona e também tem os elevadores dos tubos que não funcionam. E ainda assim pessoa que está

da cidade foram implantados os ônibus expressos para um sistema de transporte para médias distâncias que possuía via exclusiva. Na década de 1980, foram criados os terminais, nos quais os usuários podiam trocar de linha e assim se consolidou a RIT (Rede Integrada de Transporte) (URBS, 2010).

⁸⁰ *Gazeta do Povo*, 04 maio 2010.

comigo, me acompanhando tem que pagar mesmo o elevador estando estragado. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Essas mesmas dificuldades são relatadas pela cadeirante 4

Muitos dos tubos de ônibus têm elevadores, mas não estão funcionando, às vezes o tubo do ônibus está com elevador estragado. (CADEIRANTE 4. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

A fala da cadeirante 4 mostra-nos que a falta de manutenção também pode ser considerada uma barreira, por limitar a garantia que a pessoa com deficiência possui para usar os transportes.

Outros aspectos que dificultam o uso do transporte público citados pela cadeirante foram as dificuldades encontradas para subir e descer do ônibus, a adaptação do ponto de ônibus, ou seja, a necessidade de tornar o entorno acessível e de voltar o olhar para a cidade e a integração de seus espaços e meios de locomoção. Outras questões citadas pela cadeirante 3 foram as barreiras atitudinais, que de acordo com Bartalotti (2006) e Leite (2007) vão no sentido contrário à inclusão e excluem o diferente. Ela afirma que

Sempre tenho que ficar pedindo ajuda para alguém ou para subir ou para descer. Consigo usar o ônibus quando é o ônibus ligeirão e ligeirinho sim, pois eles já têm as rampas próprias. Mas quando tem que usar ônibus com elevador como no caso do bairro em que eu moro daí o problema é sério. Às vezes tem o ônibus, às vezes a rampa [elevador] está estragada. O ponto de ônibus também não está adequado. Muitas vezes o motorista passa e deixa a pessoa no ponto. Às vezes está no horário que tem o ônibus, mas o ônibus não está na linha. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

De acordo com a NBR 14.022⁸¹ todos os pontos de parada devem estar acessíveis e interligados ao entorno (ABNT, 2009), fato também destacado pelo cadeirante 2, ao afirmar que há necessidade de

⁸¹ A primeira versão da norma, de 1998 determinava que a quantidade de paradas acessíveis “é uma prerrogativa dos poderes constituídos, em função das necessidades individuais de cada município ou região” (ABNT, 1998, p. 2). Observamos que a 2ª edição da norma aponta que todo ponto de parada deve ser acessível.

[...] ter ônibus em todos os locais, mesmo que não tenha deficiente, que tenha um ônibus específico. Se aquele local não tem [pessoa com deficiência] uma hora vai ter. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

A visão desse cadeirante mostra claramente a ideia de inclusão, que proporciona espaço para todos e não somente específico às pessoas com deficiência, pois os espaços acessíveis podem facilitar o deslocamento de outras pessoas com dificuldades de mobilidade reduzida. O que leva a necessidade de políticas públicas municipais voltadas à inclusão das pessoas com deficiência na cidade e que garantam o direito de deslocar por todas as regiões da cidade. Resende (2004) aponta que a invisibilidade das barreiras para as pessoas sem deficiência ainda é uma das maiores causas que dificultam a inclusão das pessoas com deficiência.

Outra dificuldade foi citada pelo cadeirante acerca de uma experiência dos integrantes do grupo no retorno de um passeio da UNILIVRE, em que ficaram esperando por horas o ônibus adaptado. Ele relata que

Esperamos duas, três horas, porque não tinha ônibus adaptado. Aí nós resolvemos parar, quando parou, aí veio ônibus com elevador. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Após algumas horas de espera pelo ônibus adaptado, os cadeirantes realizaram uma manifestação, se colocaram em frente a um ônibus que não tinha elevador e fecharam uma avenida da região.



FIGURA 2 - MANIFESTAÇÃO CADEIRANTES
FONTE: BANDA B (2010).

Tanto a Figura 2 demonstra a indignação de um dos cadeirantes. Na entrevista feita a *Banda B*⁸², um dos cadeirantes desabafou e afirmou que:

Depois de horas esperando resolvemos tomar esta atitude. Estamos cansados de enfrentar uma situação como esta todos os dias. A maioria das linhas de Curitiba estão sem ônibus adaptados (Relato de um cadeirante na reportagem da BANDA B, 2010).

Outro cadeirante continua e diz:

O motorista diz para esperarmos o próximo e quando este próximo chega diz para esperar novamente. Quando tem o equipamento, muitas vezes está quebrado. Geralmente estamos sozinhos, mas hoje como estávamos em quatro amigos na mesma situação fomos pra rua e paramos o ônibus, queremos nosso direito de ir e vir (Relato de um cadeirante na reportagem da BANDA B, 2010).

Ao afirmarem que realizaram a manifestação por estarem em um grupo, lembramos da história do processo de inclusão resgatada no capítulo “O direito à inclusão” desta dissertação. Nesta, Silva (2002) aponta a década de 1980 como período significativo na luta pela equiparação de direitos, justamente pela participação das pessoas com deficiência por meio de associações e entidades representativas, ou seja, o exercício político coletivo.

Somente após a manifestação e exercício da cidadania a situação foi resolvida. Porém essa manifestação trouxe outras consequências para o grupo, por estar vinculado a uma instituição municipal, que não concordou com o uso de transporte coletivo para os próximos passeios do grupo e informou que os passeios somente seriam autorizados se usado o transporte da instituição. A atitude dessa instituição toma o sentido contrário dos preceitos da inclusão, pois não há possibilidade de estimular a independência e autonomia desse grupo de cadeirantes, indispensáveis para inclusão, com uso de transporte privativo da instituição.

Quanto às dificuldades com o transporte coletivo, a URBS informou que apesar do programa de ampliação da acessibilidade no transporte coletivo e de

⁸² No momento da manifestação se encontrava presente um repórter da rádio “Banda B de Curitiba – AM 550” que relatou o ocorrido em 07 de maio de 2010. A reportagem está disponível em <<http://bandab.pron.com.br/jornalismo/noticias/5167/?noticia=cadeirantes-fecham-rua-em-curitiba-em-protesto-por-falta-de-onibus-adaptados>>. Acesso em: 08.05. 2010.

grande parte da frota estar adaptada, o transporte para pessoas com deficiência ainda se encontra insuficiente⁸³.

Percebemos, assim, que ainda há necessidade de muitas melhorias no transporte coletivo da cidade, bem como a necessidade de uma mudança de visão da sociedade para diminuir as barreiras atitudinais – o preconceito – e desta forma respeitar a diversidade e proporcionar o direito de ir e vir das pessoas com deficiência.

Além da dificuldade do uso do transporte público, as calçadas de Curitiba também são consideradas como problemáticas para a mobilidade da maioria das pessoas cadeirantes, o que também foi citado na *Gazeta do Povo* (2008)⁸⁴.

Em Curitiba, existem vários modelos de pavimentação de calçadas, sendo que de acordo com a Lei municipal de n. 11596⁸⁵ de 2005 a responsabilidade da construção e manutenção das áreas de passeios de imóveis particulares é do proprietário do imóvel, porém qualquer execução de obras deve ser aprovada primeiramente pela Secretaria Municipal de Urbanismo. Outro decreto municipal, o de n. 1.066⁸⁶ de 2006, garante a qualidade na execução e manutenção das calçadas, e determina que não devem possuir desníveis que caracterizem obstrução ou descontinuidade, bem como devem estar em conformidade com a NBR 9050.

De acordo com a NBR, as calçadas não podem possuir inclinação transversal acima de 3% e inclinação longitudinal acima de 8,33%. Quanto à largura, a norma recomenda que tenha no mínimo 1,20 metros de faixa livre sem interferência de obstáculos terrestres ou aéreos, que devem ser acima de 2,10 metros. Além disso, a norma regulamentadora ainda determina rebaixamentos em todos os cruzamentos ou guias elevadas para travessia de pedestre, dependendo do fluxo de pessoas e largura da via (ABNT, 2004).

⁸³ Idem Nota 82.

⁸⁴ *Gazeta do Povo*, 16 set. 2008.

⁸⁵ A lei municipal n. 11596 de 2005 também criou o programa “Caminhos da Cidade” e o fundo de recuperação de calçadas. O Programa “Caminhos da Cidade” tem como objetivo a reurbanização das calçadas de Curitiba com a participação da iniciativa privada, como pessoas jurídicas, associações de moradores, entidades da sociedade civil e convênio formado com moradores de uma quadra.

⁸⁶ O Decreto municipal n. 1.066 de 26/09/2006 determina quatro padrões de calçada utilizando três tipos de materiais: paver, asfalto e blocos pré-moldados de concreto. O tipo de padrão é definido pelo lugar da cidade, como setor histórico, área central, unidades de conservação, vias estruturantes e demais vias. Também delega ao IPPUC o poder de autorizar outro tipo de piso, desde que seja firme, regular, antiderrapante e estável, como determina a ABNT.

Outro destaque da norma é com relação ao piso que deve ser de “superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas” (ABNT, 2004, p. 39).

Porém, de acordo com a *Gazeta do Povo* (2008)⁸⁷, grande parte das calçadas da cidade ainda possui obstáculos como orelhões ou falta de rampas e são feitas de petit-pavê⁸⁸, um material que deixa as calçadas escorregadias e irregulares, ou seja, em desacordo com o que preconiza a NBR9050. Este tipo de piso tem sido alvo de muitas discussões⁸⁹, fato noticiado na *Gazeta do Povo*, que afirma a existência da briga entre a Prefeitura e o Ministério Público sobre a manutenção deste tipo de piso numa das ruas do Centro da cidade.

A dificuldade no uso das calçadas foi um aspecto apontado por todos os integrantes do grupo “A União faz a Força”, conforme observamos na fala do cadeirante 1, pois

Para mim o ruim são as calçadas. A calçada é ruim a pior coisa que tem. Prefiro mil vezes andar na rua. (CADEIRANTE 1. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)



FIGURA 3 – DESLOCAMENTO NA RUA – CURITIBA
FONTE: CASSAPIAN, M.R, Curitiba, 2010.

⁸⁷ *Gazeta do Povo*, 01 jun. 2008

⁸⁸ O petit-pavê é uma pedra de mosaico português e é tradicional em Curitiba (GAZETA DO POVO, 2006). Este piso permite permeabilidade, porém é extremamente liso e causa trepidação ao passar com uma cadeira de rodas.

⁸⁹ As reportagens do Jornal *Gazeta do Povo* de 02/11/2006 e de 01/06/2008 tratam da reforma da Rua Marechal Deodoro no Centro da cidade e apontam para uma briga entre a Prefeitura e o Ministério Público, pelo fato da Prefeitura optar por manter uma faixa de petit-pavê. A reportagem do dia 04/05/2010 cita o piso petit-pavê na principal rua de comércio de Curitiba, a rua XV de novembro, como “obstáculo quase intransponível para quem tem deficiência”.

Assim, por não conseguir utilizá-las, devido à quantidade de buracos e pela falta de guias rebaixadas, há necessidade de andar no meio da rua e “disputar” o mesmo espaço com os carros e ônibus. Ao lermos a definição de acessibilidade, encontramos o termo “condição para utilização com segurança” e percebemos que a segurança é diminuída quando um cadeirante somente consegue andar na rua, entre os carros como na Figura 3.

Já o cadeirante 2 relata que

Tem vez que não tem rampa para você chegar ao local. Têm muitos buracos, a calçada é ruim, calçada muito ruim. Principalmente lá no centro. É difícil. Como vou andar sozinho no centro com aquelas calçadas todas ruins? Alguns lugares, não vou dizer que são todos. Alguns lugares sim são ótimos. Mas a maioria está péssima, péssima mesmo. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

A cadeirante 3 também destacou outras falhas, como rebaixamentos de guia em apenas um lado do cruzamento e a existência de desníveis entre os rebaixamentos de guia e o asfalto.

Consigo no meio da rua, a maior parte no meio da rua. Mas é verdade, não tem como. Mas só que não tem como eu andar na calçada, se a calçada não presta. Ela tem rebaixamento de um lado e no outro não tem. Às vezes quando tem, eu não tenho como usar, porque eles vão levantando o asfalto e fica um buraco. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Durante os passeios aos espaços de lazer também observamos os cadeirantes andando no meio da rua, causando um risco à própria segurança ao disputar o mesmo espaço com os carros e ônibus.



FIGURA 4 – LADEIRA NO ACESSO A UNILIVRE – CURITIBA
 FONTE: CASSAPIAN, M.R, Curitiba, 2010.

Para chegar à UNILIVRE, eles precisaram descer uma ladeira (Fig. 4), que não tinha calçamento, sendo que quase caíram. Então voltaram para a avenida principal e fizeram contato com a terapeuta que auxiliou os cadeirantes, levando-os de carro no trecho da ladeira, ou seja, houve uma redução da independência. A fala da cadeirante 4 demonstra o sentimento de frustração com o lugar ao utilizar o termo “desastroso” para caracterizar seu acesso.

A UNILIVRE [suspiro] foi desastroso. A ladeira do ponto de ônibus até a entrada do parque. Tivemos que ter ajuda para chegar ao parque. (CADEIRANTE 4. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Já no passeio ao parque Bacacheri, o ônibus parou em uma avenida e os cadeirantes andaram aproximadamente duas quadras no meio da rua, por não haver rebaixamento em todas as esquinas.

Diante dessas dificuldades apresentadas, percebemos que ainda existem muitas barreiras na mobilidade das pessoas com deficiência na cidade de Curitiba. Estas podem interferir na apropriação da cidade e de seus espaços como influenciar na participação da pessoa com deficiência nas diversas atividades, bem como na própria participação em movimentos sociais para lutar pela garantia de seus direitos (LANCHOTI; BRUNA, 2010; ELALI; ARAÚJO; PINHEIRO, 2010; DUARTE; COHEN, 2010).

O direito à cidade, como já discutimos, se refere ao direito de uso de seus espaços, direito de se locomover com independência e autonomia, como também o direito de exercer seus direitos e deveres como cidadão. Este fato foi destacado pelo cadeirante 2, que relatou cumprir suas obrigações como cidadão, porém declarou ter os seus direitos de cidadão feridos e sugeriu à administração pública

[...] pensar mais no deficiente físico, pois o deficiente também vota, também é obrigatório votar. Deficiente físico também paga seus impostos. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

De acordo com os cadeirantes, a cidade ainda não se encontra preparada para as pessoas com deficiência, pois apresenta calçamento ruim, que dificulta a mobilidade, ônibus e tubos de ônibus com elevadores estragados e pessoas que não respeitam. Para a cadeirante 4

Acho que tudo precisa melhorar. Mais ônibus adaptado, com mais frequência. Nos tubos de ônibus poderiam ter rampas, ao invés de elevador, fica bem mais fácil para nós. As calçadas poderiam ser todas acessíveis. As ruas cheias de buraco. Não dá pra andar com buraco. E nas calçadas não dá pra subir porque não tem acessibilidade. Quando não dá para subir na calçada eu tenho que andar pela rua. (CADEIRANTE 4. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

O gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência concorda com a necessidade de melhorar a cidade e ressalta a importância de se adequar a todas as dimensões da acessibilidade, arquitetônica, urbanística, transportes, metodológica, programática e comunicacional. Segundo o gestor

Então se nos seguirmos esse conceito, essa linha de raciocínio, Curitiba não oferece condições de acessibilidade, não é mesmo. Se nós seguirmos as dimensões, todas elas. Se você só se basear na arquitetônica, então você até tem. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

Dessa maneira, compreendemos que a garantia do direito à cidade necessita, como aponta Borja (2005), de uma renovação diária da cidade com vistas a possibilitar o direito de todos os cidadãos se locomoverem por todas as regiões, com autonomia, independência e segurança. Porém, entendemos ainda

que este direito à cidade vai além do direito a transitar por ela pois também se relaciona com a garantia do uso de todos os seus espaços e equipamentos. Então nos voltamos a investigar a acessibilidade de quatro espaços públicos de lazer da cidade de Curitiba.

4.2 A ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DE CURITIBA

Até a década de 1970, as áreas de lazer da cidade de Curitiba se constituíam, segundo Rechia (2007), de grandes chácaras de imigrantes italianos. No entanto, devido à necessidade de preservação dos espaços naturais, essas áreas foram transformadas em espaços públicos diferenciados, que tinham como objetivo principal permitir a multiplicidade de funções, bem como incorporar a natureza no planejamento urbano (RECHIA, 2003).

De acordo com o gestor da Secretaria do Meio Ambiente, a construção e criação desses espaços de lazer sempre foram baseadas nos conceitos de acessibilidade da época. O gestor da Secretaria do Meio Ambiente afirma que:

A gente que começou a fazer parques, construir parques na década de 70. Nós fomos ao longo desse tempo tomando atitudes e mudando conceitos tanto de acessibilidade, como da formação dos parques, quanto dos equipamentos que nós usamos. [...] Nós em termo de acessibilidade, sempre que construímos um parque tivemos o conceito da época, do que se entendia. [...] Então a gente pensa assim a acessibilidade como, a grosso modo: Você dar condições das pessoas acessarem os diversos pontos que a cidade tem de parques e praças ou áreas de lazer. Esse sempre foi o nosso conceito base. Hoje em dia estamos sendo mais específicos nisso. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Gostaríamos ainda de ressaltar que naquela década⁹⁰ os conceitos de acessibilidade eram muito restritos e se voltavam apenas ao acesso do espaço, fato confirmado pela fala acima, do gestor da Secretaria do Meio Ambiente, ao definir acessibilidade como acesso. Além disso, Aranha (2001) afirma que naquela época a sociedade ainda acreditava no modelo de integração da pessoa com

⁹⁰ Na década de 1960 e 1970 o paradigma que se tinha acerca das pessoas com deficiência era que estas precisavam ser reabilitadas para se integrarem novamente à sociedade. O paradigma vigente era o “paradigma de serviços”, apresentado na página 25.

deficiência, no qual a responsabilidade de inclusão na sociedade estava centrada apenas na pessoa com deficiência e, por conseguinte, a questão da acessibilidade dos espaços e transformação do espaço urbano ainda não era vista com muita importância. O gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência confirma a visão da sociedade da época ao lembrar que:

O [modelo] de integração, ele começa a ser gestado no paradigma de serviços. E o que era? A pessoa tem que se adequar à sociedade. Isso é o conceito de integração, é um modelo médico, ou seja, o ambiente está, ele existe e ele se apresenta e a pessoa tem que se adequar a ele. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

Acreditamos então que os espaços de lazer da cidade foram criados com a preocupação de proteção das áreas verdes e de mananciais, mas sem os conceitos de acessibilidade baseados nos princípios do Desenho Universal. De tal forma que surge a necessidade de analisar estes espaços para que possam ser adaptados e oferecer condições de acesso e de uso por todas as pessoas.

Em seus estudos sobre os espaços públicos de lazer de Curitiba, Rechia (2003) aponta para a existência de um modelo de parques, em Curitiba, no qual os espaços possuem o mínimo de equipamentos necessários para possibilitar o contato com a natureza, além da exploração do lado cultural e gastronômico que possibilita a apropriação dos espaços. Porém, a referida autora também destaca que os Planos de Recreação de 1973 e 1974 elaborados pelo IPPUC já apontaram para alguns problemas dos espaços públicos de lazer – a saber, a negligência para o lazer, falta de equipamentos recreativos, infraestrutura insuficiente para eventos, como também a pouca participação da população em sua escolha – e para a necessidade de avançar esse modelo. A participação popular também foi citada pelo gestor da Secretaria do Meio Ambiente, que informou a realização de mudanças e adaptações em equipamentos por solicitação da população. O referido gestor também mencionou a importância desta participação e a sua relação com a apropriação e manutenção do espaço. O gestor ainda afirma que:

Então a gente está sempre alterando, mudando o conceito, o equipamento em função justamente desse trabalho de cidadania que acontece, no qual as pessoas não ficam apenas esperando a prefeitura

decidir e planejar. Eles vêm aqui e sugerem através das regionais, das administrações regionais, que hoje todos os locais têm. E essa demanda tem, o pessoal não sente constrangimento de falar: “Olha não queremos mais isso, queremos aquilo”. E a gente tem que estar aberto a isso, porque é assim que a gente consegue manter esse índice baixo de vandalismo. Porque quando a gente tem muita gente usando o espaço o vândalo não tem vez. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Do mesmo modo, Burjato (2004) sugere o estabelecimento de um canal direto entre a gestão e os representantes da comunidade, sendo que a participação popular deverá ocorrer em todas as etapas de construção ou reformas, bem como no estabelecimento de regras de funcionamento. A referida autora também reafirma a importância da participação popular na redução do vandalismo e na apropriação dos espaços.

Além disso, Rechia (2003) investigou a importância dos espaços públicos de lazer para a população e aponta que os parques e praças de Curitiba são considerados pelos cidadãos como “extensão do jardim de suas casas”, sendo que seu uso tornou-se uma prática cotidiana vivenciada em diferentes pontos da cidade e por diferentes grupos. Apesar de a citada autora afirmar que esses espaços possuem um modelo voltado principalmente para as atividades físicas e lúdicas mais tradicionais, deixando pouca oportunidade para as atividades lúdicas criativas, ela também acredita que o “uso dos espaços, mesmo permeado de restrições, carrega consigo o sentido da atividade humana, a qual se dá por meios dos modos diversificados de experiênciá-la.” (RECHIA, 2003, p. 130), de tal forma que favorece a possibilidade de novas formas de relação entre as pessoas, a natureza e a cultura local. Com o intuito de favorecer ainda mais a apropriação dos espaços e possibilitar que a pessoa se aproprie do ambiente da forma que desejar, Rechia (2009) destaca a necessidade de aumentar os espaços multifuncionais e deles serem adaptáveis a diferentes culturas.

Igualmente, o gestor da Secretaria do Meio Ambiente também discorre sobre a adoção do modelo contemplativo na criação dos parques e afirma que este favorece a inclusão. Para ele, a criação dos parques prioriza

acima de tudo a intenção e a vontade de preservação de áreas nativas. Bom, para que isso seja alcançado nós adotamos o conceito contemplativo dos nossos equipamentos. [...] a gente procura usar esse conceito da contemplação e ele acabou se tornando para nós uma forma de inclusão. [...] a contemplação ela é e funciona para todos. Qualquer

peessoa pode ter e deve ter a oportunidade de se desprender um pouco de sua vida urbana, de seus afazeres do dia a dia e ter um pouco de paz. Assim, quando a gente constrói com esse conceito e acaba percebendo que tanto faz nas áreas mais centrais ou nas áreas mais retiradas, as pessoas usam da mesma forma. Então nós entendemos que indiretamente também a gente acaba com esse conceito contemplando e patrocinando a inclusão social. Porque esses locais acabam sendo pontos de encontro. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Entretanto cabe lembrar que a inclusão social vai além da convivência entre as pessoas citadas pelo gestor da Secretaria do Meio Ambiente, pois envolve o direito de se locomover com independência e participar com autonomia de todas as esferas da vida em sociedade.

Além do conceito contemplativo, os parques possuem também equipamentos voltados à prática da atividade física, entre eles podemos citar as canchas esportivas e equipamentos de ginástica, e outros voltados para promover a convivência, como as churrasqueiras. Para Burjato (2004), todos esses equipamentos devem possibilitar a realização das diversas atividades de lazer e, além disso, considerar que as necessidades, desejos, interesses e capacidades de cada pessoa são distintos. Para o gestor da Secretaria do Meio Ambiente, toda a construção e reforma tanto dos espaços quanto de seus equipamentos busca atender aos conceitos de acessibilidade vigentes, como também as diversas atividades realizadas no lazer.

Porém, para a cadeirante 3 ainda

há uma carência de equipamentos acessíveis para as pessoas com deficiências nos parques de Curitiba. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Ao discutir sobre a acessibilidade de parques naturais, Burjato (2004) e Guimarães⁹¹ (1999, *apud* BURJATO, 2004) mencionam a necessidade de considerar graus diferentes de acessibilidade dos equipamentos e elementos, que podem ser gerados pelo grau admissível de interferência humana no ambiente para evitar perder suas características naturais, ou seja, relacionar os conceitos de acessibilidade aos conceitos de preservação do meio ambiente. De modo que a ABNT (2004) determina que, para os locais considerados inacessíveis, devem ser

⁹¹ Idem Nota 49.

oferecidos mapas e maquetes para sua visualização. Já Burjato (2004) sugere como alternativa o acesso a mirantes e torres de observação, pois possibilitam a conquista visual do espaço, que muitas vezes não permite acessibilidade. Por tudo isso, concordamos com Rechia (2007) quando destaca que o planejamento dos espaços públicos de lazer não deve ser visto isoladamente do planejamento da cidade. Desta forma, questionamos se os espaços públicos de lazer de Curitiba possibilitam o acesso e uso dos equipamentos, para então favorecer a inclusão de todas as pessoas, bem como garantir o direito ao lazer para todos.

Partiremos agora para a apresentação⁹² dos quatro espaços de lazer investigados, a saber: os três espaços conhecidos pelos integrantes do grupo - Parque Barigui, Parque Bacacheri, UNILIVRE - e o Parque Lago Azul, considerado como um parque mais recente e inaugurado em 2007. A discussão da acessibilidade abrangerá o acesso aos espaços, a circulação e uso do espaço e equipamentos e os sanitários o que levará a discussão da categoria de análise: facilidades e dificuldades de uso destes espaços pelos integrantes do grupo “A União faz a Força”.

⁹² Para esta apresentação serão utilizados dados da Prefeitura, do roteiro de acessibilidade, do diário de campo das observações dos passeios no Parque Bacacheri e UNILIVRE e das entrevistas.

4.2.1 PARQUE BARIGUI: o ponto de encontro mais conhecido da cidade.

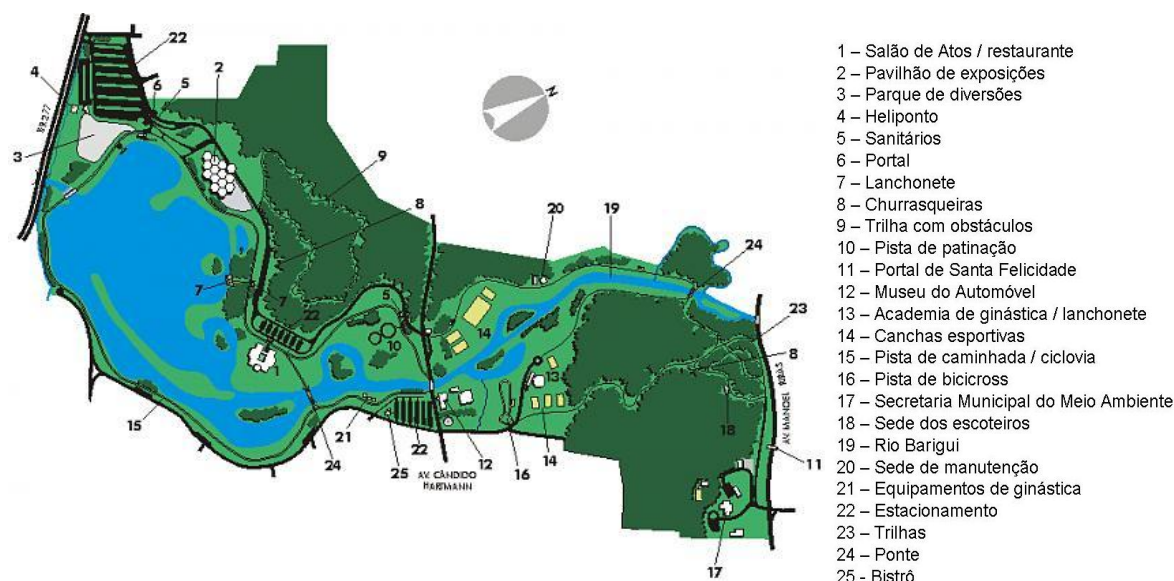


FIGURA 5 - CROQUI PARQUE BARIGUI
FONTE: SMMA (2010).

O Parque Barigui era uma antiga sesmaria pertencente a Martins Mateus Leme que foi transformado em parque em 1972. Atualmente é uma área de preservação ambiental, possui 1,4 milhões de m² e é considerado o parque mais frequentado da cidade. Fato este que se deve pela localização próxima ao Centro e sua infraestrutura diversificada, com os seguintes equipamentos: lago, pavilhão de exposições, parque de diversões, Museu do Automóvel, restaurante, Salão de Atos, sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Bistrô, academia de ginástica, pista de bicicross, canchas esportivas, pistas de cooper, ciclovias, trilhas, sanitários públicos, pista de patinação, heliponto, churrasqueiras, lanchonetes, equipamentos de ginástica, portal, pontes, sede de grupo escoteiro e estacionamentos. A complexidade e diversidade de equipamentos em um parque são, de acordo com Jacobs (2000), estimulantes e auxiliam no “sucesso” e popularidade do parque.

O acesso

O acesso ao parque pode ser feito por transporte público e há ônibus adaptado com parada próxima ao parque. Na entrada pela BR-277, o ônibus para no acostamento da rodovia, local com grande fluxo de veículos em alta

velocidade, e o deslocamento até o parque é feito pela entrada de veículos e pelo estacionamento, pois não há calçadas para pedestres neste trecho.

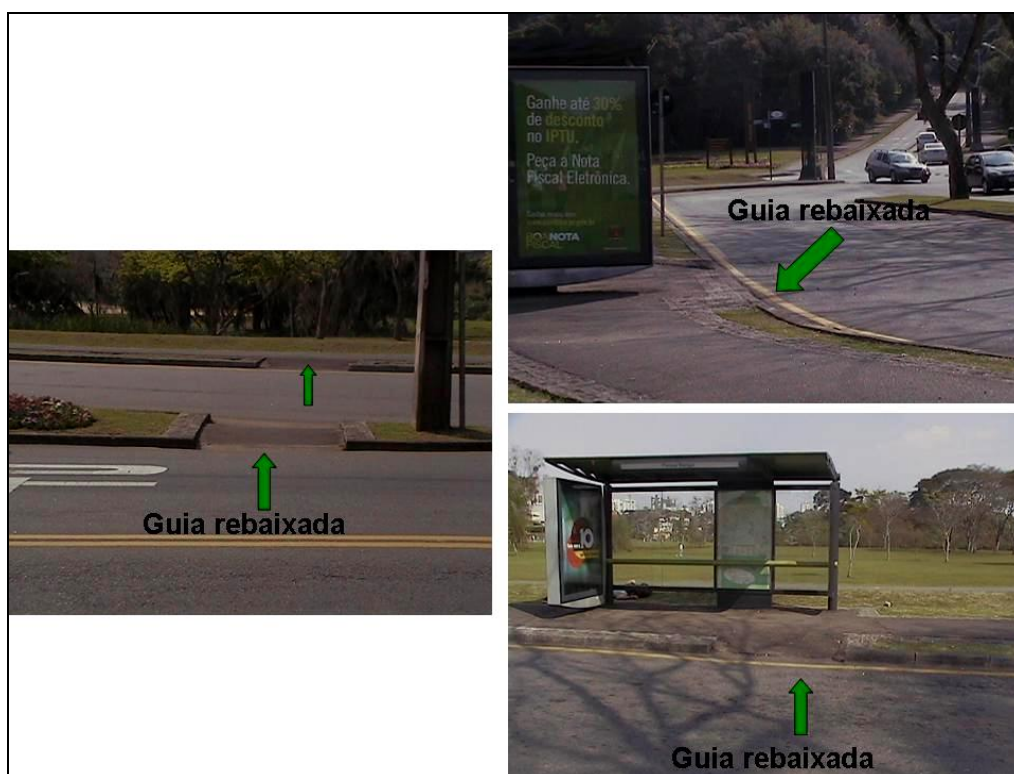


FIGURA 6 - REBAIXAMENTO DE GUIA – ENTORNO PARQUE BARIGUI
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

A avenida Cândido Hartmann divide o parque em duas áreas e possui um ponto de ônibus com guias rebaixadas, que podem ser observadas na Figura 6, essas possibilitam a travessia da avenida e o acesso aos dois lados do parque, porém para permitir o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida e diminuir acidentes, as guias devem estar alinhadas com o asfalto para evitar trepidações, o que exige manutenção destes.

A NBR 9050 também determina a sinalização das rampas e rebaixamentos de guia com piso tátil de alerta, a qual não foi encontrada. A sinalização é necessária, pois o rebaixamento da guia se não sinalizado pode ser considerado um obstáculo para as pessoas com deficiência visual. Desta forma, a adaptação dos espaços deve prever os conceitos do Desenho Universal, como a tolerância ao erro e o uso equitativo, para promover espaços para todos e assim evitar que o projeto de acessibilidade voltado para um tipo de deficiência não se apresente como barreira para outras deficiências.

A vaga de estacionamento próxima ao pavilhão de exposições possui as características determinadas pela NBR 9050. Já as vagas localizadas dentro do parque, e que temos como exemplo na Figura 8, apresentam as devidas sinalizações, porém suas dimensões não condizem com aquelas previstas pela norma e também não possuem o espaço adicional para circulação e saída do veículo, ou seja, a sinalização garante o espaço reservado, mas devido suas dimensões, não permite o uso pelos cadeirantes, o que restringe autonomia e independência para as pessoas com mobilidade reduzida.



FIGURA 9 - BARREIRA ATITUDINAL – PARQUE BARIGUI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Outra barreira que encontramos foi a atitude de um frequentador do parque, que estacionou o seu veículo em frente à guia rebaixada que liga o estacionamento à calçada, impedindo a passagem de uma cadeira de rodas, como pode ser visto na Figura 9. As barreiras atitudinais estão relacionadas, segundo Bartalotti (2006) e Leite (2007), com o preconceito das pessoas e nos mostram que estas ainda não compreenderam o conceito de sociedade inclusiva. Ao olharmos para essa atitude nos parece que alguns indivíduos ainda acreditam que as pessoas com deficiência não frequentam os espaços de lazer da cidade e que permanecem isoladas em instituições ou em suas residências. Apontamos para a necessidade da conscientização dos cidadãos para termos uma sociedade inclusiva que, para Bartalotti (2006) e Aranha (2001), se modifica e transforma suas relações sociais, amplia o olhar e a aceitação do diferente. Para Resende (2004), a grande dificuldade nesse processo é a invisibilidade das barreiras para

as pessoas que não têm deficiência, o que prejudica a independência das pessoas com deficiência.

Dessa forma, notamos que o acesso ao parque Barigui ainda possui algumas barreiras tanto para as pessoas que chegam de transporte público, como para aquelas que vêm com veículo próprio.

Circulação e uso do Parque



FIGURA 10 - CIRCULAÇÃO - PARQUE BARIGUI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

O Parque Barigui é um parque linear, plano e possui uma pista de caminhada com piso de concreto estável, regular e de largura adequada à NBR 9050, que possibilita a circulação e se torna uma rota acessível, como podemos ver na Figura 10. Burjato (2004) menciona que os parques públicos devem possuir uma rota acessível que ligue as principais atrações do parque e que deve possuir pista tátil e de alerta para as pessoas com deficiência visual, porém isso não foi encontrado no parque Barigui.



FIGURA 11 - PONTE DE MADEIRA COM ESCADAS - PARQUE BARIG
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

No parque há algumas pontes de madeira nas suas partes centrais e que são utilizadas para atravessar o rio. Na Figura 11, percebemos que essas pontes têm degraus que impedem o acesso pelas pessoas com alguma mobilidade reduzida, sendo necessário realizarem o circuito inteiro da pista de caminhada para atravessar o rio e chegar ao lado oposto do parque. Entendemos então que o parque permite o deslocamento, mas este pode sofrer algumas limitações pelos obstáculos encontrados. Os integrantes do grupo citaram o parque Barigui como um parque “bom” de ir, por ser plano e ter a pista de caminhada. Para o cadeirante 1 o calçamento dentro “do Parque Barigui é legal”.

O gestor da Secretaria do Meio Ambiente também aponta que a pista de caminhada proporciona condições razoáveis de acessibilidade ao parque e exemplifica:

você entra num parque como o Barigui tem a pista de caminhada e grama e bosque. Bom, e sempre houve uma condição razoável de acessibilidade. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Para Burjato (2004), o piso de cimento apresenta boas condições de acessibilidade, já a grama, se nivelada e drenada, não apresenta problemas para as pessoas em cadeira de rodas motorizadas e com pneus mais largos, mas para os outros cadeirantes apresenta um nível inferior de acessibilidade.

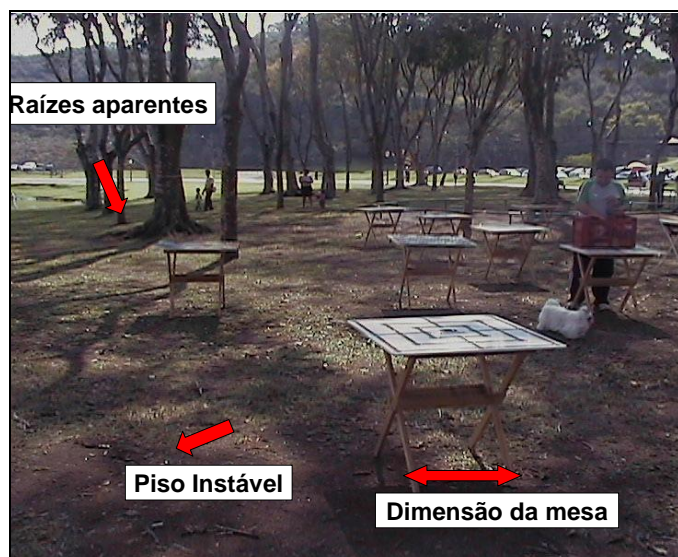


FIGURA 12 - PISO INSTÁVEL - PARQUE BARIGUI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

A sua estrutura, apesar de diversificada, não permite o acesso a todos os equipamentos, por estar rodeada por grama, como no acesso às canchas esportivas ou por piso de terra com raízes aparentes, como próximas às mesas de jogos, o que aumenta o esforço para propulsão de uma cadeira de rodas e também o risco de acidentes (Fig. 12). Para Burjato (2004), o solo sem tratamento ou terra batida oferece condições de acessibilidade variável, pois depende do tipo de solo e condições climáticas. Lembramos que a NBR 9050 cita que o piso deve ser liso e antiderrapante sob quaisquer condições. Ao olharmos para a Figura 12, destacamos de uma fala da cadeirante 3 que não há equipamentos acessíveis para as pessoas com deficiência. No caso das mesas de jogos apresentadas na figura 12, talvez houvesse necessidade de adaptar alguma mesa, já que as mesas devem possuir altura e largura inferior livre para aproximação das cadeiras de rodas, ou de realizá-las em outro local do parque para permitir o acesso dos cadeirantes, pois permitem o uso flexível e não são fixas ao solo.



FIGURA 13 - ACESSO ÀS CHURRASQUEIRAS – PARQUE BARIGUI
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Outros obstáculos observados na Figura 13 foram os degraus localizados na rampa de acesso às churrasqueiras. Nas vagas de estacionamento próximas também não encontramos vaga reservada para pessoas com deficiência o que dificulta o acesso a esses equipamentos. Durante o passeio o grupo realizou um piquenique, mas não pode utilizar as churrasqueiras, sendo necessário solicitar autorização para uso da lanchonete. Lembramos que esses obstáculos não atingem apenas os cadeirantes, mas todas as pessoas com mobilidade reduzida, dificultando o acesso para diferentes parcelas da população. Assim, retomamos os conceitos do Desenho Universal, que não sugere apenas a retirada dos obstáculos do ambiente voltados para as pessoas com deficiência, mas sim a criação de espaços que proporcionem o uso para todos.



FIGURA 14 - ACADEMIA DO IDOSO – PARQUE BARIGUI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Já a academia do idoso (projeto da Prefeitura implantado em todos os parques da cidade desde 2009) possui piso instável de cascalho, que pode ser visto na Figura 14, e que para Burjato (2004) não é recomendável, pois não apresenta boa acessibilidade. A academia também não possui nenhum equipamento adaptado para pessoas que não conseguem realizar a transferência da cadeira de rodas para o equipamento, como é o caso da cadeirante 3, que diz:

Agora que tem aqueles equipamentos para fazer exercícios físicos (academia do idoso). Eu gostaria de usar, mas não tem como eu usar. Se bem, para a pessoa com deficiência não tem muito o que fazer. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Diante desse fato, o gestor da Secretaria do Meio Ambiente afirma que há dificuldade de conseguir equipamentos acessíveis, mas que

o fabricante já nos mandou prospecto que ele também está fazendo conjuntos de equipamentos para portadores de deficiência. Você vê aquilo que eu te falei no início, quando a iniciativa privada entende que agora isso veio para ficar, ela mesmo passa a produzir. As primeiras não tinham, nós estamos instalando mais 100 academias na cidade e o fabricante já disse que [...] Ele começou com esse padrão, agora ele tem outros padrões, até para crianças. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

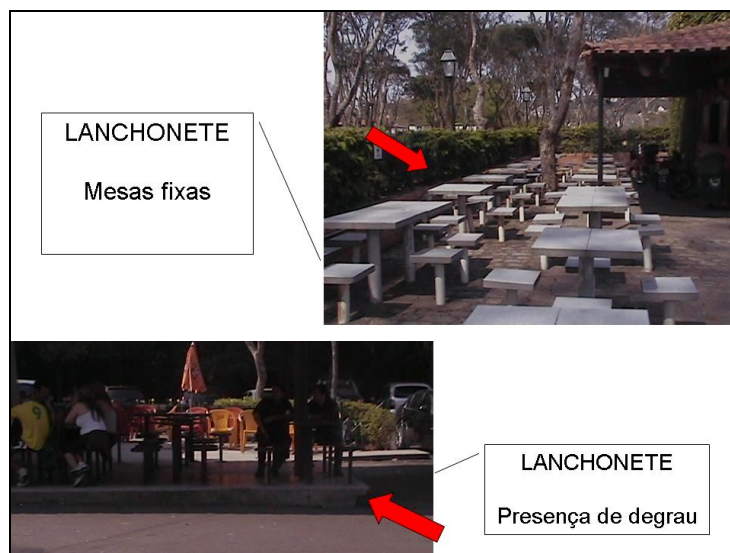


FIGURA 15 - LANCHONETE – PARQUE BARIGUI
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Na Figura 15 vemos alguns obstáculos nesses estabelecimentos, como a presença de um degrau que dificulta a aproximação de uma das lanchonetes. Já a outra possui algumas mesas com bancos de cimento fixos ao chão, o que impede o uso por cadeirantes.

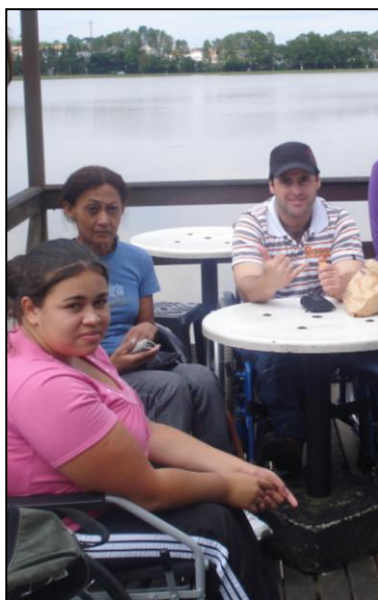


FIGURA 16 - MESAS MÓVEIS DA LANCHONETE – PARQUE BARIGUI
 FONTE: CORDEIRO, P. C. Curitiba, 2009⁹⁴.

A lanchonete, contudo, também possui mesas móveis que foram utilizadas pelos cadeirantes, conforme mostra a Figura 16 e a fala da cadeirante 3:

⁹⁴ Imagem tirada durante passeio com o grupo no Parque Barigui, realizado no 2.º semestre de 2009 e cedida por uma estagiária do curso de terapia ocupacional.

O piquenique, a gente fez na lanchonete, pedimos e usamos as mesas da lanchonete. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

O uso das mesas nos remete ao conceito de uso flexível e de uso equitativo, pois o espaço permite adaptação e se ajusta às necessidades das pessoas.



FIGURA 17 - ACESSO SANITÁRIOS – PARQUE BARIGUI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Quanto aos sanitários, segundo o gestor da Secretaria do Meio Ambiente, há quatro módulos instalados no parque, porém não encontramos essa informação durante a observação, e apenas avaliamos o módulo de sanitários perto do estacionamento da BR-277. Este sanitário possui entrada paga, além de obstáculos no acesso principal, como um degrau e catraca, porém tem uma entrada secundária, que não apresenta desnível e que pode ser observada na Figura 17.



FIGURA 18 - IDENTIFICAÇÃO DO SANITÁRIO – PARQUE BARIGUI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

A sinalização do sanitário adaptado é feita por um papel colado na porta, como podemos ver na Figura 18. Não apresenta o símbolo internacional de acesso, como também não se encontra em conformidade com as normas da ABNT.



FIGURA 19 - SANITÁRIO – PARQUE BARIGUI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

O sanitário se encontra inadequado, pois a porta não possui abertura externa, o box não tem as dimensões mínimas exigidas pela norma, de 1,50 m por 1,70 m, a altura do vaso está inadequada, o diâmetro das barras não permite a preensão adequada, a pia não possui vão inferior livre e barras de apoio, não há espelho, entre outras coisas que podem ser notadas na Figura 19. Diante dessas constatações concluímos que esse sanitário não pode ser considerado como um

sanitário adaptado e que a sinalização ou a presença de barras de apoio não garante que o sanitário seja acessível.

O próprio gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência afirma que os sanitários precisam melhorar. Para o referido gestor

[...] tem um banheiro lá na sala do IMAP adaptado, só na sala do IMAP, os outros são meia-boca. Os banheiros do IMAP sempre ficam abertos. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

O gestor continua a fala e levanta outro problema, a falta de informação e de outros itens acessíveis, como bebedouros, telefones entre outros. Para ele

[...] você pode se deslocar pelo parque, mas você não encontra telefone, banheiro, indicação de banheiro, você já não encontra. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

A fala do gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência destaca que só o deslocamento não é suficiente para tornar um ambiente acessível, pois, segundo Dischinger e Ely⁹⁵ (2006, *apud* OLIVEIRA, 2006), os quatro componentes da acessibilidade, a saber, o deslocamento, a orientação, a comunicação e o uso, precisam estar presentes no espaço.

A dificuldade do uso do sanitário foi citada por três cadeirantes, o outro não referiu esta dificuldade por fazer uso de bolsa coletora para a urina. A cadeirante 3 comenta que a grande dificuldade para ela é encontrar um sanitário que possa utilizar:

Banheiro até agora eu não encontrei nenhum que eu pudesse usar. Quando a porta não é estreita, a porta é larga, mas não tem as barras, ou não são adequadas para minha deficiência. Não está adaptada à minha necessidade. A pia eu consigo usar. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Assim, entendemos que o parque Barigui, apesar de ser linear e permitir o deslocamento em seu espaço com baixo esforço pela pista de caminhada, ainda

⁹⁵ Idem Nota 40.

apresenta algumas barreiras para o uso de seus equipamentos. Dos quatro componentes de acessibilidade, encontramos apenas o deslocamento, porém com a barreira nas pontes, a orientação para uso do espaço se encontra deficitária e o uso dos equipamentos também. O componente da comunicação não limita tanto as pessoas com deficiência física, mas é extremamente necessário para as pessoas com outros tipos de deficiências.

4.2.2 PARQUE BACACHERI: um parque para todos?

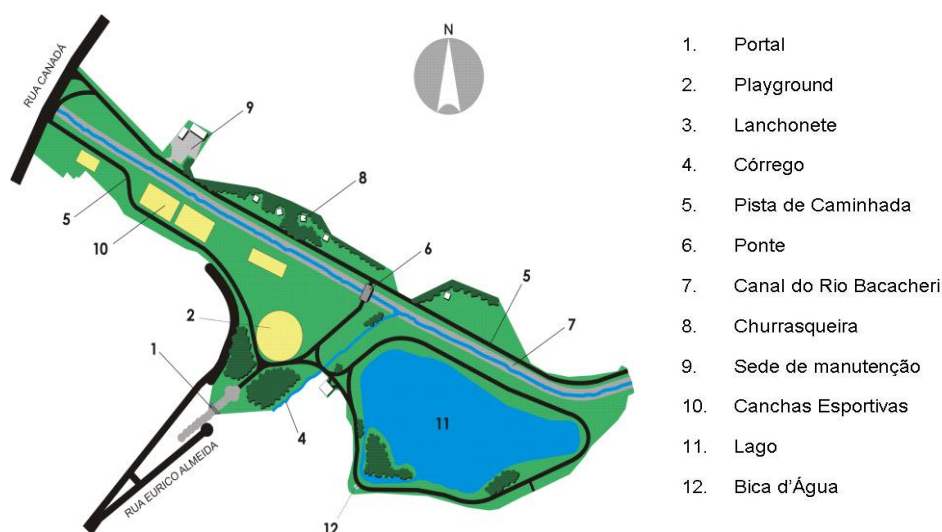


FIGURA 20 - CROQUI PARQUE BACACHERI
FONTE: SMMA (2010).

O Parque Bacacheri era um imóvel particular, conhecido pela população pelo nome de “Tanque do Bacacheri”, e era utilizado como balneário, para nautimodelismo e passeios de barco a remo. Desde aquela época era uma das áreas de recreação mais procuradas pelos curitibanos.

Na década de 1970, com o crescimento da cidade e valorização do espaço, a área foi declarada de utilidade pública e gerenciada pelo IPPUC, sendo o Parque Bacacheri, de 152 mil m², oficialmente inaugurado em 1988. O nome do parque homenageia o General Iberê de Mattos, prefeito de Curitiba no período de 1958 a 1962, apesar de ser mais conhecido como Parque Bacacheri. Os equipamentos do parque podem ser utilizados diariamente das 07 às 22 horas, após esse horário serve apenas como local de passagem.

O acesso

O acesso ao parque pode ser feito por transporte público e há ônibus adaptado que para aproximadamente duas quadras de distância do parque, porém algumas calçadas próximas ao parque não possuem guias rebaixadas, o que dificulta a locomoção até o parque. Este fato foi observado durante o passeio⁹⁶ do

⁹⁶ Em 19 de outubro de 2010 observamos o passeio realizado pelo grupo “A União faz a Força” no Parque Bacacheri. Estiveram presentes no passeio os quatro integrantes do grupo, a terapeuta

grupo de cadeirantes ao parque, e que resultou no deslocamento dos mesmos pela rua. Concordamos com Burjato (2004) que a acessibilidade deve iniciar no entorno do parque para que as pessoas tenham acesso ao local. Leite (2007), Rechia (2009) e Jacobs (2000) já destacaram a importância do planejamento dos espaços não ser isolado do planejamento da cidade.



FIGURA 21 – ACESSO - PARQUE BACACHERI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

O parque possui várias entradas que podem ser vistas na Figura 21. A entrada principal apresenta um trecho com piso que gera trepidação, não sendo recomendado pela ABNT para pessoas com mobilidade reduzida. O parque ainda possui outra entrada na qual também se localiza o estacionamento, que foi reformado recentemente. Essa entrada possui portão com largura maior que 1,20 m, guias rebaixadas e sinalizadas e piso regular que facilitam o acesso ao parque. Também há alguns portões laterais com largura adequada para a passagem de cadeira de rodas e piso estável. Percebemos que todas as entradas do parque permitem o acesso, mas na maioria delas encontramos alguns postes baixos para impedir o acesso de veículos, que também podem ser considerados obstáculos

para as pessoas com deficiência física, quando não permitirem a passagem da cadeira de rodas, ou para pessoas com deficiência visual, pois não observamos sinalização de alerta.

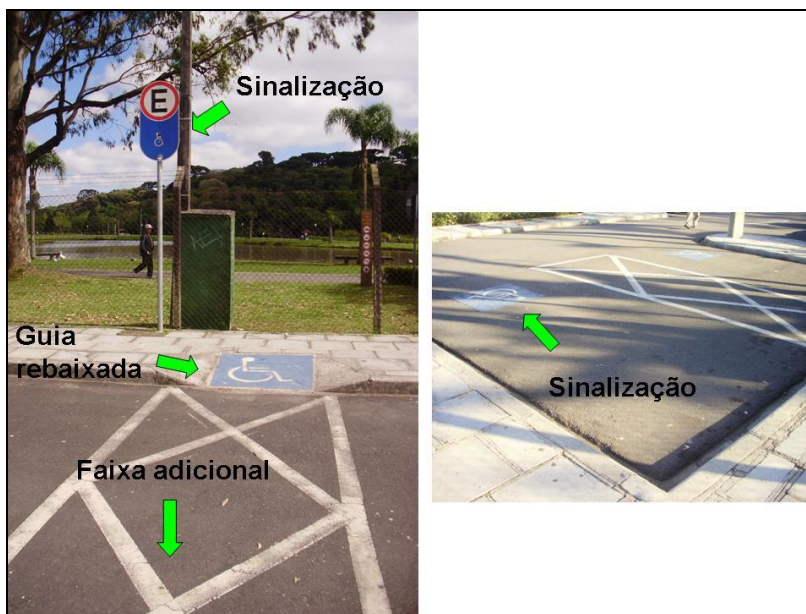


FIGURA 22 - ESTACIONAMENTO – PARQUE BACACHERI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

O estacionamento, reformado em 2008, possui vagas reservadas para pessoas com deficiência, que se encontram sinalizadas, próximas à entrada e com guias rebaixadas, porém na Figura 22 vemos que não há sinalizações de piso tátil direcional e de alerta, como preconizado na ABNT, o que pode levar esta adaptação ser considerada como barreira para uma pessoa com deficiência visual.

Assim, apontamos que o entorno do parque apresenta barreiras físicas que dificultam o acesso das pessoas cadeirantes. Já o acesso ao parque é possível de ser realizado por todas as entradas, sendo necessário avaliar a acessibilidade do acesso para as pessoas com deficiência auditiva e visual, pois não encontramos sinalização tátil.

Circulação e uso do Parque



FIGURA 23 - CIRCULAÇÃO – PARQUE BACACHERI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

A circulação no parque é semelhante a do parque Barigui, pois também é linear, plana e possui pista de caminhada com piso de cimento estável, regular e de largura adequada à NBR 9050, que proporciona boa circulação e baixo esforço físico. Não encontramos a existência de piso direcional e piso tátil (Fig. 23).



- Área de descanso recuada da passagem de pessoas
- Espaço para cadeira de rodas

FIGURA 24 – ÁREA DE DESCANSOUE BACACHERI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

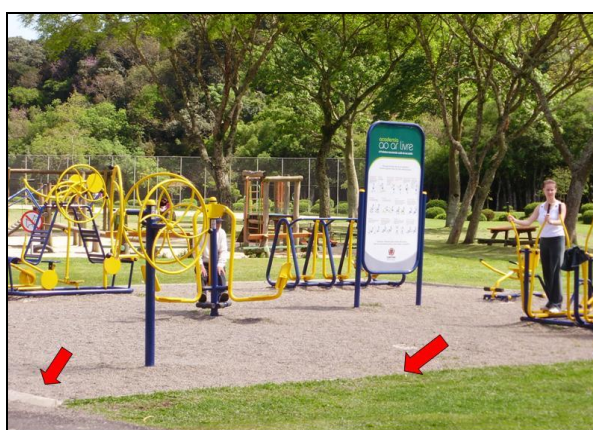
As áreas de descanso estão localizadas próximas à circulação principal e apresentam um recuo do fluxo de pessoas para evitar que sejam consideradas obstáculos, o que Burjato (2004) avalia como imprescindível para evitar acidentes. Esses espaços possuem bancos de madeira. Porém, a referida autora sugere que os bancos sempre tenham encosto e apoio de braços para facilitar o uso destes por idosos e pessoas com dificuldade de locomoção, entretanto, o apoio de braço

também pode interferir na transferência da pessoa da cadeira de rodas para os bancos. Assim, entendemos que para este espaço oportunizar o uso de todos, há necessidade de diferentes modelos de banco. Outro aspecto destacado pela NBR 9050 é uma área livre para estacionar a cadeira de rodas, o que é encontrado na Figura 24. Burjato (2004) ainda aponta outra questão importante, que é disposição dos bancos, pois dependendo da sua acomodação ele pode estimular ou não as interações pessoais. Remetemo-nos a Negt (2002), que cita a socialização e convivência com as pessoas como uma das funções do espaço público.

No parque Bacacheri também notamos uma diversidade de equipamentos, entre estes, canchas de futebol e de vôlei de areia, churrasqueiras, *playground*, lago artificial, bica d'água, bosque com espécies nativas, pista de caminhada, bicicletário, ciclovia, aparelhos para exercícios físicos e alongamento, academia do idoso. Burjato (2004) sugere áreas de descanso nas proximidades desses equipamentos, que podem ser utilizadas pelos acompanhantes ou pelas pessoas que não possuem condições de praticar as atividades, mas têm interesse em observá-las. Essa sugestão novamente demonstra a necessidade de planejar o espaço, respeitando a diversidade das pessoas.



- Acesso pela grama
- Desnível entre a pista de caminhada e grama e entre a grama e equipamento
- Piso de areia
- Equipamentos não adaptados



- Desnível entre a pista de caminhada e o piso da academia do idoso
- Piso de areia
- Equipamentos não-adaptados



FIGURA 25 – ACESSO AOS EQUIPAMENTOS – PARQUE BACACHERI
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Entre os equipamentos que podem ser observados na Figura 25, alguns não estão totalmente acessíveis para os cadeirantes, pois estão rodeados por grama, como o *playground*, canchas esportivas, churrasqueiras; possuem desnível ou degrau, o que também podemos visualizar na churrasqueira, academia do idoso e equipamento de ginástica, e piso de areia ou pedras, que dificulta a locomoção.





FIGURA 26 - ACESSO ÀS CHURRASQUEIRAS – PARQUE BACACHERI
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Durante o passeio⁹⁷, os cadeirantes vivenciaram a barreira física, ao utilizarem os quiosques das churrasqueiras para fazer um piquenique. Na Figura 26 podemos observar a presença de um degrau que impossibilitou os cadeirantes de se aproximarem da mesa. Também notamos na Figura 26 que um dos cadeirantes realizou a transferência da cadeira de rodas para um banco de madeira, mas continuou longe da mesa e impossibilitado de servir-se sozinho, os outros permaneceram afastados do grupo. Desta maneira, percebemos que a dificuldade e limitação para participar do piquenique com autonomia e independência não está na deficiência ou na pessoa cadeirante, mas sim no ambiente que não permite que ela se aproxime da mesa para servir-se dos alimentos. Percebemos claramente a interferência de fatores externos às pessoas e relacionados ao ambiente que impedem ou dificultam a participação destas em suas atividades, pois os cadeirantes estavam totalmente dependentes da tarefa de se servir dos alimentos e bebidas, devido ao degrau da Figura 26.

O cadeirante 2 demonstra o desejo de ter independência e autonomia, pois declara que:

O deficiente físico é assim, eu falo por mim. Eu digo o deficiente físico quer agir sozinho. Ele quer ser independente. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

⁹⁷ Idem nota 82.



FIGURA 27 - SANITÁRIO – PARQUE BACACHERI

FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Além dos equipamentos citados, o parque ainda possui uma lanchonete e um sanitário, que tem um degrau na entrada, porta com largura que não permite a entrada de uma cadeira de rodas, além de nenhuma adaptação, como barras de apoio, sanitário elevado, lavatório adaptado, entre outras, tornando o uso inviável por pessoas com deficiência, como mostra a Figura 27. Apesar da reforma do parque ter sido feita após a promulgação do decreto n. 5.296/04 e o prazo final de adaptação dos espaços públicos encerrar em 2008, o sanitário não apresenta acessibilidade. Portanto, há uma legislação que favorece a garantia de um direito, mas que não foi cumprida. Percebemos a necessidade da participação da sociedade na fiscalização das leis, bem como de políticas públicas voltadas para inclusão.

Para o gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, há dois caminhos utilizados no processo de adaptação dos espaços públicos, a conscientização dos gestores ou a denúncia feita ao Ministério Público. O referido gestor explica que

[...] quando são feitas denúncias ao ministério publico, ele vai ao local, detecta, fotografa e chama a prefeitura para que façam as devidas adequações e daí entram no processo todo. [...] Agora já vira inquérito, qualquer ação que chega no ministério já vira inquérito, aí eles dão um prazo para adequação, ou chamam um termo de ajustamento, uma TAC, ou não. Se não cumprir, vira uma ação, a ação sim com prazo fixo de 01 ano. Não um inquérito e depois já vira ação e depois da ação já começam as multas diárias, então esse é o processo. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

Pela fala do gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência compreendemos a necessidade da participação popular, que pode realizar uma denúncia ao Ministério Público para que este realize uma investigação das condições de acessibilidade do local denunciado, que fornecerá prazo para a eliminação das barreiras encontradas.

Em relação aos sanitários do parque, fomos informados da existência de um sanitário adaptado nas instalações da guarda municipal. Durante o passeio, solicitamos permissão para o uso do sanitário e os guardas municipais autorizaram, mas nos informaram que é de uso exclusivo dos guardas municipais e não está aberto ao público em geral. Acreditamos que um guarda municipal estará afastado do trabalho ou em serviço administrativo, caso possua alguma mobilidade reduzida. Outra questão levantada é o motivo do sanitário da lanchonete não ter sido adaptado, já que a reforma foi realizada em 2008, sendo este o prazo final de adaptação previsto pelo decreto n. 5.296/04. Ressaltamos que para Ribeiro *et al.* (2007) e Araujo, Candido e Leite (2009) os sanitários adaptados, além de rampas, rebaixamentos de guia e pisos regulares, se incluem nos itens indispensáveis para que um espaço de lazer seja considerado acessível. Parece-nos que apesar de ser linear e possibilitar o deslocamento, o parque Bacacheri não pode ser considerado acessível, pois apresenta barreiras físicas tanto em seu entorno, como a ausência de guias rebaixadas, quanto em seu espaço, como, por exemplo, o degrau que impediu o uso de uma das churrasqueiras e a falta de um sanitário adaptado.

4.2.3 UNILIVRE: a relação entre a beleza do lugar e o acesso para todos.



FIGURA 28 - CROQUI BOSQUE ZANINELLI – UNILIVRE
FONTE: SMMA (2010).

A Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE) é a principal atração do Bosque Municipal Zaninelli, inaugurado em 1992. A edificação da UNILIVRE foi construída de troncos de eucalipto e vidro e tem por objetivo repassar conhecimentos sobre o meio ambiente à população em geral. Outras atrações do bosque são a mata nativa ao redor da pedreira, a passarela no túnel vegetal que desemboca frente à pedreira, o espelho d'água do lago com aproximadamente 120 m de extensão, o auditório ao ar livre e o mirante. Sua estrutura é composta pelos seguintes equipamentos: passarela, bosque, lago, auditório ao ar livre, mirante, sede administrativa da universidade e sanitários.

O acesso

O acesso à UNILIVRE também pode ser feito por transporte público com ônibus adaptado. Há um ponto de ônibus em frente ao bosque, porém o ônibus utilizado pelo grupo de cadeirantes no passeio⁹⁸ parou em uma avenida próxima que se localiza a aproximadamente um quilômetro.

⁹⁸ Em 07 de maio de 2010 observamos o passeio realizado pelo grupo "A União faz a Força" no Parque Bacacheri. Estiveram presentes no passeio os quatro integrantes do grupo, a terapeuta

Esse trecho é constituído por uma descida íngreme, que observamos na Figura 04⁹⁹, a qual os cadeirantes não conseguiram descer sozinhos e quase caíram da cadeira de rodas, o que poderia ter causado um acidente. Eles retornaram à avenida e solicitaram apoio, sendo transportados de carro até o local¹⁰⁰. Novamente destacamos a falta de acessibilidade encontrada no entorno do espaço de lazer e ressaltamos a necessidade de integrar o planejamento do espaço de lazer com a mobilidade urbana, pois de acordo com Jacobs (2000) o sucesso de um espaço está vinculado a relação que este possui com o bairro.



FIGURA 29 - ACESSO – UNILIVRE

FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

O estacionamento é amplo, mas não possui nenhuma vaga demarcada e sinalizada, assim como não foram encontrados rebaixamentos de guia para acesso à calçada. Na entrada há um portal com uma rampa de madeira que possui uma inclinação maior do que a estipulada pela NBR 9050, como notamos na Figura 30, mas há um caminho alternativo que facilita o acesso, apesar de possuir piso de cascalho, que, de acordo com Burjato (2004), é um piso que não apresenta boas condições de acessibilidade e exige um esforço maior na propulsão da cadeira de rodas. Na Figura 29 percebemos uma cadeirante com cadeira de rodas motorizada e que não apresentou dificuldades no deslocamento.

ocupacional e coordenadora do grupo, as estagiárias do Curso de Terapia Ocupacional e esta observadora.

⁹⁹ A figura 04 se encontra na página 68.

¹⁰⁰ No item 3.1 deste trabalho apresentamos o grupo e informamos que antes do passeio as estagiárias e terapeutas realizavam uma análise da acessibilidade do local, que foi feita também no passeio à UNILIVRE. Mas a decisão sobre o local do passeio era tomada pelo grupo de cadeirantes. Mesmo sabendo que encontrariam dificuldades, o grupo optou pelo passeio, pois queriam conhecer a UNILIVRE.

Os outros cadeirantes conseguiram se deslocar, sendo que apenas um deles necessitou de auxílio.

A circulação e uso



FIGURA 30 - PASSARELA DE MADEIRA – UNILIVRE
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

A circulação até o lago, sede da universidade e mirante, é feita por uma passarela de madeira com largura adequada à NBR 9050, porém a ausência de um corrimão ou proteção nas laterais gerou insegurança para alguns cadeirantes, que estavam com medo de cair na água. Fato que observamos na filmagem realizada durante o passeio, na qual duas estagiárias acompanharam a cadeirante, o que trouxe uma maior segurança (Fig. 30). Destacamos que a segurança é essencial para o uso de um espaço.



FIGURA 31 - PISO – UNILIVRE
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Já o piso presente no parque, que é de pedra irregular (o que pode ser notado na Figura 31), causa trepidação, exige um alto grau de esforço na propulsão da cadeira de rodas e não garante boa acessibilidade. Este fato foi comentado pela cadeirante 3:

Ah, o ruim para mim são aquelas calçadinhas. Mas não tem nem como reclamar, pois é o padrão da cidade. Aquelas calçadas que chacoalha toda a pessoa. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

A questão do calçamento, já discutida anteriormente, é uma das grandes dificuldades para o acesso a todos os equipamentos. Esta foi encontrada tanto na UNILIVRE, como nos outros espaços estudados, sendo também destacada pelo gestor da Secretaria do Meio Ambiente como uma dificuldade, o qual relata:

Agora você vai ter uma dificuldade que muitas vezes você pode chegar neste equipamento e ter algum problema de acesso porque ele ainda não foi adaptado ou porque o conceito do projeto [...] Por exemplo, a questão da pavimentação das calçadas. Durante muitos anos o critério era pedra irregular, por ser natural. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

O gestor da Secretaria do Meio Ambiente também aponta para a dificuldade de encontrar um material para o piso que atenda tanto os conceitos de acessibilidade e, portanto, tenha as características de firme, estável e

antiderrapante sob qualquer condição climática, quanto as questões de permeabilidade do solo. Para o referido gestor:

Hoje além da questão da acessibilidade se fala muito da questão da permeabilidade do solo. Então nós estamos desenvolvendo aqui [...] um modelo de piso que nós estamos associando duas tecnologias para poder dar facilidade de manutenção, custo relativamente barato e facilidade de locomoção principalmente para cadeirantes e pessoas que usam bengalas ou qualquer coisa assim; e que seja permeável. A gente encontrando esse caminho vai facilitar muito a vida, porque até hoje nós tínhamos a pedra irregular, tira a pedra irregular, passa a ser o cbuq¹⁰¹. Os dois são impermeáveis, então melhora do ponto de vista da acessibilidade, mas não atende do ponto de vista ambiental. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)



FIGURA 32 - DESNÍVEL DA PASSARELA – UNILIVRE
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Outra dificuldade observada durante o passeio realizado com o grupo foi o desnível entre a passarela de madeira e o chão em frente ao lago e no início da rampa que leva ao mirante. De acordo com a ABNT (2004), qualquer desnível acima de 05 (cinco) milímetros precisa receber tratamento, pois se apresenta como um obstáculo. Na Figura 32 podemos observar que enquanto o cadeirante contempla a natureza, a roda dianteira da cadeira de rodas pode se prender no desnível apontado pela seta e levar à queda do cadeirante.

¹⁰¹ O piso de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) é um dos tipos de revestimentos asfálticos mais utilizados nas vias urbanas e é o piso utilizado para fazer as pistas de caminhada e de ciclistas no parque.



FIGURA 33 - ESCADA DE ACESSO AO MIRANTE – UNILIVRE
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Na subida da rampa que dá acesso ao mirante, os cadeirantes precisaram de ajuda em alguns trechos devido à inclinação da rampa, além de não conseguirem chegar até o topo, pois o último trecho é composto por uma escada, que pode ser visualizada na Figura 33. Esse fato gerou um sentimento de frustração para o cadeirante 2, que pode ser observado na fala a seguir:

Que nem na UNILIVRE [...] que tinha mais umas escadinhas para subir até o topo, eu queria chegar lá. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)



FIGURA 34 - VISÃO DO MIRANTE – UNILIVRE
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Os cadeirantes pararam na proximidade do topo do mirante e na Figura 34 vemos a diferença de campo de visão da pessoa que se encontra de pé para aquela que está na cadeira de rodas e precisa olhar entre os vãos do guarda-

corpo. Ressaltamos ainda a importância de proporcionar acessibilidade nos mirantes, pois, segundo Burjato (2004), o adulto possui prazer e segurança ao conseguir visualizar todo o espaço ou a maior parte dele. A referida autora ainda cita Freyberger, que destaca: “o adulto conquista seu espaço através do olhar. Não precisa percorrê-lo para dominá-lo; ele o faz através de seu campo visual. O espaço do adulto é o mirante que observa a cidade.” (FREYBERGER¹⁰², 2000, p. 7, *apud* BURJATO, 2004, p. 67). Ao olhar o espaço por entre a proteção da rampa, acreditamos que a conquista do espaço para esses cadeirantes foi limitado.



FIGURA 35 - DESCIDA DO MIRANTE – UNILIVRE
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Na descida da rampa os cadeirantes também enfrentaram problemas, pois não havia um espaço adequado para executar a manobra da cadeira de rodas. Para os cadeirantes que estavam com a cadeira manual foi possível realizar a manobra para virar a cadeira de rodas, já a cadeirante com a cadeira motorizada não conseguiu, uma vez que a cadeira era mais larga. Assim ela desceu de ré até

¹⁰² FREYBERGER, A. **O Espaço do brincar**. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

a primeira área de descanso para então virar a cadeira de rodas. Observamos na Figura 35 que a atenção tanto da cadeirante quanto da pessoa que a auxiliou permaneceu focada na passarela para evitar choques contra a lateral, de modo que diminuiu a oportunidade de contemplar a paisagem e apreciar a descida do mirante.

Esse fato gerou demora na descida do mirante por todos os cadeirantes, o que causou mal-estar, ou seja, mais uma experiência negativa, somada à frustração de não conseguir chegar ao topo do mirante. Para Cohen (2006), essas experiências negativas do ambiente podem influenciar na apropriação do lugar. Percebemos essa relação na fala dos cadeirantes, pois quando questionados sobre o passeio na UNILIVRE, foram unânimes em responder que não gostaram. A fala do cadeirante 1 demonstra a impressão que permaneceu do passeio ao dizer que:

Ruim. Tudo foi ruim. Na UNILIVRE não vou nunca mais, é ruim de chegar, é longe. As calçadas lá são ruinzinhas também. [...] Foi fácil subir e descer. Mas lá não gostei não. Não sei explicar o porque não gostei. (CADEIRANTE 1. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

A fala destacada confirma a discussão de Duarte e Cohen (2010) sobre a rejeição entre o lugar e as pessoas, pois as referidas autoras acreditam que quando o espaço rejeita o acesso de uma pessoa, esta geralmente passa a rejeitar o lugar, o que demonstra como as barreiras de um ambiente geram a exclusão das pessoas.



FIGURA 36 - SANITÁRIO – UNILIVRE
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Na UNILIVRE há um sanitário ao lado da loja de *souvenirs*. Na Figura 36 podemos notar que a largura da porta e as dimensões do box não permitem a entrada de uma cadeira de rodas, além de não encontrarmos qualquer outra adaptação necessária para uso por uma pessoa com deficiência e exigida pela ABNT. Vejamos a descrição do sanitário feita pela cadeirante 3:

Os banheiros, que nem na UNILIVRE que não tinha espaço para cadeira de rodas, não tinha como chegar até a porta, não tinha as barras. Não era acessível. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Durante o passeio alguns cadeirantes necessitaram usar o sanitário. Um deles precisou de auxílio e já o outro esvaziou a bolsa coletora no lado externo próximo ao sanitário. Não foi possível para os cadeirantes acessarem o lavatório para realizar a lavagem das mãos, o que prejudicou a garantia da higiene. Em outras palavras, concluímos que os cadeirantes ao não terem independência para realizar a própria higiene correram riscos que podem comprometer a saúde. Por tudo isso, destacamos que o planejamento dos espaços de lazer necessita de um olhar amplo e para além do espaço, da preservação da natureza ou de qual o

melhor equipamento a ser colocado naquele local, ele também precisa considerar as questões relativas à segurança e saúde das pessoas.

Com efeito, podemos afirmar que a UNILIVRE apresenta várias barreiras físicas, desde as localizadas em seu entorno, como aquelas encontradas para o deslocamento e uso do sanitário, item considerado indispensável para que o local seja considerado acessível.

Por fim, ficou evidente que essas barreiras não possibilitaram o uso do espaço pelos cadeirantes com independência. As restrições de acesso até o topo do mirante e as dificuldades na descida geraram experiências negativas e rejeição pelo local, ou seja, interferiram no processo de apropriação do espaço e consequentemente de inclusão dos cadeirantes. Notamos, portanto, a importância de políticas públicas voltadas para a adaptação dos espaços de lazer da cidade com o objetivo de se tornarem espaços inclusivos, convidativos e acolhedores para todas as pessoas. Ressaltamos ainda a necessidade da participação das pessoas com deficiência no planejamento dos espaços de lazer para que as especificidades de cada uma delas sejam respeitadas.

4.2.4 PARQUE LAGO AZUL: um novo modelo de parque?

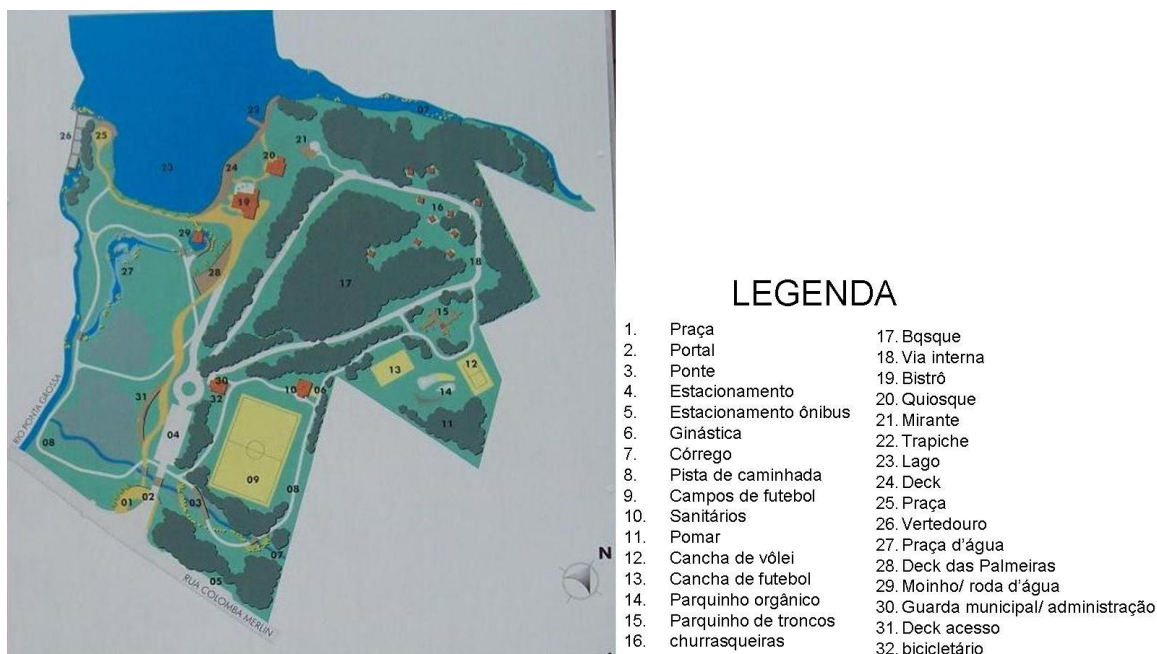


FIGURA 37 - CROQUI – PARQUE LAGO AZUL

FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

O Parque Lago Azul possui uma área de 128.500 m² e se localiza entre os bairros Ganchinho e Umbará. Nas décadas de 1960 e 1970, a antiga propriedade que pertencia à família Segalla era utilizada como parque particular e era uma das poucas opções de lazer em área aberta da cidade.

Em 2007 a Prefeitura de Curitiba adquiriu a propriedade e iniciou as obras de revitalização e modernização. A sua sede foi transformada em um bistrô administrado pela URBS. Outra atração do parque é o moinho de milho e um mirante de madeira que proporciona a vista do lago. O parque também possui 09 (nove) churrasqueiras, um Parque de Troncos para crianças, equipamentos para ginástica, academia do idoso e canchas de futebol e de vôlei.

O acesso

O acesso com transporte público conta com ônibus adaptado, porém o ponto de ônibus fica aproximadamente a uma distância de 500 metros do parque e a rua de acesso é uma ladeira sem acostamento ou faixa de pedestre. Observamos essa dificuldade de acesso nos outros espaços estudados e novamente destacamos a necessidade do planejamento urbano estar voltado para

integração dos espaços da cidade, pois como afirma Jacobs (2001) é a integração dos espaços na cidade que auxilia na apropriação destes.



FIGURA 38 - ACESSO – PARQUE LAGO AZUL
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Também não encontramos guias rebaixadas nas calçadas em frente ao parque, sendo necessária a entrada pelo acesso de veículos, o que pode ser visto na Figura 38.

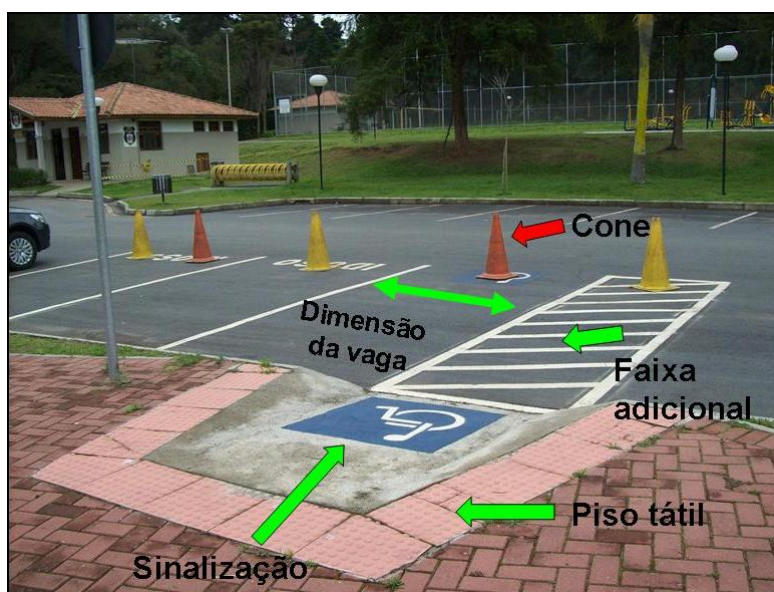


FIGURA 39 - ESTACIONAMENTO – PARQUE LAGO AZUL
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

O estacionamento possui vagas reservadas e sinalizadas conforme preconiza a NBR 9050, porém na Figura 39 avistamos um cone na vaga, provavelmente para evitar que as outras pessoas utilizem essas vagas. A presença do cone demonstra que nossa sociedade ainda precisa se conscientizar da necessidade de respeitar as pessoas com deficiência, para então poder ser

denominada como sociedade inclusiva. O gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência participou do projeto do parque e confirma a necessidade da população aprender a conviver e respeitar a diversidade, ao afirmar que

eu previ vagas para estacionar, mas nós temos aí um problema cultural. E não é a cultura do guarda que atende o pessoal, que atende o parque. É a cultura de quem vai e estaciona o carro em local não permitido. [...] Esse é um exemplo “legal”, o parque está adaptado, mas o povo não tem a cultura. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

Circulação e uso



FIGURA 40 - PISO – PARQUE LAGO AZUL
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

A circulação no parque é facilitada pelas calçadas de paver¹⁰³ e pela pista de caminhada com piso de cimento que podemos ver na Figura 40. Durante a observação não encontramos barreiras físicas que impedissem o deslocamento pelo parque.

¹⁰³ A calçada de paver é composta de blocos de cimento intertravados e permite a acessibilidade quanto à permeabilidade do solo.



FIGURA 41 – ACESSO ÀS CHURRASQUEIRAS – PARQUE LAGO AZUL
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

O acesso até as churrasqueiras também é adaptado e possui um trajeto diferenciado com inclinação menor e que permite o acesso de carro. Há vagas de estacionamento reservadas para as pessoas com deficiência próximas e interligadas por meio de uma faixa para circulação com piso de cimento. Dentre as nove churrasqueiras que se localizam em uma área de piso de terra batida e com raízes aparentes, o parque possui algumas com acesso facilitado, como pode ser observado na Figura 41. Igualmente as churrasqueiras não possuem obstáculos

para sua utilização. Se compararmos a churrasqueira do parque Bacacheri (Figura 26) com as churrasqueiras do parque Lago Azul (Figura 41), percebemos que o modelo é semelhante, com os bancos e churrasqueira de concreto, porém não há presença de obstáculos, como o degrau que impediu o acesso e interferiu na autonomia dos cadeirantes. Notamos que não foram necessárias muitas adaptações para tornar o mesmo equipamento acessível.



FIGURA 42 - ACESSO BISTRÔ – PARQUE LAGO AZUL
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

O acesso ao bistrô pode ser feito pela escada ou por uma rampa lateral que favorece o acesso por pessoas com mobilidade reduzida, tornando o ambiente acessível, como podemos ver na Figura 42. A opção de dois diferentes acessos a um ambiente possibilita o uso por um número maior de pessoas, garante o direito à acessibilidade e diminui a exclusão, pois, segundo Bartalotti (2006), evita a criação de espaços destinados exclusivamente a uma parcela dos cidadãos.

Ao falar do bistrô, o gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência afirma:

Lá no restaurante, aquele bistrô, aquela rampa na frente eu pedi que suavizasse, que colocasse na lateral. As entradas atrás eu pedi alteração, eu alterei o projeto, mas não sei como está lá. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

Percebemos a importância do planejamento dos espaços ser realizado com a participação das secretarias e principalmente com a presença das pessoas

com deficiência para que os projetos alcancem o objetivo de promover acessibilidade e autonomia para todos e nos recordamos do lema instituído pelas próprias pessoas com deficiência sobre a sua participação em qualquer projeto que trate deles: “Nada sobre nós, sem nós”. Ressaltamos a importância da participação das pessoas com deficiências na construção de políticas públicas de lazer, voltadas para a criação e adaptação dos espaços que possibilitem o acesso e uso por todos.



FIGURA 43 - ACESSO AO QUIOSQUE – PARQUE LAGO AZUL
FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Próximo ao bistrô está localizado um grande quiosque com bancos e mesas e que permite a realização de diversas atividades. O acesso, como no bistrô, possui escadas e uma rampa, que podem ser notado na Figura 43.

Esse espaço possui alguns bancos de madeira que podem ser posicionados do modo que as pessoas desejarem, o que torna esse espaço, de acordo com os princípios do Desenho Universal, já que permite uso flexível. Também podemos considerar esse ambiente, de acordo com Rechia (2009), como multifuncional, pois possibilita a realização de diversas atividades, ou seja, a maneira que ele será apropriado poderá diferir para o frequentador.



FIGURA 44 - ACESSO AOS EQUIPAMENTOS – PARQUE LAGO AZUL
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Observamos que os acessos aos equipamentos foram adaptados com a instalação de um piso que proporciona estabilidade e consequentemente acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida. Contudo, mesmo criado em 2007, ainda identificamos alguns obstáculos como degraus e piso instável, principalmente no acesso ao Parque de Troncos para crianças, canchas esportivas e academia do idoso. Cabe destacar que os obstáculos encontrados e que podem ser observados na Figura 44 não se diferem dos outros espaços de lazer, o que nos leva a acreditar que ocorre uma implantação de um mesmo modelo dos equipamentos nos diferentes espaços de lazer. O acesso adaptado facilita a aproximação, mas não garante o uso do equipamento.

Diante disso, o gestor da Secretaria do Meio Ambiente aponta que as dificuldades financeiras interferem na execução do planejamento do parque e afirma:

Ele não saiu nem como os arquitetos queriam. Porque havia uma ideia, um planejamento do parque, mas nós começamos com um problema financeiro, com dificuldades. Enfim, implantamos o parque faltando muita coisa do que aquilo que a gente pensou. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Ele também cita a necessidade de executar obras de melhorias:

Então nós temos que melhorar o acesso, a sinalização, tem equipamentos que estão faltando. [...]. Algumas adequações em termos de acessibilidade já foram solicitadas a nós, acesso às canchas de esporte e tudo mais. Sempre dentro desse conceito, se a gente fosse esperar ter um ideal, talvez a gente não chegasse nunca lá. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Ressaltamos que diversos autores, entre eles Filho (2010) e Reis e Lay (2010), já comprovaram que o custo de obras de melhoria é muito mais elevado do que a construção de um projeto baseado nos princípios do Desenho Universal. Então, o projeto, que segundo o gestor da Secretaria do Meio Ambiente já iniciou com dificuldades financeiras, terá um custo mais elevado para realizar essas adequações. Lembramos que os parques criados na década de 1970 já necessitam da adaptação de seus espaços e equipamentos, pois foram criados em um período que a visão de acessibilidade era restrita e as pessoas com deficiência permaneciam mais isoladas em suas residências, essa adaptação já afeta as questões orçamentárias. Mas não compreendemos o motivo das reformas, como no caso do Parque Bacacheri, e a criação de novos espaços de lazer, como o Parque Lago Azul, continuarem apresentando barreiras e indo contra a determinação da legislação brasileira. Acreditamos que a retirada de apenas alguns obstáculos não garante a acessibilidade do espaço, como não possibilita a inclusão das pessoas com deficiência, pois continua a ferir a autonomia e independência. Outro aspecto levantado é: qual o real motivo da criação dos espaços de lazer: a preservação da natureza somente ou a oportunização destes espaços para a sociedade? Esse questionamento surge a partir da fala do gestor da Secretaria do Meio Ambiente, ao afirmar que: “se a gente fosse esperar ter um ideal, talvez a gente não chegasse nunca lá.” Acreditamos que um planejamento Intersetorial, bem como a participação das pessoas com deficiência, podem auxiliar no processo de criação de um espaço

acessível pois, como afirma Resende (2004), as barreiras nas cidades ainda se encontram invisíveis para as pessoas sem deficiência.



FIGURA 45 - SANITÁRIO – PARQUE LAGO AZUL
 FONTE: CASSAPIAN, M. R. Curitiba, 2010.

Quanto aos sanitários, o parque possui sanitários adaptados próximos ao bistrô e juntos à cancha de futebol. O primeiro estava trancado, pois no dia da observação o bistrô também não estava funcionando. O outro também estava trancado e foi necessário solicitar a presença da guarda municipal para abri-lo. Ao compararmos o sanitário do parque Lago Azul com os demais sanitários analisados, percebemos que é o único que possui todas as adaptações determinadas pela NBR 9050 (Fig.45). Contudo encontramos outro obstáculo: a porta trancada, ou seja, para o uso do sanitário a pessoa deverá solicitar a chave na guarda municipal. Até o gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência questiona:

Mesmo que ele fosse adaptado da melhor maneira possível, adiantaria? Não, está fechado. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

Já o gestor da Secretaria do Meio Ambiente afirma que a questão dos sanitários nos parques é uma situação complexa, principalmente dos sanitários adaptados, e relata que os sanitários são chaveados para evitar o vandalismo e destruição. Para o referido gestor:

Uma questão até pelo uso mesmo, porque a gente sabe que tem pessoas que são mal-educadas. Como o vândalo, às vezes é uma minoria, mas é uma minoria que faz um estrago tremendo. E como esses equipamentos precisam de um cuidado melhor e o custo da manutenção é mais caro. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Ele ainda complementa que há estudos em andamento para melhorar o sistema de sanitários nos parques e afirma que

nós estamos estudando uma contratação e a mudança no sistema de operação dos sanitários. Como eu disse, eles estão aumentando pela quantidade das pessoas. Até então era o próprio administrador ou funcionário que faz a manutenção do parque interior é o que faz do sanitário, mas nós temos que criar uma estrutura específica para isso. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Apesar de ser criado em 2007, o parque Lago Azul apresenta algumas barreiras físicas tanto na entrada do parque, quanto no acesso de alguns de seus equipamentos. Porém o que nos chamou maior atenção foi a necessidade de se “criar obstáculos”, como os cones nas vagas reservadas e a tranca na porta do sanitário adaptado, para evitar que a própria sociedade realize atitudes que venham limitar a independência e autonomia das pessoas com deficiência. Ressaltamos a importância de a sociedade repensar as suas relações sociais e respeitar um ao outro com suas diferenças, para então diminuir, ou melhor, eliminar as barreiras atitudinais. Cabe, porém, lembrar que alguns autores, entre eles Leite (2007), Bartalotti (2006) e Sassaki (1997), apontam que as barreiras atitudinais estão relacionadas com a falta de conhecimento e convivência com as pessoas com deficiência. Fato este que nos mostra novamente a importância da eliminação das barreiras nos espaços públicos, já que, segundo Negt (2002), são estes os espaços que possibilitam a convivência e, portanto, também podem auxiliar na diminuição destas barreiras atitudinais.

Além de todas essas questões levantadas nos quatro espaços de lazer estudados, os cadeirantes informaram como dificuldade comum a falta de informações sobre quais os parques estão acessíveis. Ao ser questionada sobre quais espaços de lazer gostaria de conhecer e o motivo de não conhecê-los, a cadeirante 4 exemplificou ao responder porquê não foi ao Parque Tanguá, já que relata ter interesse em conhecê-lo. Ela respondeu que:

Porque eu não sei se tem como chegar, como andar pelo parque.
(CADEIRANTE 4. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Ao questionarmos os gestores sobre a informação dos parques, o gestor da Secretaria do Meio Ambiente informou que a Secretaria de Turismo poderia ter algumas informações, mas que as informações sobre os espaços públicos de lazer ainda são deficitárias. Ele complementa que esse déficit não é somente em relação à acessibilidade, mas sobre a localização dos espaços e equipamentos públicos de lazer da cidade. Para ele:

Nós temos deficiências inclusive não só para o portador de necessidades especiais, mas para a população numa forma geral. A nossa sinalização está carente em termos de informação. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

O gestor da Secretaria do Meio Ambiente ainda acrescenta que esse assunto já está em pauta de discussão na secretaria e relata que

nós estamos já em contato com a secretaria de comunicação para ela elaborar, em conjunto com a URBS, um sistema pelo menos nos terminais e nas estações que tenham um pouco mais de orientação a respeito dos parques. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

A partir da análise dos quatro espaços públicos de lazer estudados, detectamos, portanto, os três tipos de barreiras citadas por Dischinger *et al.* (2004, *apud* MORAES, 2007)¹⁰⁴. Encontramos barreiras físicas nos transportes, no entorno de alguns parques, na circulação e nos equipamentos de alguns dos

¹⁰⁴ Idem Nota 4.

espaços públicos de lazer. As barreiras de informação também foram observadas, bem como a presença das barreiras atitudinais, que limitam as pessoas com deficiência.

Quando solicitados para elencar as facilidades encontradas no uso dos espaços de lazer, os integrantes do grupo de cadeirantes citaram apenas a garantia do deslocamento na maioria dos parques que se deve pela circulação na pista de caminhada. Vejamos seus relatos:

Facilidade é a parte de calçada que é fácil dos locais, a entrada dos locais também. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Muitas vezes tem facilidades. Tem aquelas guias de ciclista. Pista de caminhada. Dependendo do local, tem o rebaixamento correto. . (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Já o gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência considera como facilidade o acesso tanto com o ônibus de turismo¹⁰⁵ da cidade que realiza a rota de todos os parques, como com carro particular, como observamos em sua fala:

Eu diria que uma facilidade é o nosso transporte, ou esse ônibus de turismo. A linha de turismo é uma facilidade, facilidade de estacionar em muitos deles e só. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

O ônibus de turismo pode ser considerado uma facilidade para pessoas com deficiência que sejam turistas, mas questionamos se é uma facilidade para a população local. No uso do transporte coletivo, apesar de ser reconhecido nacionalmente, encontramos muitas dificuldades, desde ausência de ônibus adaptado em todos os locais, a distância da parada de ônibus do espaço de lazer, bem como o problema com elevadores de tubo ou ônibus quebrados. Já o gestor da Secretaria do Meio Ambiente considera como facilidade o número de áreas de lazer e sua distribuição, pois comenta que

¹⁰⁵ A Linha Turismo é uma linha de ônibus especial que circula nos principais pontos turísticos como parques, praças e atrações da cidade de Curitiba. O serviço funciona de terça-feira a domingo das 9h30 às 17h30 com saída a cada trinta minutos. Segundo a URBS (2010), o valor de R\$ 20,00 dá direito a um embarque e quatro reembarques.

o fácil é a oportunidade de você ter próximo. Porque como te falei nós temos 950 praças e 38 parques que estão estrategicamente distribuídos no município, então você tem a facilidade de não ter que se deslocar muito até encontrar uma área de lazer. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Já, Mendonça (2002) afirma que a maioria dos parques públicos equipados para o lazer se concentra na região norte da cidade e que a região sul da cidade, na qual se encontra grande parte da população de baixa renda, não possui muitos parques. Essa afirmação vai de encontro com a fala do gestor da Secretaria do Meio Ambiente. Outro aspecto que levantamos é que a proximidade somente pode ser considerada como uma facilidade, se a mobilidade na cidade estiver garantida para todas as pessoas, ou seja, se o entorno do espaço for acessível.

Quanto aos espaços de lazer estudados, entendemos que os parques estudados apresentam uma certa facilidade para o **deslocamento** em seu espaço, o que permite a aproximação e contemplação da natureza. Os outros três componentes de acessibilidade citados por Dischinger e Ely¹⁰⁶ (2006, *apud* OLIVEIRA, 2006) já não foram encontrados. O **uso** dos equipamentos apresenta-se com barreiras, principalmente relacionadas com o acesso a estes e com a falta de equipamentos que atendam os princípios do desenho para todos.

Os componentes de **comunicação** e **orientação** necessários para o uso do espaço por pessoas cadeirantes são semelhantes ao das pessoas sem deficiência, pois não há necessidade de sistema em braile ou alto relevo como para as pessoas com deficiência visual ou a presença de funcionários treinados na linguagem brasileira de sinais para se comunicarem com as pessoas com deficiência auditiva. Essa adequação torna-se imprescindível para pessoas com deficiência visual ou auditiva, conforme destacado pelo gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

Aí é que tá nós precisamos entender as adaptações em todas aquelas dimensões. Enquanto você encontra uma possibilidade de acesso arquitetônico, você não encontra o acesso comunicacional, por exemplo. Você não encontra um guarda municipal que fale em libras, isso faz parte da acessibilidade. Vc não encontra nas praças uma placa de indicação em braile, um totem. Qual a praça que tem que ter um totem em braile? Você chega lá na praça e bota o dedo e você sabe que você pode ir pra

¹⁰⁶ Idem Nota 40.

lá, o caminho direcional ou piso tátil? (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

O gestor ainda complementa dizendo que estamos em processo de adaptação, já que a maioria dos parques, como já vimos anteriormente, foi criada na década de 1970, que era um período com uma visão bastante restrita da pessoa com deficiência.

As nossas praças neste contexto histórico são muito mais antigas, então se nós formos falar de Curitiba o que eu posso dizer que existe preocupação do poder público, existe preocupação do IPPUC nesse sentido, da URBS e a gente está num franco processo de adaptação. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

Para o gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência há necessidade de se treinar os servidores do parque para que mostrem as adequações.

Um servidor treinado vai mostrar as adequações necessárias e urgentes. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

Dessa forma, concordamos com Rechia (2003) que destaca a necessidade de rever e avançar o modelo dos parques públicos, criados na década de 1970, para um modelo voltado a atender a diversidade, por meio de um espaço livre de barreiras, que possibilite o acesso e uso por todos. Diante do fato de encontrarmos várias barreiras físicas nos espaços, equipamentos que limitam independência dos cadeirantes, acreditamos que a eliminação dessas barreiras podem facilitar o uso dos espaços e equipamentos de lazer pelos integrantes do grupo. Partimos então para a última categoria de análise: o lazer.

4.3 O DIREITO AO LAZER: CONEXÃO ENTRE ATITUDE, TEMPO E ESPAÇO.

Como já vimos anteriormente, a discussão do lazer é complexa e este fenômeno muitas vezes é compreendido de diferentes maneiras. Assim, iniciaremos com a apresentação da compreensão dos cadeirantes e gestores sobre o lazer para então discutir a relação do espaço e da acessibilidade com a garantia do direito ao lazer.

Para os cadeirantes, o lazer está relacionado à diversão, como podemos observar nas falas a seguir:

O lazer é eu me divertir. (CADEIRANTE 1. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

.

Lazer é passear, se divertir. Para mim é isso. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Sair, se divertir, esfriar a cabeça. (CADEIRANTE 4. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

.

Os depoimentos dos cadeirantes remetem a ideia de lazer apresentada pela Carta Internacional de Educação para o Lazer¹⁰⁷, que cita a satisfação, diversão, prazer e aumento de felicidade como benefícios gerados pelo lazer.

Ainda para o cadeirante 2 o lazer pode servir para superar algumas barreiras vivenciadas, que ele não conseguiu definir claramente em palavras, mas percebemos que ele sente algo subjetivo em relação a esse tempo e espaço diferenciado. Ele afirma que:

O lazer pra mim é uma coisa boa. [...]. É uma coisa em que você se supera no lazer, em algumas partes você se supera. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

.

Vários autores destacam o lazer como fenômeno inclusivo, por possibilitar o desenvolvimento das relações sociais para as pessoas com deficiência, entre eles podemos citar Knox (2002) e Cavalcanti (2007). Percebemos que o cadeirante 2 aponta a inclusão pelo lazer ao citar a superação das barreiras, mas ele também destaca que a superação não é total. Acreditamos que as barreiras

¹⁰⁷ Idem Nota 39.

relacionadas à própria deficiência possam ser diminuídas com a adaptação das atividades realizadas, já a eliminação das barreiras atitudinais e arquitetônicas dependem, segundo Bartalotti (2006), de uma modificação da sociedade e não da pessoa com deficiência. Dessa maneira, para que o lazer seja considerado inclusivo para todas as pessoas, o gestor da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência afirma que ele deve ser visto como

o exercício de toda e qualquer atividade sem restrição, porém com autonomia e segurança. (GESTOR DA SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, outubro, 2010)

Já o gestor da Secretaria do Meio Ambiente compreende o lazer como algo subjetivo, e afirma que há várias formas de lazer. Segundo o referido gestor, a Secretaria do Meio Ambiente busca atender todos os comportamentos, já que

Cada pessoa tem uma forma, uns gostam de esportes radicais, entendo que isso é uma forma extremamente boa de lazer, outros entendem que uma boa leitura é uma boa forma de lazer, outros preferem um exercício moderado, outros como eu disse, gostam de contemplar a natureza e entendem que isso é uma forma de lazer. Então o que a gente procura quando fala em lazer, é abranger todos esses comportamentos e essas faces de comportamento. Que se você for olhar nas nossas unidades, elas basicamente atendem um pouquinho de cada coisa. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

O gestor da Secretaria do Meio Ambiente complementa, ainda, que os equipamentos públicos de lazer da cidade buscam contemplar um pouco de cada um destes comportamentos. Porém destacamos que além de contemplar os diferentes comportamentos, os equipamentos de lazer devem ser projetados para atender a diversidade, ou seja, baseados nos princípios do Desenho Universal. O referido gestor ainda destaca que os equipamentos são modificados por solicitação dos próprios frequentadores e exemplifica:

havia uma época que toda praça de bairro pedia uma cancha de bocha, que era esporte muito praticado. Tem um padrão que a gente desenvolveu e toda vez que a gente projetava uma área era a tal cancha de bocha que não podia faltar. Hoje já não existe mais esse pedido, e pelo contrário, algumas pessoas, a maioria vem em comum acordo para suspender, substituir a cancha de bocha. Então hoje já pedem para mudar, são outros tipos de equipamento, são outros tipos de esporte que as pessoas praticam. Por exemplo, a pista de caminhada hoje é um dos equipamentos mais solicitados aqui e que muitas vezes não passa de

você adequar um pouco a calçada em torno da praça para que as pessoas possam circular melhor e ter mais conforto para andar. É uma das coisas que mais pedem. (GESTOR DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Dentre os integrantes do grupo “A União faz a Força”, quando questionados sobre o que realizam em seu tempo/espaço de lazer, os dois cadeirantes que sofreram lesão quando jovens relatam uma mudança das possibilidades de escolhas de lazer, que foram limitadas pela deficiência, pois antes da lesão praticavam atividade física e esportiva, como jogar futebol, andar de bicicleta, andar a cavalo, nadar, jogar futebol, ir à praia, entre outros. Após a lesão o lazer foi modificado e ficou restrito à atividade de passear.

Já os dois cadeirantes que nasceram com deficiência, relatam com mais tranquilidade o fato de permanecerem a maior parte do tempo em casa, pois não tiveram experiências motoras relacionadas ao movimento corporal, portanto não tem lembranças e saudades dessas escolhas. Ressaltam, portanto, que passeiam no tempo de lazer, como relata o cadeirante 2:

Eu em casa eu fico mais no computador. Também vou ao cinema, shopping, converso com meus amigos. De vez em quando um churrasquinho com os amigos. Também lazer de leitura, em casa. É isso para mim. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Percebemos que a falta de experiência motora pode ter limitado as possibilidades de escolhas diversificadas de atividades no âmbito do lazer para esses dois cadeirantes.

Quando questionados sobre quais espaços de lazer cada um deles frequenta, os cadeirantes citaram os espaços que conheceram com os passeios realizados pelo grupo, além deles citaram alguns outros espaços, entre eles o Passeio Público¹⁰⁸, a praça, campo de futebol e ginásio de esportes na região em que moram, além de estádios de futebol, casas noturnas. Cabe também ressaltar que relataram a presença de barreiras na maioria destes locais e não conseguiram informar uma periodicidade no uso dos espaços de lazer. Apenas um cadeirante informou que gosta de ir a parques nos finais de semana, mas também não

¹⁰⁸ O Passeio Público é o parque municipal mais antigo da cidade de Curitiba, inaugurado em 1886. Foi o primeiro zoológico da cidade, e após a transferência do zoológico para o Parque Iguaçu em 1982, abriga apenas alguns pequenos animais. Segundo a SMMA (2010), o Passeio Público “foi palco de fatos marcantes no folclore e cultura dos curitibanos”.

conseguiu informar a periodicidade. Os únicos locais citados por dois cadeirantes, em que identificamos certa frequência, foram o estádio de futebol e as casas noturnas. Por tudo isso, intuímos que apesar de morarem em uma cidade que possui o planejamento voltado para as áreas culturais e de lazer, os integrantes do grupo conhecem apenas alguns poucos espaços de lazer da cidade de Curitiba e, além disso, não possuem frequência no uso desses espaços. O que nos leva a refletir se há uma relação entre as barreiras físicas encontradas na cidade e nos seus espaços públicos e a frequência de uso dos espaços, visto que uma das cadeirantes afirmou que:

Eu gosto de passear, mas eu não saio muito assim. Mas eu gosto. (CADEIRANTE 4. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Quando questionada sobre qual o motivo de não realizar a atividade de passear, já que lhe traz satisfação, a cadeirante 4 respondeu que:

Eu não saio muito, mas saio. É meio difícil, pois lá perto de casa não é tudo adaptado. (CADEIRANTE 4. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

A fala mostra que as barreiras físicas existentes na cidade interferem sim na participação das pessoas, em suas atividades, e limitam as possibilidades de lazer das pessoas com deficiência. Já apresentamos e discutimos as dificuldades encontradas na mobilidade das pessoas com deficiência e nos remetemos a Consenza e Resende (2006), que apontam a necessidade da organização das cidades serem realizadas com um olhar inclusivo, para possibilitar às pessoas com deficiência exercerem sua cidadania.

Entendemos então que as barreiras encontradas na cidade podem ser impedimentos para o exercício do direito ao lazer pelas pessoas com deficiência. E, segundo Knox (2002) e Cavalcanti (2007), as restrições de participação no lazer, seja pelo contexto ambiental ou pelas limitações específicas de cada indivíduo, podem afetar a autoestima, o bem-estar e o convívio social das pessoas com deficiência.

Diante da constatação da presença de diversas barreiras, tanto na cidade de Curitiba, quanto nos espaços de lazer estudados, buscamos identificar o que os integrantes do grupo realizam nos espaços públicos de lazer quando conseguem chegar.

O cadeirante 1 relata que ao ir para um espaço público de lazer, ele gosta de:

Pensar um pouco na vida. Ando, tomo uma “água mineral” [cerveja], um refri bem sossegado. (CADEIRANTE 1. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Observamos na fala do cadeirante 1 que o contato com a natureza proporciona um tempo de reflexão, característica que podemos relacionar ao ócio, que, segundo Gomes (2008), é um tempo individual que gerava prazer.

Já o cadeirante 2 relata que no parque gosta de:

ver a multidão, fico feliz em ver pessoas, fazer amizades, conversar, tomar cerveja. Tem vez que brinco com vôlei. Fico sentado no chão e dá pra brincar legal [...] Não é frequente, já faz tempo que não jogo. Jogo com rede normal, com os amigos. (CADEIRANTE 2. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Essa fala nos remete à importância do espaço público que tanto Negt (2002) quanto Rechia e Betrán (2010) destacam como espaço que possibilita a socialização e convivência com outras pessoas e com culturas diferentes. A possibilidade de convívio com a diversidade auxilia, de acordo com Bartalotti (2006), na diminuição do preconceito e na aceitação do diferente.

O cadeirante 2 também pontua a satisfação, o prazer, a brincadeira e o lúdico como características que estão presentes em seu tempo/espaço de lazer. A vivência do lúdico, segundo Gomes (2008), permite experimentar a sensação de liberdade e autonomia. Novamente observamos que não há uma frequência na realização das atividades lúdicas e acreditamos que isso se deve ao fato da presença das barreiras físicas na cidade, que dificultam o acesso aos espaços de lazer.

Além de possibilitar a convivência, realização de atividades lúdicas, corporais e esportivas, Rechia (2003) também afirma que os espaços públicos de lazer da cidade de Curitiba permitem a aproximação da natureza. Detectamos que

para três integrantes do grupo estudado existe apenas essa possibilidade, como observamos em duas falas a seguir:

Bom, no Parque Barigui nós andamos um pouco pelo parque, conversamos e fomos ver a exposição de robôs. Na UNILIVRE a gente também conversou e foi conhecer o parque. (CADEIRANTE 4. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Eu gosto de ficar olhando a paisagem, observando, vendo as pessoas, fazer piquenique que a gente faz com o grupo. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

Novamente entendemos que a possibilidade de escolha dos cadeirantes foi restringida pela presença das barreiras físicas, já que a cadeirante 3 também relata o interesse em realizar atividades físicas. Ela comenta que:

Não uso equipamento porque não é adaptado para o deficiente usar. Agora que tem aqueles equipamentos para fazer exercícios físicos [academia do idoso]. Eu gostaria de usar, mas não tem como eu usar. Se bem, para a pessoa com deficiência não tem muito que fazer. É só ir e olhar e ficar olhando. Tudo tem barreira para entrar, muitas vezes não está adaptado. (CADEIRANTE 3. Entrevista concedida para autora. CURITIBA, setembro, 2010)

A fala da cadeirante 3 demonstra que há interesse, porém impossibilidade de realizar outras atividades. Após a análise dos espaços de lazer estudados, concordamos com a cadeirante, já que identificamos barreiras na maioria dos equipamentos existentes, como degraus nas entradas, piso instável e equipamentos para a prática de atividades físicas que não permitem o uso por pessoas cadeirantes. Zuchetto e Castro (2002) também relataram a limitação das pessoas com deficiência física frente à realização de atividades físicas, pela necessidade de adequações dos equipamentos.

Desse modo, recorremos a Marcellino (2006), que aponta a eliminação das barreiras nos espaços como uma maneira de democratizar o lazer. O autor complementa que há necessidade de conhecer a população, ou seja, suas limitações e suas capacidades, para que os equipamentos realmente sejam utilizados e se tornem significativos para eles. Já Reis e Starepravo (2008) afirmam que a democratização do lazer somente ocorrerá pela efetivação das políticas públicas voltadas para a educação do lazer, disponibilidade e localização

dos espaços e sua acessibilidade. Entretanto, para que isso se materialize, faz-se necessária a participação das pessoas com deficiência e/ou seus representantes na elaboração e implantação das políticas públicas.

Portanto, se considerarmos a contemplação e a aproximação da natureza como funções dos espaços públicos de lazer, podemos afirmar que as condições de circulação dentro dos espaços de lazer, exceto na UNILIVRE, facilitaram a contemplação da natureza, entretanto, ressaltamos que os cadeirantes enfrentaram várias barreiras para chegar aos espaços de lazer. Além disso, destacamos que as experiências ruins, como no caso da UNILIVRE, podem diminuir o uso dos espaços, como afirmam Cohen e Duarte (2010).

Dessa maneira, destacamos a necessidade discutida por Rechia (2009), Reis e Starepravo (2008) e Filho (2006) das políticas públicas de lazer estarem inter-relacionadas com as questões de planejamento urbano, bem como com as questões sociais presentes na cidade. Acreditamos que somente desta forma será possível a democratização do lazer e conseqüentemente espaços que possibilitam a inclusão dos diferentes cidadãos, como também o direito ao lazer para todas as pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade é um tema que se encontra em pauta nas diferentes cidades do Brasil, pela necessidade de adequar os espaços, considerando a diversidade existente entre as pessoas. A partir da década de 1980 muitos avanços foram observados, principalmente como consequências da criação de leis e decretos voltados para as pessoas com deficiência.

A criação de um Programa Nacional de Acessibilidade realizada pelo Ministério das Cidades auxiliou a implementação do decreto n. 5.296/04, que norteou as ações voltadas para a melhoria e construção de cidades acessíveis. Apesar de esse decreto ter estipulado prazo para reformas e adaptações dos espaços públicos das cidades, e dos diversos estudiosos apontarem a necessidade de transformação da sociedade, bem como dos espaços da mesma, para possibilitar a inclusão das pessoas com deficiência, vários autores estudados demonstram que ainda há muitos espaços excludentes.

Para os autores que utilizamos na discussão do planejamento urbano, os espaços públicos das cidades, entre estes os espaços de lazer, possibilitam a convivência dos diferentes cidadãos e conseqüentemente a aproximação com o “diferente”, e são considerados como locais de representação social. Assim, compreendemos que a exclusão das pessoas com deficiência dos espaços públicos fere o direito ao uso da cidade e impede o exercício da cidadania e por conseguinte o direito ao lazer.

Diante disso, investigamos se a acessibilidade dos espaços públicos de lazer estudados garante o direito ao lazer para o grupo de cadeirantes “A União faz a Força”. Para tanto acompanhamos o grupo nos passeios ao parque Bacacheri e a UNILIVRE, como também buscamos compreender a visão dos gestores das Secretarias do Meio Ambiente e dos Direitos da Pessoa com Deficiência sobre essa questão.

Primeiramente identificamos quais os espaços de lazer que os integrantes do grupo de cadeirantes conhecem. Embora eles tenham citado vários espaços de lazer da cidade de Curitiba, observou-se que a maioria deles conhece, de fato, apenas os espaços visitados nos passeios realizados pelo grupo, pois mencionaram a não têm regularidade de uso de tais ambientes.

Essa falta de regularidade está relacionada com diversos fatores, mas percebemos, a partir da análise da estrutura dos espaços, que um dos fatores está vinculado às barreiras arquitetônicas, pois são barreiras físicas difíceis de serem superadas. Notamos, na fala dos entrevistados, que isso limita a independência e autonomia dos cadeirantes, tanto para chegar aos espaços, quanto no uso regular desses.

Dentre os passeios realizados pelo grupo desde 2008, eles relataram a ida ao cinema, à Praça Santos Andrade, onde assistiram uma peça de teatro, ao Parque Barigui e ao Pavilhão de Exposições, ao Museu Oscar Niemayer, ao Parque Bacacheri e à UNILIVRE, além de realizarem um passeio de trem até Morretes-PR, porém nesta pesquisa apenas acompanhamos os passeios a UNILIVRE e Parque Bacacheri. Contudo, quando questionados se retornaram a estes espaços, apenas um cadeirante relatou que voltou apenas uma vez ao Parque Barigui, e outro afirmou que vai aos parques de Curitiba geralmente aos finais de semana, mas não conseguiu determinar uma frequência. Podemos supor que talvez o passeio em grupo proporcione maior segurança para os cadeirantes, já que Curitiba ainda apresenta muitas barreiras nas calçadas e transportes, que dificultam a mobilidade dos cadeirantes.

Além dos espaços que conheceram com o grupo, dois dos quatro cadeirantes citaram que já foram ao Passeio Público, mas somente quando vão ao centro da cidade. Apenas um deles informou que já foi algumas vezes em uma praça e no ginásio de esportes na região em que mora. Outro falou que de vez em quando assiste a jogos de futebol em um campinho perto de sua casa. E apenas dois cadeirantes citaram certa frequência em ir ao estádio de futebol e a casas noturnas, entretanto, também pontuaram a dificuldade de acesso e uso desses espaços. Contudo, nenhum dos participantes do nosso estudo tem frequência de uso desses espaços, o que nos confirma a necessidade da implantação de políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer para essas pessoas, com a apresentação de novos programas, bem como à questão de adaptação de equipamentos para aumentar as possibilidades.

Dessa maneira, embora o planejamento urbano de Curitiba esteja centrado na criação de espaços culturais e de lazer, com¹⁰⁹ 38 teatros, 42 espaços

¹⁰⁹ Esses dados estão disponíveis em: <<http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso: 22/2/2011.

culturais, 27 museus, além de 950 praças e 38 parques públicos¹¹⁰, destacamos a pequena quantidade de espaços de lazer que os cadeirantes citaram conhecer.

Outro fato relevante apontado por dois cadeirantes é que só podem ir a lugares que conhecem antecipadamente, em função das possibilidades de acesso. Pois destacam que não existem muitas informações sobre a adaptação dos espaços nos diferentes meios de comunicação da cidade. Quanto à análise dos quatro espaços públicos de lazer, a partir do roteiro de acessibilidade, observamos muitas semelhanças nos equipamentos, bem como no tipo de barreiras físicas encontradas, principalmente entre o parque Barigui e o parque Bacacheri, ambos criados nas décadas de 1970 e 1980, período em que não se tinha uma compreensão ampla da necessidade de criação de espaços para todos. Apesar da possibilidade de chegar a todos os espaços com ônibus adaptado, encontramos vários obstáculos no acesso. No entorno de três espaços (parque Barigui, parque Bacacheri e UNILIVRE) detectamos a ausência de guias rebaixadas, falta de calçamento, além da distância do ponto de ônibus até a entrada do parque. Apenas o parque Barigui apresentou guias rebaixadas em uma das entradas. Quanto à presença de vagas de estacionamento reservadas, foram encontradas em três espaços de lazer, contudo, apenas um parque apresentou algumas vagas com dimensões abaixo das determinadas nas normas, e outro parque continha um obstáculo para evitar o uso da vaga por pessoas sem deficiência, mas que também limita a independência no uso da vaga pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A circulação nos espaços é facilitada pela presença de pista de caminhada com piso estável nos três parques, no entanto, na UNILIVRE identificamos a presença de piso instável em praticamente todo o parque, o que interfere no deslocamento, segurança e autonomia dos cadeirantes, além da própria apropriação do espaço.

Também encontramos barreiras no acesso e uso de praticamente todos os equipamentos dos quatro espaços analisados. Nos parques Barigui e Bacacheri, detectamos que o acesso aos equipamentos geralmente se dá por um piso de grama e observamos desníveis entre os pisos, além de degraus e desníveis no acesso às canchas de esporte, equipamentos de ginásticas, *playground*,

¹¹⁰ O número de praças e parques da cidade de Curitiba foi fornecido na entrevista pelo gestor da Secretaria do Meio Ambiente.

churrasqueiras, entre outros. Também notamos a presença de piso instável em todos os equipamentos, além de nenhum dos equipamentos voltados à recreação infantil e atividades físicas permitirem o uso, por não estarem adaptados para pessoas com deficiência.

As mesmas barreiras também foram observadas no parque Lago Azul, inaugurado em 2007. Cabe, porém, salientar que no ano de criação do parque já possuíamos o decreto n. 5.296/04, que determinava que todos os espaços construídos fossem acessíveis. Percebemos que a acessibilidade foi realizada somente nos edifícios construídos como, por exemplo, no bistrô, sendo que os equipamentos do parque ainda apresentam barreiras físicas. Ressaltamos que já foi comprovado por Reis e Lay (2010) que o custo de adaptação é maior que o custo para construção de um espaço acessível. Assim, podemos notar que a acessibilidade ainda não se encontra como prioridade na construção e renovação de equipamentos. Fato este também comprovado na observação do parque Bacacheri, pois este passou por reforma em 2008 e ainda não possui sanitário adaptado para pessoas com deficiência.

Quanto aos sanitários, podemos afirmar que na UNILIVRE, no parque Bacacheri e nos quatro módulos de sanitários do parque Barigui, as adaptações, quando encontradas, não condizem com a norma, portanto não podem ser considerados como sanitários adaptados. No parque Barigui há um sanitário adaptado próximo às salas do IMAP, mas não há informação para os frequentadores da sua presença. Já no parque Lago Azul havia um sanitário totalmente adaptado que corresponde ao padrão delimitado pela norma, no entanto, estava trancado, ou seja, havia uma barreira criada pela própria administração do lugar.

Logo, detectamos, durante a análise dos espaços, barreiras tanto no entorno, quanto nos espaços e equipamentos, que dificultam o acesso, o uso e consequentemente diminuem as possibilidades de escolhas no tempo/espaço de lazer para os cadeirantes.

Além disso, analisamos, por meio da triangulação, as dificuldades e facilidades no uso dos espaços de lazer sob o ponto de vista dos cadeirantes e dos gestores da Secretaria do Meio Ambiente e da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Identificamos que as barreiras encontradas nas observações dos espaços foram semelhantes às aquelas notadas durante os

passeios, como também as apontadas pelos cadeirantes. Em relação às dificuldades de acesso citadas pelos cadeirantes, eles destacaram: o transporte e as condições das calçadas da cidade, que ainda encontram-se em condições precárias.

Apesar de Curitiba possuir mais de 80% da frota de transporte adaptada, ainda encontramos muitos obstáculos, entre eles, elevadores de ônibus com falta de manutenção, locais onde ainda não temos transporte público adaptado, demora na espera por transporte adaptado. Já os obstáculos encontrados no deslocamento pelas calçadas foram tantos que em algumas situações os cadeirantes somente conseguiram andar na rua, entre os carros, causando risco à própria segurança. Essa dificuldade foi confirmada pelos gestores.

Assim sendo, ressaltamos que apesar de Curitiba possuir avanços, como uma secretaria especial voltada para as questões das pessoas com deficiência, e ter grande parte da frota de ônibus adaptada com rampas e elevadores, ainda identificamos muitos problemas relacionados à acessibilidade, que reduzem a mobilidade da pessoa com deficiência na cidade com total autonomia e independência. Acreditamos que os obstáculos encontrados na cidade estimulam as pessoas com deficiência a permanecerem isoladas em suas residências e a não usufruírem do direito à cidade, ou seja, ao uso de seus espaços, à convivência com outras pessoas e ao exercício de sua cidadania.

Destacamos, portanto, a necessidade de olharmos para a cidade como uma organização viva que necessita ser renovada para atender a todas as camadas da população, sendo que as questões relacionadas à melhoria da mobilidade urbana são primordiais, para que as pessoas se desloquem e se apropriem dos espaços da cidade para assim compreendê-la como uma obra que pertence e possui um significado para cada cidadão e não apenas como um aglomerado de espaços não adaptados.

Quanto às dificuldades encontradas na circulação e uso dos espaços, os cadeirantes destacaram a falta de adaptação nos sanitários, bem como a ausência de equipamentos adaptados, fato também observado na análise dos espaços. Um dos gestores também apontou o problema da adaptação dos sanitários, bem como a falta de informação sobre a localização e acessibilidade.

Já as facilidades apontadas pelos cadeirantes se voltaram para a circulação nos espaços de lazer, pois possuem a pista de caminhada com piso

estável. Entretanto, observamos que a circulação foi limitada em dois espaços, na UNILIVRE, pelo piso instável, e no parque Barigui, pelas escadas nas pontes que ligam os dois lados do parque.

Quanto à compreensão dos gestores, estes apontaram como facilidades no uso dos espaços de lazer a distribuição desses espaços pela cidade e o fato de não ter que se deslocar muito até encontrar uma área de lazer, porém Mendonça (2002) em seus estudos aponta que não há essa distribuição igualitária na cidade de Curitiba. Além disso, todos os cadeirantes destacaram as barreiras nas calçadas, e nas análises dos espaços encontramos obstáculos no entorno, o que significa que a distância de deslocamento não pode ser considerada uma facilidade, já que as barreiras ainda estão presentes no entorno dos espaços de lazer e assim limitam o acesso.

Desse modo, acreditamos que os cadeirantes não utilizam as áreas públicas de lazer na região em que moram por não terem acessibilidade para chegar aos espaços, ainda mais por morarem em regiões carentes e localizadas distantes do centro da cidade.

Outra facilidade citada pelos gestores foi o ônibus de turismo que percorre a maioria dos parques e o estacionamento para veículos. No entanto, qual a validade da cidade ter acessibilidade para turistas ou para aqueles que possuem veículo próprio e não dar atenção aos próprios moradores com mobilidade reduzida, principalmente aqueles com menores condições socioeconômicas. Salientamos também que a acessibilidade no acesso aos espaços de lazer não garante o uso destes e de seus equipamentos com autonomia e independência pelas pessoas com deficiência.

Notamos, portanto, que as facilidades destacadas pelos gestores não condizem com a realidade encontrada pelo grupo de cadeirantes “A União faz a Força” e apontamos a necessidade de políticas públicas que atendam a todas as camadas da população de Curitiba, para que a marca identitária de cidade planejada se torne concreta para cada cidadão.

Dessa maneira, ressaltamos a importância dos gestores da cidade de Curitiba compreenderem que “investir na qualidade do espaço público, de seu desenho, de seu enriquecimento e de sua manutenção nunca será um luxo, senão justiça democrática” (BORJA, 2006, p. 12, *apud* RECHIA; BETRAN, 2010, p. 199).

Apontamos, também, para a necessidade de novos estudos, já que esta pesquisa investigou questões de acessibilidade voltadas para um grupo de cadeirantes, vislumbrando a necessidade emergente de pesquisas voltadas à questões relacionadas a outras deficiências.

Identificamos que os integrantes desse grupo possuem o tempo para realizar atividades no âmbito do lazer, já que dos quatro integrantes do grupo, apenas um estuda e nenhum deles trabalha. No entanto, o espaço, por não ser baseado nos princípios do Desenho Universal e apresentar as diversas barreiras discutidas nesta pesquisa, tanto no acesso, quanto no uso, limita as possibilidades do grupo e, conseqüentemente, a potencialização de novas experiências.

Também identificamos que a falta de novas experiências no âmbito do lazer é limitada para os integrantes desse grupo, seja pelo fato de nascerem com a deficiência e não terem acesso à diversificadas vivências, principalmente as esportivas, ou pelo fato de não conhecerem outras e novas possibilidades de lazer, como teatro, cinema, restaurantes, bares, entre outros, porque, simplesmente, não conseguem chegar até elas. Essa questão aponta para a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação *pelo* e *para* o lazer, e possibilitando mais autonomia e independência dos cadeirantes.

Acreditamos, portanto, que a garantia do direito ao lazer não está baseada somente no tempo para experienciar tal dimensão, mas depende também tanto do acesso à educação, quanto das condições de acessibilidade dos espaços públicos destinados a essas experiências. Assim, tempo, atitude e espaço, quando conectados entre si, podem garantir esse direito que é de todos os cidadãos.

Por fim, diante do contexto descrito, discutir espaços de lazer e acessibilidade significa discutir se a cidade de Curitiba é para todos. E esta é uma discussão que não pode mais permanecer restrita ao seleto grupo de arquitetos, urbanistas e planejadores, detentores do saber técnico. Esta é uma problemática que impõe discutir qual cidade e sociedade se deseja. Portanto, um bom espaço de lazer deve presumir o direito à cidade, o direito à vida urbana, ao “habitar” em seu sentido amplo, em que seja dado aos usuários o direito a participar e interagir.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano XI, n. 21, p. 160-173, mar. 2001.

ARAUJO, C. D., CÂNDIDO, D. R. C., LEITE, M. F. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Licere**, v. 12, n. 4, p. 1-23, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.022**: Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2009. Disponível em: <<http://www.mpdft.gov.br/sicorde/normas/NBR14022-2006.pdf>>. Acesso em: 15/1/2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <<http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.PDF>>. Acesso em: 1/10/2010.

BACIL, M. K.; WATZLAWICK, L. F. Análise da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida no Parque Aquático, Irati-PR. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, ano 2, n. 1, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.unicentro.br>>. Acesso em: 12/12/2009.

BANDA B. Disponível em: <<http://bandab.pron.com.br/>>. Acesso em: 08/05/2010.

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência**: utopia ou possibilidade? São Paulo: Paulus, 2006.

BAUM, Z.; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2010.

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Ensayo, 2005.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso: em 16/3/2010.

BRASIL. Decreto N.º 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n.ºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 03 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 3/10/2008.

BRASIL. Lei n.º 11.982 de 16 de julho de 2009. Acrescenta parágrafo único ao art. 4.º da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, 17 jul. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11982.htm>. Acesso em: 20/4/2010.

BRUHNS, H. T. Explorando o lazer contemporâneo: entre a razão e a emoção. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, p. 93-104, 2004.

BURJATO, A. L. P. de F. **Parques acessíveis** – um direito a cidadania. Aplicação de procedimentos para avaliação do projeto implantado: o caso do Parque Villa-Lobos. Dissertação (Mestrado) – FAU/ USP, São Paulo, 2004.

CAMARGO, L. O. de L. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTI, A. Avaliação da recreação e Lazer. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p.69 -72.

CIF. **Classificação Internacional da Funcionalidade.** São Paulo: Editora USP, 2003.

COHEN, R. **Cidade, corpo e deficiência:** percursos e discursos possíveis na experiência urbana. Tese (Doutorado do Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CONSENZA, I. F.; RESENDE, A. P. C. de. A Cidade e as pessoas com Deficiência: barreiras e caminhos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 18, n. 35, p. 23-24, dez. 2006.

CURITIBA. **Prefeitura Municipal de Curitiba.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/noticia.aspx?codigo=18883&Curitiba-dobra-%C3%ADndice-de-acessibilidade-no-transporte>>. Acesso em: 5/5/2010.

DUARTE, C. R.; COHEN, R. A acessibilidade como fator de construção do lugar. In: ORNSTEIN, S. W.; ALMEIDA PRADO, A. R. de; LOPES, M. E. (Orgs.). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2010. p. 81-94.

ELALI, G. A.; ARAÚJO, R. G. de; PINHEIRO, J. Q. Acessibilidade psicológica: eliminar barreiras “físicas” não é suficiente. In: ORNSTEIN, S. W.; ALMEIDA PRADO, A. R. de; LOPES, M. E. (Orgs.). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 117-127.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FILHO, G. M. dos S. Construindo um itinerário histórico do desenho universal: a normatização nacional e internacional da acessibilidade. In: ORNSTEIN, S. W.; ALMEIDA PRADO, A. R. de; LOPES, M. E. (Orgs.). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 35-43.

FILHO, L. C. Gestão municipal e política de lazer. In: YSAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 119-135.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

_____. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HUNGER, D.; SQUARCINI, C. F. R.; PEREIRA, J. M. Pessoa portadora de deficiência física e o lazer. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 85-100, maio 2004.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KNOX, S. H. Tratamento através do Lazer e da Brincadeira. In: NEISTADT, M. E.; CREPEAU, E. B.(org) **WILLARD & SPACKMAN- Terapia Ocupacional**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p.356-363.

JULIÃO, D. P.; IKEMOTO, S. M. Direito ao lazer do deficiente visual em áreas naturais públicas e unidades de conservação. In: SEMINÁRIO ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2, **Anais...** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006>>. Acesso em: 10/3/2009.

LANCHOTI, J. A.; BRUNA, G. C. Desempenho na mobilidade no espaço urbano construído na cidade de Ribeirão Preto-SP – uma proposta de avaliação. In: ORNSTEIN, S. W.; ALMEIDA PRADO, A. R. de; LOPES, M. E. (Orgs.). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 197-208.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, F. P. A. **O município Acessível à Pessoa Portadora de Deficiência: O direito à eliminação das barreiras arquitetônicas**. São Paulo: RCS Editora, 2007.

MANZINI, E. J. Inclusão e Acessibilidade. **Revista da Sobama**, Bauru, v. 10, n. 1, suplemento, p. 31-36, dez. 2005.

MARCELLINO, N. C. **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. O lazer e os espaços da Cidade. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 65-92.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude**. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004.

MELO, F. R. V. *et al.* Estudo da acessibilidade em ambientes de lazer na cidade do NATAL/RN. **Licere**, v. 13, n. 2, p. 1-19, dez. 2009. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV13N02_a4.pdf>. Acesso em: 20/6/2010.

MELO, J. C. de. **Políticas Públicas de Inclusão Social: um estudo sóciojurídico sobre a pessoa com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Direitos Sociais e Políticas Públicas) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

MELO, V. A. de; ALVES JÚNIOR, E. de D. **Introdução ao lazer**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.

MENDONÇA, F. Aspectos da problemática ambiental urbana da cidade de Curitiba/PR e o mito da capital ecológica. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 12, p. 1-8, 2002.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-164.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Atendimento Adequado às Pessoas com Deficiência e restrição de mobilidade. **Brasil Acessível: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana**. Brasília: SEMOB, 2006a. Caderno.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Construindo a Cidade Acessível. **Brasil Acessível: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana**. Brasília: SEMOB, 2006b. Caderno 2.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado**. Brasília: Ministério do Esporte, 2009.

MORAES, M. C. de. **Acessibilidade no Brasil**: Análise da NBR 9050. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis, 2007.

NEGT, O. Espaço Público e experiência. In: PALLAMIN, V. M.; LUDEMANN, M. (Coord.). **Cidade e cultura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

OLIVEIRA, A. S. D. de. **Acessibilidade espacial em centro cultural**: estudo de casos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis, 2006.

OLIVEIRA, M. P.; RECHIA, S. O Espaço Cidade: uma opção de Lazer em Curitiba (Pr). **Licere**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 1-25, set. 2009.

PRADO, A. R. de A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. Apresentação - Trajetória da Acessibilidade no Brasil. In: ORNSTEIN, S. W.; ALMEIDA PRADO, A. R. de; LOPES, M. E. (Orgs.). **Desenho Universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010. p. 09-18.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba**: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2003.

_____. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 49-66, 2005.

_____. Curitiba Cidade-Jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 89-107, maio 2007.

_____. Planejamento dos espaços e equipamentos de lazer das cidades: uma questão de saúde urbana. In: FRAGA, Alex; MAZO, Alice Zarpellon; STIGGER, Marco Paulo; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Genese, 2009. v. 1. p. 1-125.

RECHIA, S.; BETRÁN, J. O. Parques urbanos de Barcelona: a relação entre a diversidade nas formas de apropriação e a segurança a partir de usos principais e combinados. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 181-202, 2010.

RECHIA, S.; FRANÇA, R. de. O Estado do Paraná e Seus Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer. In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOILLI, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de (Org.). **Esporte e Lazer**: Subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 61-74.

REIS, A. T. da L.; LAY, M. C. D. Percepção e Análise dos Espaços – Desenho Universal. In: ORNSTEIN, S. W.; ALMEIDA PRADO, A. R. de; LOPES, M. E. (Orgs.). **Desenho Universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010. p. 105-116.

REIS, L. J. de A.; STAREPRAVO, F. A. Políticas Públicas para o Lazer: pontos de vista de alguns teóricos do Lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 1-20, ago. 2008.

RESENDE, A. P. C. de. **Todos na Cidade** – O direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: Edufu, 2004.

REZENDE, M. B. *et. al.* Brinquedos de parques públicos em Belo horizonte: Levantamento da acessibilidade e segurança para a criança com mobilidade reduzida. In: X CONGRESSO DE TERAPIA OCUPACIONAL, Goiânia, 2007. **Anais...** Goiânia, 2007. CD-ROM.

RIBEIRO, N. M. da S. *et al.* Análise do ambiente de lazer para portadores de deficiência física com alteração na locomoção na cidade de Salvador. **Diálogos Possíveis**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 233-242, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/10/17.pdf>>. Acesso em: 25/9/2009.

ROCHA, L. C. Políticas públicas de lazer: um olhar sobre a realidade brasileira. **Diálogos Possíveis**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 191-199, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.fsba.edu.br/dialogospossiveis>>. Acesso em: 20/8/2010.

SANTOS, A. *et al.* Lazer, Esporte, Jogo e Trabalho: uma relação com a deficiência. **Diálogos possíveis**, Salvador, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.fsba.edu.br/dialogospossiveis>>. Acesso em: 20/8/2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SAWAIA, B. Exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Orgs.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 3. ed. Petropolis: Editora Vozes, 2001. p. 7-13.

SICORDE. **Dados do Censo 2000 sobre deficiências no Brasil**. Brasília: CORDE, 2002. Disponível em: <<http://www.corde.mj.gov.br>>. Acesso em: 27/8/2008.

SILVA, I. A. da. **Construindo a cidadania**: Uma análise introdutória sobre o direito à diferença. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

SILVA, R. L.; RAPHAEL; M. L.; SANTOS; F. S. dos. Carta Internacional de Educação para o Lazer como ferramenta de intervenção pedagógica efetiva no campo do saber. **Pensar a Prática**, v. 9, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2006.

TOKUNAGA, R. B. **A inclusão social como fator de efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador** – uma visão constitucional sobre a deficiência. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

WLRA. **Carta Internacional de Educação para o Lazer**. 1993. Disponível em: <<http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos>>. Acesso em: 1/9/2008.

ZUCHETTO, Â. T., CASTRO, R. L. V. G. de. As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. *Revista Kinesis*, Santa Maria, N° 26, p. 52-166, Maio de 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA: Pessoas com Deficiência Física**Identificação**

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

- 1) Qual a tua deficiência?
- 2) Quando aconteceu a deficiência?
- 3) O que você entende por acessibilidade ou espaço acessível?
- 4) O que você entende por inclusão?
- 5) Quem é responsável pela inclusão?
- 6) O que é cidadania para você?
- 7) O que você entende por lazer?
- 8) O que você gosta de fazer no teu lazer?
- 9) Você freqüentava espaços públicos de lazer antes da deficiência? Quais?
- 10) Continua freqüentando esses espaços? Por quê?
- 11) Qual(is) espaço(s) de lazer você freqüenta hoje? Com qual freqüência?
- 12) Como você chega a este(s) espaço(s) de lazer?
- 13) Quais as facilidades que você tem encontrado para freqüentá-los?
- 14) Quais as dificuldades ou barreiras que você tem encontrado para freqüentá-los?
- 15) O que você gosta de fazer neste(s) espaço(s) e quais os equipamentos você utiliza neste(s) espaço(s)?
- 16) O que você gostaria de fazer neste(s) espaço(s) e não consegue?
- 17) Você acha que os espaços públicos de lazer estão adaptados para as Pessoas com Deficiência Física?
- 18) Na tua opinião, o que poderia ser adaptado para facilitar o acesso e uso deste espaço para as Pessoas com Deficiência Física?
- 19) Há algum espaço público de lazer em Curitiba que você gostaria de freqüentar e não freqüenta? Por quê?

Obs. Cada questão poderá ser aprofundada ou refeita para que o entrevistado relate um pouco mais sobre o determinado assunto.

ROTEIRO DE ENTREVISTA: Gestor**Identificação**

Nome: _____

Idade _____

Data que está neste cargo: ____ / ____ / ____

Formação: _____

- 1) O que o senhor entende por acessibilidade?
- 2) O que o senhor entende por inclusão?
- 3) De quem é a responsabilidade pela inclusão?
- 4) O que o senhor entende por cidadania?
- 5) O que o senhor entende por lazer?
- 6) Como o senhor vê a questão da acessibilidade nos espaços públicos de lazer de Curitiba?
- 7) Estes espaços estão adaptados para as Pessoas com Deficiência Física?
- 8) Quais os espaços públicos que estão adaptados para as PcD?
- 9) Quais facilidades o senhor acredita que as Pessoas com Deficiência Física têm encontrado para freqüentar os espaços de lazer da Cidade?
- 10) Quais dificuldades o senhor acredita que as Pessoas com Deficiência Física têm encontrado para freqüentar os espaços de lazer da Cidade?
- 11) Na tua opinião, o que poderia ser adaptado para facilitar o acesso e uso destes espaços para as Pessoas com Deficiência física?
- 12) Como é realizado o processo de adaptação dos parques em Curitiba?
- 13) Quais facilidades e dificuldades a gestão encontra neste processo de adaptação?

Obs. Cada questão poderá ser aprofundada ou refeita para que o entrevistado relate um pouco mais sobre o determinado assunto.

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – cadeirantes do Grupo “A União faz a Força” - entrevista

Eu, *Marina Redekop Cassapian*, mestranda no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná estou lhe convidando a participar de uma pesquisa intitulada “A acessibilidade dos espaços e equipamentos públicos de lazer de Curitiba por um grupo de pessoas cadeirantes”. O objetivo geral deste estudo é investigar a acessibilidade dos espaços e equipamentos públicos de lazer utilizados por um grupo de usuários de cadeira de rodas do Centro de Referência de Assistência Social Regional Bairro Novo em Curitiba.

Caso o(a) senhor(a) concorde em participar da pesquisa, precisarei entrevistá-lo(a) uma ou duas vezes, por um período de aproximadamente uma hora cada. Durante a entrevista o(a) convidarei para relatar as facilidades e dificuldades encontradas no uso dos espaços de lazer que você frequenta em Curitiba. O senhor(a) será chamado(a) para uma segunda entrevista caso seja necessário esclarecer alguns aspectos de seu relato na primeira entrevista. As entrevistas serão realizadas em local e horário de maior conveniência para o senhor/senhora. Todas as entrevistas serão gravadas, respeitando-se integralmente o anonimato dos entrevistados. Tão logo a pesquisa termine, as gravações serão destruídas. Esta pesquisa não irá gerar riscos a sua saúde física ou mental, nem irá gerar gastos financeiros. Esclareço que, caso alguma(s) questão(ões) da entrevista lhe cause(m) desconforto, o(a) senhor(a) tem total liberdade para responder ou não a(s) questão(ões).

Também acompanharei as atividades externas realizadas pelo Grupo de Terapia Ocupacional nos espaços de lazer. Estas atividades serão fotografadas e filmadas para contribuir na discussão.

Saliento que a sua participação é importante, pois nos dará uma noção mais abrangente sobre os aspectos que dificultam e facilitam a acessibilidade dos espaços e equipamentos públicos de lazer de Curitiba pelas Pessoas Cadeirantes. Esta pesquisa gerará subsídios para promover melhoras na acessibilidade e necessidades de adaptações dos espaços de lazer e de seus equipamentos.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa, *Marina Redekop Cassapian*, poderá ser encontrado na quarta-feira durante o horário comercial, na

Coordenação do Curso de Terapia Ocupacional, no endereço Rua Padre Camargo 280, 3º Andar, Alto da Glória, telefone (41) 3360-7273 ou através do email: marinarc@ufpr.br.

O(a) senhor(a) tem garantia de acesso às informações da pesquisa, antes, durante e depois da entrevista, tendo liberdade para fazer qualquer pergunta sobre os dados prestados pelo(a) senhor(a) e sobre os objetivos da pesquisa.

Cabe lembrar que a sua participação nesta pesquisa é voluntária, ou seja, o(a) senhor(a) tem liberdade de recusar a participar da mesma, ou, se aceitar participar, pode se retirar do estudo a qualquer momento. Esta sua atitude não implicará em nenhum prejuízo a sua participação no CRAS Regional Bairro Novo.

As informações relacionadas à pesquisa serão analisadas pela pesquisadora e poderão ser inspecionadas por autoridades legais. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito com um nome fictício, para que seu nome seja mantido em sigilo.

O(a) Senhor(a) não terá qualquer despesa referente aos trabalhos realizados pela pesquisadora e também não receberá qualquer benefício financeiro por participar da pesquisa.

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar e sem que esta decisão afete o meu tratamento. Concordo voluntariamente a participar deste estudo.

Assinatura do Indivíduo: _____

Assinatura da Pesquisadora Responsável: _____

Curitiba, ____/____/____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - Gestores

Eu, *Marina Redekop Cassapian*, mestranda no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná estou lhe convidando a participar de uma pesquisa intitulada “A acessibilidade dos espaços e equipamentos públicos de lazer de Curitiba por um grupo de pessoas cadeirantes”. O objetivo geral deste estudo é investigar a acessibilidade dos espaços e equipamentos públicos de lazer utilizados por um grupo de usuários de cadeira de rodas do Centro de Referência de Assistência Social Regional Bairro Novo em Curitiba.

Para esta pesquisa serão entrevistados os usuários de Cadeira de Rodas que participam de um grupo de Terapia Ocupacional no CRAS- Bairro Novo e utilizaremos de observações de campo. Caso o(a) senhor(a) concorde em participar da pesquisa, precisarei entrevista-lo(a) uma ou duas vezes, por um período de aproximadamente uma hora cada. Durante a entrevista o(a) senhor(a) será convidado a falar sobre o que, em sua opinião, facilita e o que dificulta a participação de Pessoas com Deficiência Física a freqüentar os espaços de lazer de Curitiba. O(a) senhor(a) será chamado(a) para uma segunda entrevista caso seja necessário esclarecer alguns aspectos de seu relato na primeira entrevista. As entrevistas serão realizadas em local e horário de maior conveniência para o senhor(a). Todas as entrevistas serão gravadas, respeitando-se integralmente o anonimato dos entrevistados. Tão logo a pesquisa termine, as gravações serão destruídas. Esta pesquisa não irá gerar riscos a sua saúde física ou mental, nem irá gerar gastos financeiros. Saliento que, caso alguma(s) questão(ões) da entrevista lhe cause(m) desconforto, o(a) senhor(a) tem total liberdade para responder ou não a(s) questão(ões).

Cabe lembrar que a sua participação é importante, pois nos dará uma noção mais abrangente sobre os aspectos que dificultam e facilitam a acessibilidade dos espaços e equipamentos públicos de lazer de Curitiba pelas Pessoas com Deficiência Física. Esta pesquisa gerará subsídios para promover melhoras na acessibilidade e necessidades de adaptações dos espaços de lazer e de seus equipamentos.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa, *Marina Redekop Cassapian*, poderá ser encontrado na quarta-feira durante o horário comercial, na

Coordenação do Curso de Terapia Ocupacional, no endereço Rua Padre Camargo 280, 3º Andar, Alto da Glória, telefone (41) 3360-7273 ou através do email: marinarc@ufpr.br.

O(a) senhor(a) tem garantia de acesso às informações da pesquisa, antes, durante e depois da entrevista, tendo liberdade para fazer qualquer pergunta sobre os dados prestados pelo(a) senhor(a) e sobre os objetivos da pesquisa.

O(a) senhor(a) tem garantia de acesso às informações da pesquisa, antes, durante e depois da entrevista, tendo liberdade para fazer qualquer pergunta sobre os dados prestados pelo(a) senhor(a) e sobre os objetivos da pesquisa.

Saliento ainda, que a sua participação nesta pesquisa é voluntária, ou seja, o(a) senhor(a) tem liberdade de recusar a participar da mesma, ou, se aceitar participar, pode se retirar do estudo a qualquer momento.

As informações relacionadas à pesquisa serão analisadas pela pesquisadora e poderão ser inspecionadas por autoridades legais. Qualquer informação que for divulgada em relatório ou publicação será feito com nomes fictícios, para que o seu nome e seja mantido em sigilo.

O(a) senhor(a) não terá qualquer despesa referente aos trabalhos realizados pela pesquisadora e também não receberá qualquer benefício financeiro por participar da pesquisa.

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem precisar me justificar. Concordo voluntariamente a participar deste estudo.

Assinatura do Gestor: _____

Assinatura da Pesquisadora Responsável: _____

Curitiba, ____/____/____

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ACESSIBILIDADE

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER

Cidade: CURITIBA Data: 11/09/2010

ESPAÇO: PARQUE BARIGUI

1.0 PERFIL

Caráter / Responsável: SMMA

Localização: BR 277 - RODOVIA DO
CAFÉ, KM 0 - SANTO INÁCIO.

Horário de funcionamento: DIARIAMENTE.

2.0 ACESSO AO LOCAL

- Linha de ônibus adaptado:
(X) S- Savoia (x)N- Bigorrrilho
Qual? Convencional Bigorrrilho Ou Savóia
(PRAÇA TIRADENTES). Descer no parque.
Horários: site URBS
- Ponto de ônibus c/ faixa de circulação livre
de 1,20m: (X) S () N

2.1 CALÇADA EM FRENTE AO PARQUE

- Inclinação: (x) em nível () c/ inclinação
 - Apresenta desníveis: () S (x) N
 - Largura da calçada:
(x) > 1,20m sem () < 1,20 m
 - Rebaixadas para travessia com rampa de
1,20m: (X) S () N
 - Calçamento: antiderrapante e plano:
() S (X) N
 - Apresenta piso tátil de alerta próximo a
desníveis e guias rebaixadas: () S (X) N
- Obs.: o acesso pela entrada da BR-277 não
possui calçada. O acesso pela rua Cândido
Hartman possui calçada com guias
rebaixadas.

2.1.1 Obstáculos:

- Grelhas e bueiros: () S (X) N
- Poste de iluminação ou sinalização:
(X) S () N
- faixa de passagem livre > 1,20m:
(X) S () N
- dispositivo de acionamento de pedestres
entre 0,80 a 1,20m: () S (X) N
- informação tátil: () S (X) N
- Árvores:
- raízes aparentes: () S (X) N

- galhos pendentes abaixo de 2,10m
do piso: () S (X) N
- folhas e flores caídas no chão,
deixando-o escorregadio: () S (X) N

2.2 ESTACIONAMENTO

- 1% de vagas demarcadas para pessoas
com deficiência: (X) S () N
- Dimensão da vaga: 5m X 2,50m +1,20m
de faixa de circulação:
(x) S – Centro de Exposições (x) N-
Restaurante e centro de Convenções
- Sinalizadas: (X) S () N
- Vagas próximas ao acesso: (X) S () N
- Obstáculos no caminho até o espaço:
() S (X) N Quais?

Obs.: há 01 vaga demarcada próxima ao
centro de exposições, algumas vagas no
estacionamento interno próximas ao
restaurante e centro de convenções. No
estacionamento da entrada do parque
(pela BR-277) não foram encontradas
vagas demarcadas

2.3 ENTRADA

- Piso regular, firme e estável: () S (X) N
 - Passagem livre com mínimo de 1,20m de
largura: (X) S () N
 - Portão c/ mínimo de 1,20m de largura:
() S () N (x) N.A.
- Obs.: não há portão, mas a entrada possui
largura acessível.

3.0 ESPAÇO DE LAZER

3.1 CIRCULAÇÃO:

- Piso regular, firme e estável: () S (X) N
- Passagem livre com mínimo de 1,20m
de largura: (X) S () N
- Possui escadas: () S (X) N
- Possui rampa: (X) S () N
- largura mínima de 1,20m: (X) S () N
- inclinação máxima de 8,33%:
() S (X) N

3.2 OBSTÁCULOS

- Grelhas/ juntas de dilatação até 15
mm: () S (X) N

- Bancos na rota acessível: () S **(X) N**
- Vasos e plantas na rota acessível:
() S **(X) N**

3.3 SANITÁRIO

- Localização próxima a circulação principal: **(X) S** () N
- Portas com abertura externa sem interferir na circulação: () S **(X) N**
- Portas revestidas com material resistente a impacto até 0,40m do piso: () S **(X) N**
- Símbolo internacional de acesso: () S **(X) N**
- Piso antiderrapante: () S **(X) N**

Obs: o sanitário analisado foi o próximo a entrada da BR-277. APRESENTA desnível para acessar banheiro, catraca na entrada, mas possui um portão de acesso pelo outro lado.

3.3.1 Vaso Sanitário

- Box mínimo de 1,50m X 1,70m: () S **(X) N**
- Box com porta c/ abertura externa:
() S **(X) N**
- Altura total de 0,46m do piso: () S **(X) N**
- Válvula de descarga no máximo 1,00m do piso: () S **(X) N**
- Alavanca para acionamento da válvula:
() S **(X) N**
- Barras de apoio
 - 0,76m do piso: () S **(X) N**
 - comprimento de 0,90m: () S **(X) N**
 - 0,50m da frente e 0,24 da lateral:
() S **(X) N**
- Lavatório dentro do Box com barra de apoio: () S **(X) N**
- Apoio para volumes c/ 1,00m de altura:
() S **(X) N**
- Papeleira embutida a 0,60m do piso e 0,15m de frente para o vaso: () S **(X) N**
- Papeleira externa alinhada ao vaso de 1,00 a 1,20m do piso: () S () N **(X) N.A.**

Obs.: o diâmetro das barras de apoio é muito grande e estavam enferrujadas.

3.3.2 Lavatório

- Suspenso ou meia coluna: () S **(X) N**
- Proteção de sifão a 0,25m de face frontal:
() S **(X) N**
- Altura máxima de 0,80m: **(X) S** () N
- Altura livre inferior de 0,73m do piso:
() S **(X) N**
- Torneira automática ou de pressão no máximo de 0,50m frontal: () S **(X) N**

- Barra de apoio na altura do lavatório:
() S **(X) N**
 - Espelho plano a 0,90m do piso e altura de 1,80m: () S **(X) N**
 - Espelho inclinado: () S **(X) N**
 - Apoio para volumes de 0,80m a 1,20m do piso: () S **(X) N**
 - Saboneteira de 0,80 a 1,20m do piso:
(X) S () N
- Obs.: não possui espelho, apoio para volume, barras.

3.4 MOBILIÁRIO

3.4.1 Telefone

- Mínimo de 5%: **(X) S** () N
- Área de aproximação frontal com 0,80m X 1,20m: **(X) S** () N
- Altura inferior e livre de 0,73m do piso:
(X) S () N
- Sinalização tátil de alerta: () S **(X) N**
- Comandos entre 0,80m e 1,20m:
() S **(X) N**
- Apoio de objetos com 0,30 de largura e de 0,75m a 0,85m do piso: **(X) S** () N

3.4.2 Bebedouro

- Bebedouro acessível: () S **(X) N**
- Altura livre inferior de 0,73m: () S **(X) N**
- Bica no lado frontal a no máximo 0,90m do chão: () S **(X) N**

3.4.3 Outros

Obs: _____

3.5 LANCHONETE/ RESTAURANTE

- Piso regular, firme e estável: **(X) S** () N
- Possui escadas: () S () N
- Possui rampa: () S **(X) N**
 - largura mínima de 1,20m: () S () N
 - inclinação
- Banheiro adaptado: () S () N. **(X) N.A.**
- Mesas acessíveis: 5% com mínimo de 1:
(X) S () N
- Balcão (0,90m larg, 0,90m altura e 0,73m livre na parte inferior: () S **(X) N**
- Balcão do caixa c/ mínimo de 1,05m do piso: () S **(X) N**

3.6 EQUIPAMENTOS:

Quais? Churrasqueiras, Quiosques, Pistas de Bicicross e Aeromodelismo, Canchas Poliesportivas, Equipamentos Para Ginástica, Estacionamento, Restaurante, Museu do Automóvel, Parque de Exposições e Centro de Convenções, Casa

da Leitura, Teatro da Maria Fumaça, Sede da Secretaria Do Meio Ambiente.

3.6.1 Equipamento 01: **CHURRASQUEIRA, QUIOSQUES**

- Piso regular, firme e estável: **(x) S** ()N
- Possui escadas: **(x) S** ()N
- Possui rampa: () S **(x)N**

Obs.: Possui escada para acesso churrasqueiras.

3.6.2 Equipamento 02: **PISTA DE BICICROSS E AEROMODELISMO**

- Piso regular, firme e estável: () S **(X) N**
- Possui escadas: () S **(x)N**
- Possui rampa: () S **(x)N**

3.6.3 Equipamento 03: **CANCHAS POLIESPORTIVAS**

- Piso regular, firme e estável: () S **(x)N**
- Possui escadas: () S **(x)N**
- Possui rampa: () S **(x)N**

3.6.4 Equipamento 04: **EQUIPAMENTOS PARA GINÁSTICA**

- Piso regular, firme e estável: () S **(x)N**
- Possui escadas: **(x)S** ()N
- Possui rampa: () S **(X) N**

Obs.: possui degrau.

3.6.5 Equipamento 05: **PARQUE DE EXPOSIÇÕES**

- Piso regular, firme e estável: **(x) S** ()N
- Possui escadas: **(x) S** ()N
- Possui rampa: **(x) S** ()N

Obs.:O acesso aos pedestres apresenta um degrau na entrada.

3.6.7 Equipamento 06: **CENTRO DE CONVENÇÕES**

- Piso regular, firme e estável: **(x) S** ()N
- Possui escadas: () S **(x)N**
- Possui rampa: **(x) S** ()N

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaços, Mobiliários e Equipamentos Urbanos: NBR-9050.** 1994. Rio de Janeiro
 - CREA-PR. Cadernos do CREA-PR nº4. 2008.

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER

Cidade: CURITIBA Data: 19/10/2010

ESPAÇO: BACACHERI

1.0 PERFIL

Caráter / Responsável: SMMA

Localização: Rua Paulo Nadolny, s/nº. - Bacacheri.

Horário de funcionamento: diariamente, das 7 às 18 horas.

2.0 ACESSO AO LOCAL

- Linha de ônibus adaptado: **(X) S** ()N
Qual? Expresso Santa Cândida/Capão Raso (Estação Central / Rua Pres. Faria) até o Terminal do Cabral + Alimentador São João ou Tingüi. Horários: site URBS
- Ponto de ônibus c/ faixa de circulação livre de 1,20m: **(X) S** ()N
Obs.: Descer na AV. ERASTO GAETNER e andar duas quadras. Na AV. ERASTO GAETNER não há rebaixamento de guia no ponto de ônibus.

2.1 CALÇADA EM FRENTE AO PARQUE

- Inclinação: **(X)** em nível () c/ inclinação
- Apresenta desníveis: () S **(X)N**
- Largura da calçada:
(X) > 1,20 m () < 1,20 m
- Rebaixadas para travessia com rampa de 1,20m: **(X) S** ()N
- Calçamento: antiderrapante e plano:
(X) S ()N
- Apresenta piso tátil de alerta próximo a desníveis e guias rebaixadas: () S **(X) N**
Obs.: há várias entradas do parque, a entrada pela Rua RODRIGO DE FREITAS (estacionamento) foi reformada e está adaptada.

2.1.1 Obstáculos:

- Grelhas e bueiros: () S **(X) N**
- Poste de iluminação ou sinalização:
() S **(X) N**
- faixa de passagem livre > 1,20m:
(X) S ()N
- dispositivo de acionamento de pedestres entre 0,80 a 1,20m: () S **(X)N** () N.A
- informação tátil: () S **(X) N**
- Árvores:
- raízes aparentes: () S **(X) N**

- galhos pendentes abaixo de 2,10m do piso: () S **(X) N**
- folhas e flores caídas no chão, deixando-o escorregadio: () S **(X) N**

Obs: da entrada da Rua RODRIGO DE FREITAS (Estacionamento).

2.2 ESTACIONAMENTO

- 1% de vagas demarcadas para pessoas com deficiência: **(X) S** ()N
- Dimensão da vaga: 5m X 2,50m +1,20m de faixa de circulação: **(X) S** ()N
- Sinalizadas: **(X) S** ()N
- Vagas próximas ao acesso: **(X) S** ()N
- Obstáculos no caminho até o espaço:
() S **(X)N** Quais? _____

2.3 ENTRADA

- Piso regular, firme e estável: **(X) S** ()N
- Passagem livre com mínimo de 1,20m de largura: **(X) S** ()N
- Portão c/ mínimo de 1,20m de largura:
(X) S ()N

Obs.: Acesso pela Rua RODRIGO DE FREITAS (estacionamento) foi reformado e encontra-se adaptado.

O acesso principal é feito pela Rua PAULO NALDONY, não possui portão de entrada, piso irregular e não possui rebaixamento de guia.

Os outros acessos têm portão de entrada com largura acessível. o acesso pela via rápida Centro- Sta. Cândida não apresenta piso antiderrapante, rebaixamento de calçadas e inclinação maior que aquela prevista na ABNT

3.0 ESPAÇO DE LAZER

3.1 CIRCULAÇÃO:

- Piso regular, firme e estável: **(X) S** (X) N
- Passagem livre com mínimo de 1,20m de largura: **(X) S** ()N
- Possui escadas: () S **(X) N**
- Possui rampa: () S **(X) N**
- largura mínima de 1,20m: **(X) S** ()N
- inclinação máxima de 8,33%: () S () N

Obs.: O parque é plano e possui pista de caminhada com piso estável, que possibilita circular pelo parque. O acesso aos equipamentos é dificultado por não haver piso estável.

3.2 OBSTÁCULOS

- Grelhas/ juntas de dilatação até 15 mm:
() S (X) N
- Bancos na rota acessível: () S (X) N
- Vasos e plantas na rota acessível:
() S (X) N

3.3 SANITÁRIO

- Localização próxima a circulação principal:
(X) S () N
 - Portas com abertura externa sem interferir na circulação: () S (X) N
 - Portas revestidas com material resistente a impacto até 0,40m do piso: () S (X) N
 - Símbolo internacional de acesso:
() S (X) N
 - Piso antiderrapante: () S (X) N
- Obs.: O sanitário não é adaptado. O único sanitário adaptado é o sanitário encontrado no módulo da guarda civil, este não é aberto ao público.

3.3.1 Vaso Sanitário

- Box mínimo de 1,50m X 1,70m: () S (X) N
- Box com porta c/ abertura externa:
() S (X) N
- Altura total de 0,46m do piso: () S (X) N
- Válvula de descarga no máximo 1,00m do piso: () S (X) N
- Alavanca para acionamento da válvula:
() S (X) N
- Barras de apoio
 - 0,76m do piso: () S (X) N
 - comprimento de 0,90m: () S (X) N
 - 0,50m da frente e 0,24 da lateral:
() S (X) N
- Lavatório dentro do Box com barra de apoio: () S (X) N
- Apoio para volumes c/ 1,00m de altura:
() S (X) N
- Papeleira embutida a 0,60m do piso e 0,15m de frente para o vaso: () S (X) N
- Papeleira externa alinhada ao vaso de 1,00 a 1,20m do piso: () S () N (X) N.A.

3.3.2 Lavatório

- Suspenso ou meia coluna: () S (X) N
- Proteção de sifão a 0,25m de face frontal:
() S (X) N
- Altura máxima de 0,80m: (X) S (X) N
- Altura livre inferior de 0,73m do piso:
() S (X) N
- Torneira automática ou de pressão no máximo de 0,50m frontal: () S (X) N

- Barra de apoio na altura do lavatório:
() S (X) N
 - Espelho plano a 0,90m do piso e altura de 1,80m: () S (X) N
 - Espelho inclinado: () S (X) N
 - Apoio para volumes de 0,80m a 1,20m do piso: () S (X) N
 - Saboneteira de 0,80 a 1,20m do piso:
() S (X) N
- Obs.: não possui barras de apoio, saboneteira.

3.4 MOBILIÁRIO

3.4.1 Telefone

- Mínimo de 5%: () S (X) N
- Área de aproximação frontal com 0,80m X 1,20m: () S (X) N
- Altura inferior e livre de 0,73m do piso:
(X) S () N
- Sinalização tátil de alerta: () S (X) N
- Comandos entre 0,80m e 1,20m:
() S (X) N
- Apoio de objetos com 0,30 de largura e de 0,75m a 0,85m do piso: (X) S () N

3.4.2 Bebedouro

- Bebedouro acessível: () S (X) N
- Altura livre inferior de 0,73m: () S (X) N
- Bica no lado frontal a no máximo 0,90m do chão: () S (X) N

3.4.3 Outros

Obs: _____

3.5 LANCHONETE/ RESTAURANTE

- Piso regular, firme e estável: (X) S () N
- Possui escadas: () S (X) N
- Possui rampa: () S (X) N
 - largura mínima de 1,20m: () S () N
 - inclinação conforme ABNT: () S (X) N
- Banheiro adaptado: () S (X) N
- Mesas acessíveis: 5% com mínimo de 1:
() S (X) N
- Balcão (0,90m larg, 0,90m altura e 0,73m livre na parte inferior: () S (X) N
- Balcão do caixa com mínimo de 1,05m do piso: () S (X) N

3.6 EQUIPAMENTOS:

Quais? Canchas de futebol e de vôlei de areia, churrasqueiras, *playground*, lago artificial, bosque com espécies nativas, pista de caminhada, bicicletário, ciclovia,

playground, aparelhos para exercícios físicos e alongamento, academia do idoso.

3.6.1 Equipamento 01: **CANCHAS DE FUTEBOL E VÔLEI**

- Piso regular, firme e estável: (x) S (X)N
- Possui escadas: () S (X)N
- Possui rampa: () S (x)N

Obs.: o acesso é pela grama, piso de areia.

3.6.2 Equipamento 02: **CHURRASQUEIRAS**

- Piso regular, firme e estável: (X) S () N
- Possui escadas: () S (x)N
- Possui rampa: () S (x)N

Obs.: o acesso é feito pela grama. possui um degrau para acesso da área interna da churrasqueira.

3.6.3 Equipamento 03: **PLAYGROUND**

- Piso regular, firme e estável: () S (x)N
- Possui escadas: () S (x)N
- Possui rampa: () S (x)N

Obs.: acesso pela grama, piso de areia, brinquedos não adaptados.

3.6.4 Equipamento 04: **EQUIPAMENTOS PARA GINÁSTICA E ACADEMIA DO IDOSO.**

- Piso regular, firme e estável: () S (x)N
- Possui escadas: (x)S ()N
- Possui rampa: () S (X) N

Obs.: possui degrau, piso de areia.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaços, Mobiliários e Equipamentos Urbanos: NBR-9050.** 1994. Rio de Janeiro
- CREA-PR. Cadernos do CREA-PR nº4. 2008.

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER

Cidade: CURITIBA Data: 28/09/2010

ESPAÇO: LAGO AZUL

1.0 PERFIL

Caráter / Responsável: SMMA

Localização: Rua R. Colomba Merlin, 476 - Umbará.

Horário de funcionamento: DIARIAMENTE das 6h às 21h no verão e das 8h às 19h nas demais estações do ano.

2.0 ACESSO AO LOCAL

- Linha de ônibus adaptado: **(X) S** ()N Qual? No terminal do Pinheirinho pegar o Ganchinho ou Umbará, falar para o motorista que quer descer perto do Parque Lago Azul. Horários: site URBS
- Ponto de ônibus c/ faixa de circulação livre de 1,20m: () S **(X)N**

Obs: O ponto de ônibus fica aproximadamente a 500m do parque. A rua de acesso ao parque, porém é uma ladeira e sem acostamento ou faixa de pedestre.

2.1 CALÇADA EM FRENTE AO PARQUE

- Inclinação: **(X)** em nível () c/ inclinação
- Apresenta desníveis: **(X) S** ()N
- Largura da calçada: **(X) > 1,20m** () < 1,20 m
- Rebaixadas para travessia com rampa de 1,20m: () S **(X)N**
- Calçamento: antiderrapante e plano: **(X) S** ()N
- Apresenta piso tátil de alerta próximo a desníveis e guias rebaixadas: **(X) S** () N

2.1.1 Obstáculos:

- Grelhas e bueiros: () S **(X) N**
- Poste de iluminação ou sinalização: () S **(X) N**
 - faixa de passagem livre > 1,20m: **(X) S** ()N
 - dispositivo de acionamento de pedestres entre 0,80 a 1,20m: () S **(X)N**
 - informação tátil: **(X) S** () N
- Árvores:
 - raízes aparentes: () S **(X) N**
 - galhos pendentes abaixo de 2,10m do piso: () S **(X) N**

- folhas e flores caídas no chão, deixando-o escorregadio: () S **(X) N**

2.2 ESTACIONAMENTO

- 1% de vagas demarcadas para pessoas com deficiência: **(X) S** ()N
- Dimensão da vaga: 5m X 2,50m +1,20m de faixa de circulação: **(X) S** ()N
- Sinalizadas: **(X) S** ()N
- Vagas próximas ao acesso: **(X) S** ()N
- Obstáculos no caminho até o espaço: () S **(X)N** Quais? _____

Obs.: há um cone colocado na vaga para impedir o estacionamento de pessoas sem deficiência. O módulo da guarda-civil se encontra próximo ao estacionamento para fazer a retirada dos cones.

2.3 ENTRADA

- Piso regular, firme e estável: **(X) S** ()N
- Passagem livre com mínimo de 1,20m de largura: **(X) S** ()N
- Portão c/ mínimo de 1,20m de largura: **(X) S** ()N

3.0 ESPAÇO DE LAZER

3.1 CIRCULAÇÃO:

- Piso regular, firme e estável: **(X) S** ()N
- Passagem livre com mínimo de 1,20m de largura: **(X) S** ()N
- Possui escadas: () S **(X) N**
- Possui rampa: **(X) S** ()N
 - largura mínima de 1,20m: **(X) S** ()N
 - inclinação máxima de 8,33%: **(X) S** ()N

3.2 OBSTÁCULOS

- Grelhas/ juntas de dilatação até 15 mm: () S **(X) N**
- Bancos na rota acessível: () S **(X) N**
- Vasos e plantas na rota acessível: () S **(X) N**

3.3 SANITÁRIO

- Localização próxima a circulação principal: **(X) S** ()N
- Portas com abertura externa sem interferir na circulação: **(X) S** ()N
- Portas revestidas com material resistente a impacto até 0,40m do piso: **(X) S** ()N

- Símbolo internacional de acesso: **(X) S** () N
 - Piso antiderrapante: **(X) S** () N
- Obs.: há um sanitário adaptado no parque que estava trancado e foi solicitada a abertura para a guarda municipal. Há também sanitários no bistrô (lanchonete) que estavam trancados, pois o bistrô estava fechado no dia da observação.

3.3.1 Vaso Sanitário

- Box mínimo de 1,50m X 1,70m: **(X) S** () N
- Box com porta c/ abertura externa: **(X) S** () N
- Altura total de 0,46m do piso: **(X) S** () N
- Válvula de descarga no máximo 1,00m do piso: () S **(X) N**
- Alavanca para acionamento da válvula: **(X) S** () N
- Barras de apoio
 - 0,76m do piso: **(X) S** () N
 - comprimento de 0,90m: **(X) S** () N
 - 0,50m da frente e 0,24 da lateral: **(X) S** () N
- Lavatório dentro do Box com barra de apoio: **(X) S** () N
- Apoio para volumes c/ 1,00m de altura: () S **(X) N**
- Papeleira embutida a 0,60m do piso e 0,15m de frente para o vaso: **(X) S** () N
- Papeleira externa alinhada ao vaso de 1,00 a 1,20m do piso: **(X) S** () N

3.3.2 Lavatório

- Suspenso ou meia coluna: (X) S () N
- Proteção de sifão a 0,25m de face frontal: (X) S () N
- Altura máxima de 0,80m: (X) S () N
- Altura livre inferior de 0,73m do piso: (X) S () N
- Torneira automática ou de pressão no máximo de 0,50m frontal: (X) S () N
- Barra de apoio na altura do lavatório: **(X) S** () N
- Espelho plano a 0,90m do piso e altura de 1,80m: **(X) S** () N
- Espelho inclinado: **(X) S** () N
- Apoio para volumes de 0,80m a 1,20m do piso: () S **(X) N**
- Saboneteira de 0,80 a 1,20m do piso: **(X) S** () N

3.4 MOBILIÁRIO

3.4.1 Telefone

- Mínimo de 5%: () S **(X) N**

- Área de aproximação frontal com 0,80m X 1,20m: () S **(X) N**
 - Altura inferior e livre de 0,73m do piso: () S **(X) N**
 - Sinalização tátil de alerta: () S **(X) N**
 - Comandos entre 0,80m e 1,20m: () S **(X) N**
- Apoio de objetos com 0,30 de largura e de 0,75m a 0,85m do piso: () S **(X) N**

3.4.2 Bebedouro

- Bebedouro acessível: **(X) S** () N
 - Altura livre inferior de 0,73m: **(X) S** () N
- Bica no lado frontal a no máximo 0,90m do chão: **(X) S** () N

3.4. Outros:

Obs: _____

3.5 LANCHONETE/ RESTAURANTE

- Piso regular, firme e estável: **(x) S** () N
 - Possui escadas: **(x) S** () N
 - Possui rampa: **(x) S** () N
 - largura mínima de 1,20m: **(x) S** () N
 - inclinação
 - Banheiro adaptado: **(x) S** () N
 - Mesas acessíveis: 5% com mínimo de 1: () S () N **NA (X)**
- Balcão (0,90m larg, 0,90m altura e 0,73m livre na parte inferior: () S () N **NA (X)**)
 Balcão do caixa c mínimo de 1,05m do piso: () S () N **NA (X)**
- Obs.: Não foi possível avaliar as mesas e balcão, pois o estabelecimento estava fechado no dia da observação.

3.6 EQUIPAMENTOS:

Quais? Lanchonete, churrasqueiras, canchas poliesportivas, parque de troncos, lago, academia do idoso.

3.6.1 Equipamento 01: **CHURRASQUEIRAS**

- Piso regular, firme e estável: **(x) S** () N
- Possui escadas: () S **(x) N**
- Possui rampa: () S **(x) N**

Obs.: possui churrasqueiras de uso exclusivo para cadeirantes e estacionamento de carro próximo.

3.6.2 Equipamento 02: **CANCHAS POLIESPORTIVAS**

- Piso regular, firme e estável: () S **(X) N**
- Possui escadas: () S **(x) N**
- Possui rampa: () S **(x) N**

3.6.3 Equipamento 03: **PARQUE DE TRONCOS**

- Piso regular, firme e estável: () S (x)N
- Possui escadas: (X) S ()N
- Possui rampa: (X) S ()N

Obs.: possui degrau.

3.6.4 Equipamento 04: **ACADEMIA DO IDOSO**

- Piso regular, firme e estável: () S (x)N
- Possui escadas: ()S ()N
- Possui rampa: () S (X) N

Obs:possui degrau

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaços, Mobiliários e Equipamentos Urbanos: NBR-9050.** 1994. Rio de Janeiro
- CREA-PR. Cadernos do CREA-PR nº4. 2008.

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER

Cidade: CURITIBA . Data: 07/05/2010

ESPAÇO: UNILIVRE

1.0 PERFIL

Caráter / Responsável: SMMA/ ONG

Localização: RUA VICTOR BENATO, 210. PILARZINHO.

Horário de funcionamento: DIARIAMENTE, DAS 8 ÀS 18 HORAS.

2.0 ACESSO AO LOCAL

- Linha de ônibus adaptado: **(X) S** () N Qual? JARDIM KOSMOS
- Horários: site URBS
- Ponto de ônibus c/ faixa de circulação livre de 1,20m: **(X) S** **(X) N**

2.1 CALÇADA EM FRENTE AO PARQUE

- Inclinação: **(X)** em nível () c/ inclinação
- Apresenta desníveis: **(X) S** () N
- Largura da calçada: **(X)** > 1,20m () < 1,20m
- Rebaixadas para travessia com rampa de 1,20m: () S **(X) N**
- Calçamento: antiderrapante e plano: () S **(X) N**
- Apresenta piso tátil de alerta próximo a desníveis, guias rebaixadas: () S **(X) N**

2.1.1 Obstáculos:

- Grelhas e bueiros: () S **(X) N**
- Poste de iluminação ou sinalização: **(X) S** () N
 - faixa de passagem livre > 1,20m: **(X) S** () N
 - dispositivo de acionamento de pedestres entre 0,80 a 1,20m: () S **(X) N**
 - informação tátil: () S **(X) N**
- Árvores:
 - raízes aparentes: () S **(X) N**
 - galhos pendentes abaixo de 2,10m do piso: () S **(X) N**
 - folhas e flores caídas no chão, deixando-o escorregadio: () S **(X) N**

2.2 ESTACIONAMENTO

- 1% de vagas demarcadas para pessoas com deficiência: () S **(X) N**

- Dimensão da vaga: 5m X 2,50m +1,20m de faixa de circulação: () S **(X) N**
- Sinalizadas: () S **(X) N**
- Vagas próximas ao acesso: () S **(X) N**
- Obstáculos no caminho até o espaço: **(X) S** () N Quais? não há guias rebaixadas do acesso do estacionamento para a calçada.
- Obs.: não há demarcação de vagas no estacionamento.

2.3 ENTRADA

- Piso regular, firme e estável: () S **(X) N**
- Passagem livre com mínimo de 1,20m de largura: **(X) S** () N
- Portão c/ mínimo de 1,20m de largura: () S () N **(X) N.A.**
- Obs.: não há portão, mas a entrada possui largura acessível.

3.0 ESPAÇO DE LAZER

3.1 CIRCULAÇÃO:

- Piso regular, firme e estável: () S **(X) N**
- Passagem livre com mínimo de 1,20m de largura: **(X) S** () N
- Possui escadas: () S **(X) N**
- Possui rampa: **(X) S** () N
 - largura mínima de 1,20m: **(X) S** () N
 - inclinação máxima de 8,33%: () S **(X) N**
- Obs.: há uma rampa na entrada com inclinação maior que a indicada pela ABNT, porém há caminho alternativo pela lateral.

3.2 OBSTÁCULOS

- Grelhas/ juntas de dilatação até 15 mm: () S **(X) N**
- Bancos na rota acessível: () S **(X) N**
- Vasos e plantas na rota acessível: () S **(X) N**
- Obs.: desníveis para sair da passarela de madeira, em frente ao lago.

3.3 SANITÁRIO

- Localização próxima a circulação principal: **(X) S** () N
- Portas com abertura externa sem interferir na circulação: () S **(X) N**
- Portas revestidas com material resistente a impacto até 0,40m do piso: () S **(X) N**
- Símbolo internacional de acesso: () S **(X) N**
- Piso antiderrapante: () S **(X) N**
- Obs.: desnível para acessar banheiro.

3.3.1 Vaso Sanitário

- Box mínimo de 1,50m X 1,70m: () S () N
 - Box com porta c/ abertura externa:
() S (X) N
 - Altura total de 0,46m do piso: () S (X) N
 - Válvula de descarga no máximo 1,00m do piso: () S (X) N
 - Alavanca para acionamento da válvula:
() S (X) N
 - Barras de apoio
 - 0,76m do piso: () S (X) N
 - comprimento de 0,90m: () S (X) N
 - 0,50m da frente e 0,24 da lateral:
() S (X) N
 - Lavatório dentro do Box com barra de apoio: () S (X) N
 - Apoio para volumes c/ 1,00m de altura:
() S (X) N
 - Papeleira embutida a 0,60m do piso e 0,15m de frente para o vaso: (X) S () N
 - Papeleira externa alinhada ao vaso de 1,00 a 1,20m do piso: () S () N (X) N.A.
- Obs.: sanitário não está adaptado e não possui barras de apoio.

3.3.2 Lavatório

- Suspenso ou meia coluna: () S (X) N
 - Proteção de sifão a 0,25m de face frontal:
() S (X) N
 - Altura máxima de 0,80m: (X) S () N
 - Altura livre inferior de 0,73m do piso:
() S (X) N
 - Torneira automática ou de pressão no máximo de 0,50m frontal: () S (X) N
 - Barra de apoio na altura do lavatório:
() S (X) N
 - Espelho plano a 0,90m do piso e altura de 1,80m: () S (X) N
 - Espelho inclinado: () S (X) N
 - Apoio para volumes de 0,80m a 1,20m do piso: () S (X) N
 - Saboneteira de 0,80 a 1,20m do piso:
(X) S () N
- Obs.: não possui espelho, apoio para volume, barras.

3.4 MOBILIÁRIO

3.4.1 Telefone

- Mínimo de 5%: () S (X) N
- Área de aproximação frontal com 0,80m X 1,20m: () S (X) N
- Altura inferior e livre de 0,73m do piso:
() S (X) N
- Sinalização tátil de alerta: () S (X) N
- Comandos entre 0,80m e 1,20m:
() S (X) N

- Apoio de objetos com 0,30 de largura e de 0,75m a 0,85m do piso: () S (X) N

3.4.2 Bebedouro

- Bebedouro acessível: () S (X) N
- Altura livre inferior de 0,73m: () S (X) N
- Bica no lado frontal a no máximo 0,90m do chão: () S (X) N

3.4.3 Outros:

Obs: _____

3.5 EDIFICAÇÃO

Finalidade: SEDE DA UNILIVRE E MIRANTE

- Piso regular, firme e estável: (X) S () N
- Possui escadas: (X) S () N
- Possui rampa: (X) S () N
 - largura mínima de 1,20m: () S (X) N
 - inclinação conforme ABNT: () S (X) N

Obs.: algumas partes da rampa possui inclinação maior daquela prevista na ABNT, há degraus no final do trajeto para chegar ao mirante, não há espaço no final do trajeto para fazer manobra da cadeira de rodas.

3.6 LANCHONETE

Obs.: NÃO HÁ LANCHONETE

3.7 EQUIPAMENTOS:

Quais? LOJA DE SOUVENIR

- Piso regular, firme e estável: (X) S () N
 - Possui escadas: () S (X) N
 - Possui rampa: () S (X) N
- Obs: possui degrau na entrada.

Baseado em:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaços, Mobiliários e Equipamentos Urbanos: NBR-9050.** 1994. Rio de Janeiro
- CREA-PR. Cadernos do CREA-PR nº4. 2008.